



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2025-2029

Dezembro 2024

Lista de autoridades na elaboração

Reitor: Alfredo Macedo Gomes
Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho
Chefia do Gabinete: Fernando José do Nascimento
Pró-Reitora de Graduação: Magna do Carmo Silva
Pró-Reitora de Pós-Graduação: Carol Virgínia Góis Leandro
Pró-Reitora de Extensão: Maria da Conceição Reis
Pró-Reitora de Planejamento Orçamentário e Finanças: Helen Gomes Frade
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida: Brunna Carvalho Almeida Granja
Pró-Reitor de Administração: Rodrigo de Oliveira Simões
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Cinthia Kalyne de Almeida Alves
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação: Pedro Valadão Carelli

Elaboração do PDI

Coordenação Geral: Diretoria de Planejamento e Controladoria
Diretor: Juliana Cândida Ribeiro Dias
Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação: Jamine Bruno de Oliveira
Equipe Técnica:
Dayse Dutra Leite
Inácio Robson Alves do Nascimento
José Rayone de Almeida
Ruben Vivaldi Silva Pessoa
João Eudes Miquéias da Silva
Priscila Gonçalves da Silva
Estagiárias:
Millena Loiola Lins
Thays de Araújo Soares

Colaboradores participantes das diversas Comissões Temáticas: ver Anexo 1.

Dados internacionais de catalogação-na-publicação, deve conter os dados de catalogação-na-publicação, conforme o Código de Catalogação Anglo-Americano vigente

Histórico de alterações		
Data	Versão	Descrição
18/12/2024	1.0	Aprovação no Conselho

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1:	Percentual de contribuição, por unidade, para cada ano do PDI 2021-2023	25
Figura 1:	Estrutura e Eixos da Política de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida na UFPE	122
Gráfico 2:	Recursos Tesouro (Empenhado) - 2019 a 2023 (em R\$)	152
Gráfico 3:	Recursos Captados (Empenhado) - 2019 a 2023 (em R\$)	152
Gráfico 4:	Receita Orçamentária Líquida - 2019 a 2023 (em R\$)	156
Gráfico 5:	Dotação Orçamentária (RP2/TESOURO) e Dotação Corrigida pelo IPCA - 2019 A 2024 (R\$ Milhão)	156

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Objetivos do PDI 2025-2029	20
Quadro 2:	Ambiente Interno	32
Quadro 3:	Ambiente Externo	32
Quadro 4:	Objetivos do PDI 2025-2029	96
Quadro 5:	Dotação Atualizada - LOA 2019 A 2024 (R\$ Mil)	154
Quadro 6:	Termos de Execução Descentralizada Firmados 2019-2024	159
Quadro 7:	Dotação Orçamentária (RP2) 2019-2024 (R\$ Mil)	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Forças	29
Tabela 2:	Fraquezas	30
Tabela 3:	Oportunidades	30
Tabela 4:	Ameaças	31
Tabela 5:	Cursos presenciais de graduação e pós-graduação ofertados pela UFPE, por tipo, em 2023	35
Tabela 6:	Oferta de Bolsas de Monitoria, por Campus. 2020 - 2022	75
Tabela 7:	Valores investidos na melhoria dos laboratórios e na inovação no âmbito das práticas de ensino	81
Tabela 8:	Valores investidos em custeio em projetos das coordenações de curso	83
Tabela 9:	Ações do PDI 2025-2029	98
Tabela 10:	Corpo docente do Ensino Superior da UFPE por tipo de vínculo.Situação em dezembro, 2019-2023	127
Tabela 11:	Corpo técnico efetivo da UFPE por nível de instrução Situação em dezembro de 2019-2023	128
Tabela 12:	Distribuição de Laboratórios da UFPE por Centros e Categoria de Atividades	150

ANEXOS

Anexo 1:	Relação das Pessoas Que Participaram das Comissões Temáticas	174
Anexo 2:	Relação Nominal das Pessoas Que Compuseram o Comitê Executivo	178
Anexo 3:	Cursos presenciais e EaD de graduação ofertados pela UFPE em 2022 e as respectivas informações de regulação junto ao INEP (atualizado em setembro/2024)	163
Anexo 4:	Alinhamento com Análise de Conjuntura do PEI e Identidade Organizacional - Fraquezas	171
Anexo 5:	Estatística de acervo por tipo de material, distribuída nas unidades de informação do SIB/UFPE	175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Área Básica de Ingresso
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADR	American Depositary Receipts
AO	Ação Orçamentária
AVA	Ambientes Virtuais de Aprendizagem
Bac	Bacharelado
BC	Biblioteca Central
BDENF	Base de dados de Enfermagem
Bib	Biblioteca
CAA	Centro Acadêmico do Agreste
CAC	Centro de Artes e Comunicação
CAp	Colégio de Aplicação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAV	Centro Acadêmico de Vitória
CB	Centro de Biociências
CCEE	Complexo de Convenções, Eventos e Entretenimento
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CCM	Centro de Ciências Médicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCSA	Centro de Ciências Sociais e Aplicadas
CDPCG	Coordenação Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação
CE	Centro de Educação
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa E Extensão
CEU	Centro Educacional Unificado
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFDL	Coordenação de Formação Docente para os Cursos de Licenciatura
CGEB	Câmara de Graduação e Ensino Básico
CIAPGSS	Comitê Institucional De Autoavaliação Da Pós-Graduação
CIN	Centro de Informática
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFISS	Comissão de Fortalecimento da Integração Ensino Serviço da Saúde
COMFOR	Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de

	Profissionais do Magistério da Educação Básica no âmbito das Instituições de Ensino Superior
CONSAD	Conselho de Administração
CONSUNI	Conselho Universitário
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPMA	Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação
CTG	Centro de Tecnologia e Geociências
DAI	Diretoria de Avaliação Institucional
DAP	Diretoria de Avaliação e Planejamento Institucional
DDE	Diretoria de Desenvolvimento do Ensino
DFT	Dimensionamento da Força de Trabalho
DGA	Diretoria de Gestão Acadêmica
DIFI	Diretoria de Gestão de Finanças e de Infraestrutura no Ensino de Graduação
DIGI	Diretoria de Informação Gerencial e Infraestrutura Acadêmica
DRI	Diretoria de Relações Internacionais
DTICOM	Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação
EaD	Educação a Distância
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública -
ERER	Núcleo de Políticas e Educação Étnico-Raciais
FADE	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FORMARE	Escola de Formação dos Servidores
GR	Gestão de Riscos
IES	Instituição de Ensino Superior
IFE	Instituições Federais de Ensino
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IMR	instrumento de medição de resultado
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDB	Lei de diretrizes e bases da educação nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
Libras	Língua Brasileira de Sinais
Lic*	Licenciatura
LITPEG	Instituto de Pesquisa em Petróleo e Energia

LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MTO	Manual Técnico de Orçamento
NACE	Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco
NASS	Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor
NDE	Núcleo Docente Estruturantes
NEAP	Núcleos de Estudos e Assessoria Pedagógica
NIATE	Núcleos Integrados de Atividades de Ensino
NIT	Número de Identificação do Trabalhador
NLGBT	Núcleo de Políticas LGBT
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
OCC	Orçamento de Outros Custeios e Capital
P.	Página
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PCD	Pessoas com Deficiência
PD&I	Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDCA	Plan-Do-Check-Act
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PE	Pernambuco
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PET Saúde	Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde
PGEDUC	Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea
PNE	Plano Nacional de Educação
PPCs	projetos pedagógicos de cursos
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPI	Plano Pedagógico Institucional
PROACAD	Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
PROAES	Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis
PROCEL	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
PROGEPE	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPESQI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PROPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças

PROUNI	Programa Universidade para Todos
Qtde	Quantidade
RAI	Relatório de Autoavaliação Institucional
REA	Recurso Educacional Aberto
RU	Restaurante Universitário
S/C	Sem Conceito
S/D	Sem Data
SEDGG	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
SEE	Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
SEGEL	Secretaria de Gestão de Esporte e Lazer
SGP	Sistema Geral de Preferências
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASS	Unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal
SIB	Sistema Integrado de Bibliotecas
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINFRA	Superintendência de Infraestrutura
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SPO	Superintendência de Projetos e Obras
SPREAD	Secretaria de Programas de Educação Aberta e Digital
SSI	Segurança Institucional
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
SUPERCULT	Superintendência de Cultura
SUPERCOM	Superintendência de Comunicação
SWOT	Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	Tribunal de Contas da União
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TED	Termo de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

UR	Universidade do Recife
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

2. A CONSTRUÇÃO DO PDI

2.1 Método e objetivo

2.2 Documentos de Referência

3. RESULTADOS DO PDI ANTERIOR

4. CONJUNTURA INSTITUCIONAL

5. PERFIL INSTITUCIONAL

6. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

6.1 Concepções sócio-filosófico-pedagógicas da educação superior

6.1.1. Fundamentos socioeconômico, político e cultural

6.1.2 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

6.1.3. Concepção de Ensino

6.1.3.1 Prática Pedagógica

6.1.3.2 Uso das tecnologias da informação e da comunicação

6.1.4 Concepção de Aprendizagem

6.1.5 Concepção de Avaliação

6.2 Políticas de Gestão Acadêmica

6.2.1 Política de Avaliação Institucional

6.2.2 Política de Avaliação de Cursos de Graduação

6.2.3 Política de Educação Inclusiva

6.2.4 Política de Ensino

6.2.5 Política de Inovação no Ensino

6.2.6 Política de Gestão do Ensino

6.2.7 Política Institucional da UFPE para a Formação Inicial de professores da Educação Básica

6.3 Perfil do Egresso

6.4 Ensino à Distância

6.5 Perspectiva Para A Pós-Graduação

7. OBJETIVOS E AÇÕES DO PDI

7.1 Processo de Monitoramento, Controle e Revisão do PDI

8. GESTÃO DE PESSOAS E QUALIDADE DE VIDA

8.1 Provimento

8.2 Desenvolvimento de Pessoas

8.3 Acompanhamento de Pessoal

8.4 Qualidade de Vida no Trabalho

8.5 Perfil dos Servidores

9. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UFPE

9.1 Órgãos Colegiados

9.2 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional

e Acadêmico

9.3 Órgãos suplementares

10. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

10.1 Programa de Acompanhamento Acadêmico/Pedagógico

10.2 Programa de Alimentação e Nutrição

10.3 Programa de Atenção à Saúde dos Estudantes

10.4 Programa de Bolsas e Auxílios

10.5 Programa de Moradia Estudantil

11. INFRAESTRUTURA

11.1 Infraestrutura física

11.2 Planos futuros

11.3 Biblioteca

11.3.1 Cronograma de expansão do acervo

11.3.2 Serviços oferecidos

11.4 Laboratórios

12. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

12.1 Financiamento e Sustentabilidade na UFPE

12.2 Recursos Tesouro

12.3 Recursos Próprios

12.4 Emendas Parlamentares

12.5 Descentralização Externa

12.6 Como são Investidos os recursos?

12.7 Redução do Orçamento Discricionário nos últimos Anos

12.8 Novo Programa de Aceleração do Crescimento (novo PAC)

13. REFERÊNCIAS

ANEXOS171

Anexo 1: Relação das Pessoas Que Participaram das Comissões Temáticas

Anexo 2: Relação Nominal das Pessoas Que Compuseram o Comitê Executivo

Anexo 3: Cursos presenciais e EaD de graduação ofertados pela UFPE em 2023 e as respectivas informações de regulação junto ao INEP (atualizado em setembro/2024)

Anexo 4: Alinhamento com Análise de Conjuntura do PEI e Identidade Organizacional - Fraquezas

1. APRESENTAÇÃO

UFPE: rumo aos 200 anos de Ensino Superior

O ensino superior completará, em breve, em Pernambuco, 200 anos, motivo de grande regozijo dada a relevância de que se reveste esse nível da educação para o desenvolvimento social, econômico, cultural, tecnológico do estado, da região Nordeste e do país. A contribuição que uma instituição universitária aporta, considerando sua inserção, enraizamento, capilaridade junto aos diferentes e diversos setores e segmentos sociais, exerce ação transformadora das condições de vida do conjunto da sociedade. Os efeitos estruturadores para os avanços tornam a universidade uma instituição fundamental.

Assim, é com grande satisfação que apresentamos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O PDI é um instrumento essencial e obrigatório para as instituições de ensino superior, servindo como guia estratégico que define a direção e os objetivos organizacionais para os próximos cinco anos. Ele é resultado de um esforço coletivo, fruto de análises de cenários e da participação ativa da nossa comunidade acadêmica. Nosso plano está alinhado à missão estabelecida no Plano Estratégico Institucional (PEI), que é: “Como instituição pública, promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo princípios éticos, socioambientais e culturais”.

Para alcançar essa missão, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029 da UFPE foi construído com base em cinco áreas temáticas estratégicas que refletem os pilares de atuação e os compromissos institucionais da universidade. Essas áreas abrangem: 1) Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, com foco na qualidade e expansão das atividades acadêmicas e científicas; 2) Responsabilidade Social, promovendo ações inclusivas, sustentáveis e de impacto positivo; 4) Governança e Gestão Institucional, com ênfase na eficiência, transparência e monitoramento de resultados; e 5) Infraestrutura Física e Tecnologia, priorizando ambientes e recursos que incorporem práticas sustentáveis e tecnologias inovadoras. Essas áreas orientam as ações do PDI, garantindo um planejamento estratégico alinhado às demandas atuais, com compromisso com a sustentabilidade e o futuro.

Essas áreas se dividem em 18 objetivos fundamentais que irão nortear as ações da UFPE. As ações têm por finalidade desenvolver as áreas e os objetivos de forma a contribuir para o desenvolvimento institucional. Essas ações - 69 ao todo - foram desenvolvidas com metas e indicadores visando o acompanhamento e a perspectiva de atingimento dos resultados. Por fim, firmamos a ideia de que estamos entregando um PDI mais inclusivo, diverso e que pode ser acompanhado por meio de parâmetros quantitativos e qualitativos.

O plano será implementado ao longo de cinco anos, de 2025 a 2029, sendo monitorado regularmente para garantir sua eficácia e alinhamento com os desafios e as oportunidades do contexto em que estamos inseridos. Com este plano, a UFPE pretende consolidar sua missão, promovendo uma gestão mais estratégica, uma educação de maior qualidade e um impacto mais significativo na sociedade.

A UFPE, como se sabe, tem sua origem vinculada à criação do Curso Jurídico de Olinda, através da Lei de 11 de agosto de 1827, outorgada por D. Pedro I, que criou dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda. Com isso, estamos em vias de completar dois séculos de ininterruptos trabalhos disponibilizados à sociedade pernambucana, nordestina e brasileira. Esta unidade acadêmica, até então em funcionamento no Mosteiro de São Bento, foi transferida para a rua do Hospício, em 1854, quando passou a ser denominada Faculdade de Direito do Recife. Em 1911, a Faculdade foi transferida definitivamente para edificação própria, tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, localizada na Praça Adolfo Cirne, no centro do Recife, onde permanece funcionando até o presente.

A excelência da formação profissional ofertada ao longo de sua história pode ser aquilatada por ter formado importantes quadros de juristas, bacharéis e ocupantes de cargos e funções públicas ao longo do Império e do período republicano. De maneira que os dois cursos jurídicos acima mencionados, juntamente com a criação das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, na década de 1830, tinham por objetivo atender ao projeto de construção do Estado Nacional brasileiro, estabelecido no pós-independência política de Portugal pela institucionalização do Império do Brasil.

Posteriormente, com a industrialização tardia brasileira, surgiu a demanda pela formação superior na área da engenharia. É neste contexto de impulsionamento da industrialização provocada pela implementação da malha ferroviária, pela modernização da fabricação do açúcar através das usinas e da produção do algodão, além das indústrias de fiação e tecelagem, que foi criada a Escola de Engenharia de Pernambuco, nos anos finais do século XIX.

As escolas de Odontologia, Farmácia e Medicina foram criadas já no século XX, também como resposta à formação de profissionais atuantes na área da saúde, atendendo a demanda das instituições médicas e assistenciais existentes no Recife, a exemplo do Hospital Pedro II, inaugurado ainda no século XIX, no ano de 1861.

Por fim, a necessidade de formação de quadros para o magistério para atuação no segundo grau e nas escolas normais motivou a criação das Faculdades de Filosofia do Recife e Estadual de Filosofia. Mais do que unidades de formação de filósofos, estas instituições se ocupavam sobretudo da formação de professores.

O conjunto destas Faculdades e Escolas vieram a dar origem à Universidade do Recife, posteriormente denominada Universidade Federal de Pernambuco, tal como se mantém até hoje organizada em 13 Centros Acadêmicos e Colégio de

Aplicação. Esse conjunto de unidades estão situados em três campi no Recife, Vitória e Caruaru. E neste ano de 2024 foi aprovada a criação de novo campus, para sediar o Centro Acadêmico no Sertão, no município de Sertânia.

Portanto, a marca temporal de um segundo centenário não pode passar – como efetivamente não passará – em branco. Deve ser e será comemorada com uma “festa do conhecimento”, composta de ampla programação da qual participarão setores e segmentos universitários. O Magnífico Reitor designará uma Comissão Especial, composta por docentes, técnico-administrativos e estudantes, com a finalidade de propor, ao Conselho Universitário, a Programação dos 200 Anos do Ensino Superior na UFPE. A Programação terá a duração de um ano letivo (2027) e terá como título “UFPE: 200 anos de ensino superior”. Um conjunto de atividades culturais, científicas e de comunicação institucional será empreendido, desde o lançamento de logomarca alusiva à data comemorativa, concessão de comendas, promoção de seminários, ciclo de debates sobre os rumos da universidade pública no segundo milênio até o lançamento de livros, ebooks, revistas, passando por atividades artístico culturais (recitais, shows, mostras, exposições) e tantas outras iniciativas de importância para o registro da data.

Assim, a diversidade de áreas de formação que permeiam a história da Universidade se traduzem na diversidade de seus atuais cursos, em nível de graduação e de pós-graduação, como será demonstrado ao longo deste PDI 2024-2029. O documento expressa a relevância da UFPE no cenário social e cultural, razão pela qual ocupa as primeiras posições entre as IFES, por sua produção acadêmica e orçamento.

Reforçamos que o sucesso deste plano depende da colaboração de todos. A UFPE é um espaço coletivo, e cada membro da nossa comunidade desempenha um papel fundamental na construção desse futuro. Agradecemos a todos pelo apoio e engajamento e convidamos vocês a acompanharem de perto as etapas de implementação do PDI 2025-2029, pois juntos alcançaremos novos patamares de excelência e inovação.

Alfredo Macedo Gomes
Reitor

2. A CONSTRUÇÃO DO PDI

2.1 Método e objetivo

Este documento representa o quarto PDI da UFPE, que será desenvolvido

no período de 2025-2029. Sua formulação foi feita através de uma construção de cenários possíveis para a instituição, partindo do PEI e do PDI atualmente em vigor.

O método para elaboração deste PDI está detalhado no documento: “Orientações para Elaboração do PDI UFPE” . Nele constam todas as etapas de metodologia utilizadas para elaboração do documento.

2.2 Documentos de Referência

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma exigência legal, e representa a pactuação dos compromissos entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e o Ministério da Educação (MEC). Está presente em diversas portarias como a Portaria Normativa MEC nº 2, de 10/01/2007 e Portaria nº 40, de 12/12/2007, que estabelecem a necessidade legal do documento. Desta forma, o PDI se baseia na lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e em outras legislações vigentes.

A lei nº 10.861/2004 institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), demonstrando uma preocupação maior com a gestão e o controle institucional por meio das avaliações e trazendo dimensões como missão, políticas de ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura, dentre outras. O artigo 3º desta lei relata que a avaliação das IES terá por objetivo “identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais”. Entre elas, está, obrigatoriamente, o PDI (inciso I). Em seguida, a portaria nº 2.051, de 09/07/2004, vem regulamentar os procedimentos do SINAES e coloca o PDI como um dos documentos que devem ser avaliados pelas Comissões Externas de Avaliação das Instituições.

Na elaboração desse PDI foram consideradas também as seguintes

demandas legais:

- A revisão/criação do Projeto Pedagógico Institucional - PPI. O PPI é “um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos” (BRASIL, 2006, p. 35).
- O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). Este instrumento permite direcionar e acompanhar a atuação da área de TIC, definindo estratégias e o plano de ação para implementá-las. O atual foi elaborado tendo o PDI vigente e o PDI 2025-2029 como referência.
- A definição da Política de Gestão de Pessoas da UFPE. Fator imprescindível para o bom andamento das atividades administrativas e acadêmicas da universidade, esta política pode influenciar no desenvolvimento permanente do servidor, em sua capacitação e em como mantê-lo em sintonia com o ambiente de trabalho.
- O Plano de Gestão de Riscos da UFPE. O objetivo do Plano de Gestão de Riscos é viabilizar o processo de implantação de um Modelo de Gestão de Riscos (GR) na UFPE e também tornar pública a metodologia pensada para a Instituição, detalhando a forma de gerenciar os riscos de seus processos corporativos, fortalecendo as Unidades Administrativas. O Plano pode ser acessado através do *link*: [Plano de Gestão de Riscos](#)

3. RESULTADOS DO PDI ANTERIOR

O monitoramento das ações e metas do PDI 2019-2023 passou a ser feito pela gestão central. No final do ano de 2022, esse monitoramento e avaliação do planejamento ficou sob a incumbência da antiga DEPLAG. Em virtude dos diferentes

níveis de maturidade organizacional da Universidade, fez-se necessário um monitoramento mais sistemático e junto das unidades, através de reuniões, quando necessárias, com os gestores quadrimestralmente e em caso de ações prioritárias essas reuniões foram feitas em intervalos de tempo menores.

O Gráfico 1 mostra a contribuição de cada Unidade gestora em relação às ações e metas elencadas no PDI. Os resultados foram apresentados de acordo com as contribuições das unidades em cada ano, nas seguintes categorias: “Sim”, “Não” e “Parcialmente”. Essas categorias foram definidas de acordo com a contribuição de cada unidade em cada quadrimestre do ano. Sendo que para “Sim”, as unidades contribuíram para o alcance parcial ou total das metas em todos os quadrimestres, para “Não” as unidades não contribuíram em nenhum dos quadrimestres e “Parcialmente” as unidades contribuíram em pelo menos 1 quadrimestre para o alcance das metas.

Gráfico 1: Percentual de contribuição, por unidade, para cada ano do PDI 2021-2023



Fonte: CIG,

2024

Com base nos resultados do Gráfico 1 para o ano de 2021, 54,54% das unidades tiveram mais da metade de suas contribuições classificadas como “Sim”. Em 2022 esse percentual de unidades subiu para 72,72%. Para o ano de 2023, 55,60% das unidades tiveram mais da metade de suas contribuições classificadas como sim. Um detalhe importante é que os anos de 2019 e 2020 não foram considerados na análise, pois as contribuições durante esses dois primeiros anos foram classificadas todas como “Parcialmente”.

Isso se deu pelo fato de que em 2019 o documento ainda não tinha metas e indicadores quantitativos consolidados. O PDI 2019-2023 passou a ter esse detalhamento a partir de dezembro de 2020, ano em que sua revisão foi aprovada pelo Conselho Universitário.

Diante desse resultado, o objetivo é continuar incentivando a cultura do planejamento e monitoramento dentro da Universidade. A expectativa da CPMA é de que o plano anual das unidades seja de fato um detalhamento do PDI e que esse plano reflita em quais ações cada unidade deve monitorar para que no final da vigência do PDI seja possível alcançar metas e objetivos almejados.

4. CONJUNTURA INSTITUCIONAL

A análise da conjuntura pode referenciar o direcionamento que a instituição deve tomar em termos de planejamento, ou quais subsídios são necessários para que se possa fomentar a realização dos objetivos e atingir a missão da instituição. Como afirma Queiroz (2020), a sua virtude consiste em trazer subsídios que permitam identificar tendências com capacidade de influenciar positivamente (oportunidade) ou negativamente (ameaça) os interesses dos agentes políticos, econômicos e sociais.

Para a análise, foi utilizada a ferramenta de planejamento conhecida como Análise *SWOT* – um acrograma para Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). Por entender que a instituição possui vários níveis de maturidade de planejamento e devido a isso, faz-se necessário uma ferramenta que possibilite um alcance institucional maior e junto com as unidades administrativas.

O objetivo da Análise *SWOT* é definir estratégias para manter pontos fortes, reduzir a intensidade de pontos fracos, aproveitando oportunidades e protegendo-se de ameaças. Forças e fraquezas estão relacionadas ao microambiente e levou-se em consideração a integração e a padronização dos processos, a eliminação de redundância e o foco na atividade principal. Concomitante a isso, Oportunidades e Ameaças são características do macroambiente e consistem em antecipações do futuro que permitem identificar aspectos que podem constituir problemas/ameaças à implementação de determinadas estratégias, ou do próprio funcionamento das atividades da instituição.

A partir do diagnóstico feito com as unidades, foi feito um agrupamento dos pontos fortes e fracos por categoria de abrangência. Essas categorias visam dar impessoalidade aos resultados e um direcionamento mais estratégico para a análise.

As categorias foram divididas da seguinte forma:

- Comunicação administrativa: Abrange a comunicação da instituição. Segundo Kunsch (2003), a comunicação administrativa é aquela que permite viabilizar todo o sistema organizacional, por meio de uma similaridade de fluxos e redes.
- Convênios e parcerias: Entendido como a relação entre a UFPE e uma ou mais outras instituições, públicas ou privadas, para a obtenção de um objetivo comum previamente definido.
- Controle e normativos: Instrumentos que busquem institucionalizar ou definir a forma de condução que uma unidade deve ter na sua atuação. Ou seja, é a

faculdade de vigilância, orientação e correção que uma instituição ou unidade pode exercer sobre a conduta funcional de outra (Meirelles, 1998).

- Equipamentos e sistemas: Maquinário que subsidie o trabalho do servidor e as atividades da instituição, seja ele físico, de hardware ou de software.
- Equipe: Engloba a forma como ocorrem as interações de trabalho entre os servidores na instituição e a relação de trabalho interinstitucional. Na definição de Katzenbach e Smith (1993) uma equipe é um grupo de pessoas com aptidões complementares, comprometidas e com um objetivo comum.
- Infraestrutura física: Abrange a estrutura física dos locais de trabalho e dos espaços em geral da UFPE.
- Gestão Organizacional: Toda e qualquer ação que demande alguma atuação prévia da administração central que vise criar, manter ou encerrar algum programa ou política. Conforme (Octávio, 2002), o agir institucional compete às estruturas de governanças e o que está em volta do ambiente de uma instituição (políticas, leis, costumes e normas).
- Planejamento e gestão: As atuações e interações que buscam facilitar o bom andamento do planejamento e a entrega das ações administrativas. Até porque, como afirma Cardoso Jr, (2011), a gestão pública sem planejamento que a envolva, por mais que possa estruturar os modos de fazer dificilmente conseguirá – apenas com isso – promover mudanças profundas em termos da eficácia e efetividade.
- Questões sociopolíticas: As transformações sociais, econômicas e políticas ao qual o ambiente da instituição está inserido.
- Resistências a mudanças: Abrange a inércia de atuação que muitos servidores ou unidades ainda possuem devido a bagagem organizacional que carregam.
- Reputação da UFPE: A credibilidade e tradição que a Universidade Federal de Pernambuco exerce no âmbito nacional na área de ensino, pesquisa, extensão e inovação.
- Rotinas administrativas e processos internos: Engloba as rotinas, fluxos dos processos e a fluência do trabalho dentro e entre as unidades da

universidade. É através dessa estruturação que se faz possível mensurar a qualidade das entregas. Pois como evidencia Campos (2004), o não entendimento e padronização desses processos pode gerar entregas e serviços incapazes de auto melhoramento.

- **Treinamento e capacitação:** Abrange a preocupação com o aperfeiçoamento do servidor e a busca contínua em devolver um serviço de qualidade para a sociedade. O treinamento é a ação sistematizada de educação para a capacitação, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do indivíduo (Milioni, 2001).

Levando em consideração essas categorias, os quadros a seguir apresentam o resultado da análise SWOT com a porcentagem de ocorrência. As tabelas 1 e 2 apresentam o cômputo do cenário interno.

Tabela 1: Forças

Categoria	%
Comunicação organizacional	13,85 %
Controle e normativos	4,62 %
Equipamentos e sistemas	1,54 %
Equipe	32,31 %
Infraestrutura física	1,54 %
Gestão Organizacional	15,38 %
Planejamento e gestão	16,92 %
Questões sociopolíticas	1,54 %
Rotinas administrativas e processos internos	10,77 %
Treinamento e capacitação	1,54 %
TOTAL	100,00%

Fonte: CPMA, 2023.

Tabela 2: Fraquezas

Categoria	%
Comunicação organizacional	20,34 %
Controle e normativos	8,47 %

Equipamentos e sistemas	6,78 %
Equipe	13,56 %
Infraestrutura física	1,69 %
Gestão Organizacional	5,08 %
Planejamento e gestão	11,86 %
Resistência a mudanças	3,39 %
Rotinas administrativas e processos internos	20,34 %
Treinamento de capacitação	8,47 %
TOTAL	100,00%

Fonte:CPMA, 2023.

As tabelas 3 e 4 apresentam o cômputo do cenário externo:

Tabela 3: Oportunidades

Categoria	%
Comunicação organizacional	11,54 %
Controle e normativos	6,41 %
Convênios e parcerias	20,51 %
Equipamentos e sistemas	7,69 %
Equipe	1,28 %
Infraestrutura física	2,56 %
Gestão Organizacional	11,54 %
Orçamento	10,26 %
Planejamento e gestão	10,26%
Questões sociopolíticas	3,85 %
Reputação da UFPE	6,41 %
Rotinas administrativas e processos internos	1,28 %
Treinamento e capacitação	6,41 %
TOTAL	100,00%

Fonte:CPMA, 2023.

Tabela 4: Ameaças

Categoria	%
Comunicação organizacional	7,92 %
Controle e normativos	6,93 %
Equipamentos e sistemas	12,87 %

Equipe	15,84 %
Infraestrutura física	17,82 %
Gestão Organizacional	7,92 %
Orçamento	10,89%
Planejamento e gestão	4,95 %
Questões sociopolíticas	2,97 %
Rotinas administrativas e processos internos	5,94 %
Treinamento e capacitação	3,96 %
TOTAL	100,00%

Fonte:CPMA, 2023.

Com base na análise de cenário e visando entender a UFPE a partir de uma perspectiva participativa e democrática - entendendo que um diagnóstico mais preciso se concretiza quando temos acesso ao maior número de variáveis possíveis, sintetizamos e atualizamos a *SWOT* da UFPE. Os quadros 2 e 3 apresentam o resultado dessa apreciação.

Quadro 2: Ambiente Interno

Forças	Fraquezas
Quadro qualificado de docentes, discentes e técnicos administrativos.	Comunicação institucional precisando de expansão.
Crescente entendimento da importância da gestão estratégica como ferramenta de indução de mudanças.	Política de inovação sustentável (econômica, social, ambiental e institucional), ainda não totalmente abrangente.
Participação democrática na construção de políticas e normas.	Manutenção de espaços físicos e equipamentos sem garantia de recursos e acessibilidade.
Qualidade e quantidade da produção acadêmica.	Rotinas administrativas e processos internos
Capacidade de captação de recursos financeiros.	Ensino à distância precisando de ações assistenciais.
Credibilidade e tradição institucional	Política de internacionalização ainda desconhecida de parte do corpo docente, discente e técnico

	Capacidade de produção científica docente ainda não totalmente mapeada.
	Novas práticas pedagógicas e de gestão ainda não exploradas

Fonte: CPMA, 2023.

Quadro 3: Ambiente Externo

Oportunidades	Ameaças
Demanda crescente por ensino e qualificação profissional.	Redução de investimentos públicos nas IFES.
Mudança do paradigma de consumo com enfoque na sustentabilidade.	Infraestrutura urbana (mobilidade, segurança, habitabilidade, energia, etc.).
Reputação, credibilidade e referência da UFPE como instituição.	Não valorização do corpo técnico administrativo em educação no âmbito nacional.
Importância Geopolítica, econômica e cultural do Brasil.	Desigualdade no fomento à pesquisa entre regiões brasileiras.
Reconhecimento da dimensão cultural e curricularização das atividades extensionistas.	Autonomia limitada (gestão de pessoal, administrativa, financeira).
Novas metodologias de ensino	Desconhecimento da sociedade sobre a importância das atividades das IFES.
Novas tecnologias e formas de trabalho.	Sucateamento do sistema educacional público.

Fonte: CPMA, 2023.

5. PERFIL INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), instituição federal de educação superior (IFES) que sucedeu a Universidade do Recife (UR), resultou da reunião de um conjunto de escolas de ensino superior, já em funcionamento no estado de Pernambuco desde o século XIX. Criada por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.338, de 20 de junho de 1946, com sede na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, a UR era instituição de ensino superior, pessoa jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar.

O Estatuto das Universidades Brasileiras vigente à época, outorgado por meio do Decreto nº 19.581, de 11 de abril de 1931, do Governo Provisório de Getúlio Vargas, mediante proposta do então recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, estabelecia que uma unidade universitária deveria ter em sua composição pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito,

Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

A composição inicial da Universidade do Recife se deu por meio do agrupamento das seguintes Faculdades e Escolas:

1. Faculdade de Direito do Recife (1827);
2. Escola de Engenharia de Pernambuco (1896);
3. Faculdade de Medicina do Recife, e Anexas de Odontologia e Farmácia (1914);
4. Escola de Belas Artes de Pernambuco (1932); e
5. Faculdade de Filosofia do Recife (1939).

A Faculdade de Filosofia do Recife, da Congregação das Dorotéias, foi incorporada à UR por “agregação”, ato legal que viabilizou a criação da Universidade do Recife, uma vez que não existia instituição federal de formação de professores em nível superior em funcionamento. A FAFIRE conservou sua situação de instituto livre, dependendo da mesma Universidade nos setores administrativo, didático e disciplinar, e dela recebendo uma subvenção anual, além de eventuais auxílios extraordinários para a manutenção dos seus serviços (Cf. FAFIRE/UR. Anuário 1941-1956, p. 32).

Em 1946, a Faculdade Estadual de Filosofia, de criação autorizada pelo Governo do Estado de Pernambuco, pelo Decreto-lei estadual nº 1.390, de 10 de Junho de 1946, também foi incorporada à Universidade do Recife, logo após reconhecida pelo Governo Federal. Esta Faculdade criada nos mesmos moldes da Faculdade Nacional de Filosofia, de caráter laico, tinha os seguintes objetivos: preparar os trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; preparar o candidato ao magistério secundário ou normal; e realizar pesquisas nos vários domínios culturais que constituem objeto de seu ensino.

Em 1948, com o empenho do seu primeiro reitor e principal articulador da instituição universitária – o professor Joaquim Amazonas, catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito –, juntamente com a Comissão do Plano da Cidade Universitária designada para este fim, se estabeleceu o local de construção do campus em um loteamento de terras no bairro da Várzea. Em 1949, o projeto do campus foi encomendado a Mario Russo, arquiteto italiano recém-chegado ao Recife da Faculdade de Arquitetura e Engenharia de Nápoles, Itália, convidado para ensinar arquitetura e urbanismo na Escola de Belas Artes de Pernambuco (EBAP).

Neste mesmo ano, a Escola de Engenharia de Pernambuco e a Faculdade de Medicina do Recife, que já estavam incorporadas à Universidade do Recife desde sua criação, foram federalizadas, por meio da Lei nº 976, de 17 de dezembro de 1949. Com efeito, os direitos, bens móveis e imóveis pertencentes à Faculdade de Medicina do Recife e escolas anexas de Odontologia e Farmácia e à Escola de

Engenharia do Recife foram transferidos mediante inventário e escritura pública para o patrimônio da Universidade do Recife.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) estabeleceu que as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior deveriam adaptar seus estatutos ou regimentos. A Universidade do Recife aprovou no Conselho Universitário, em 1963, seu novo Estatuto, o qual foi publicado no Diário Oficial da União em 10 de setembro de 1963, após aprovação pelo Conselho Federal de Educação. Neste documento, ficou registrada a incorporação de outras unidades universitárias, além das Faculdades e Escolas inicialmente incorporadas no ato de criação da Universidade: Escola Superior de Química; Faculdade de Ciências Econômicas; Faculdade de Arquitetura; e Escola de Enfermagem.

Além destas unidades, o Estatuto da Universidade do Recife de 1963 discriminou os seguintes Institutos, diretamente subordinados à Reitoria, os quais eram incumbidos da investigação científica e da pesquisa em geral, além da preparação de pesquisadores em cooperação com as Faculdades e Escolas: Instituto de Física e Matemática; Instituto de Química; Instituto de Biologia; Instituto de Ciências da Terra; Instituto de Ciências do Homem; Instituto de Letras; Instituto de Artes; Instituto de Antibióticos; Instituto de Cardiologia; Instituto de Micologia e Instituto de Nutrição.

Em 1965, a Universidade do Recife passou a ser denominada Universidade Federal de Pernambuco, através da Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, integrando-se ao novo sistema federal de educação do país, cujos princípios e normas de organização foram estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966.

A organização das unidades universitárias em Centros Acadêmicos, nos atuais moldes, foi estabelecida a partir de 1975, tendo sido instaladas, naquela ocasião, as seguintes unidades: Centro de Ciências Biológicas (1975); Centro de Ciências Exatas e da Natureza (1975); Centro de Educação (1975); Centro de Filosofia e Ciências Humanas (1975); Centro de Tecnologia (1975); Centro de Artes e Comunicação (1975); Centro de Ciências da Saúde (1975); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (1975); Centro de Ciências Jurídicas (1979). Por desmembramento do CCEN, foi criado o Centro de Informática (1999). No processo de interiorização da Universidade foram criados o Centro Acadêmico do Agreste (2005), sediado em Caruaru, e o Centro Acadêmico da Vitória (2006). Por novo processo de desmembramento, desta vez do CCS, foi criado o Centro de Ciências Médicas (2018). Por fim, em continuidade do processo de interiorização, foi criado o Centro Acadêmico do Sertão (2024), sediado em Sertânia.

Atualmente a UFPE reúne uma população com mais de 40 mil pessoas, entre professores, servidores técnico-administrativos e alunos de graduação e pós-

graduação. A Administração Central é composta pela Reitoria, oito Pró-Reitorias e cinco Superintendências.

A Universidade consegue se fazer presente em três regiões de Pernambuco nas quais mantém três campi: um campus está situado na cidade de Caruaru, região do Agreste pernambucano, um campus na Zona da Mata, na cidade de Vitória de Santo Antão e o terceiro e já tradicional campus Joaquim Amazonas localizado na capital Recife - região metropolitana do estado.

Os três campi comportam 13 Centros Acadêmicos nos quais atua um corpo docente formado por mais de 3.000 professores e um quadro técnico-administrativo composto por mais de 4.000 servidores.

Tendo como referência dezembro de 2023, a Universidade Federal de Pernambuco conta com 2989 docentes sendo 2525 efetivos e destes 98,3% com titulação em nível de formação *stricto sensu*, sendo 91% doutores e 7,3% mestres. No que se refere ao regime de trabalho, dos professores efetivos 87,17% têm dedicação exclusiva.

Em relação à ampliação das oportunidades de formação para os jovens, a UFPE oferece 113 cursos de graduação, somando um quantitativo de 34.795 alunos, sendo 105 cursos presenciais, com 33.213 matrículas e 8 cursos EAD, com 1582 matrículas.

Em 2023, a pós-graduação da UFPE ofereceu um total de 54 cursos de doutorado, sendo 51 acadêmicos e 3 profissionais, além de 4 doutorados acadêmicos em rede nacional, ofertados em cooperação com outras universidades, totalizando 4.308 alunos matriculados. No mestrado, foram disponibilizados 84 cursos, dos quais 75 eram acadêmicos, com 4.659 alunos, e 9 profissionais, com 280 matriculados. Além disso, nos mestrados em rede nacional, a UFPE ofereceu 3 cursos acadêmicos e 9 profissionais, somando 358 alunos matriculados. A universidade também ofertou 23 cursos de especialização presenciais, com 1.026

alunos; 7 cursos de especialização na modalidade a distância (EAD), com 744 alunos; e 1 curso semipresencial, que registrou 10 matriculados.

A UFPE atua em todas as áreas acadêmicas, conforme apresentado na Tabela 5 que ilustra o quantitativo de cursos de graduação e pós-graduação, por área do CNPq.

Tabela 5: Cursos presenciais de graduação e pós-graduação ofertados pela UFPE, por tipo, em 2023

Área do CNPq	Graduação		Pós Graduação					
			Lato-Sensu		Stricto-Sensu			
	N	%	N	%	Mestrado		Doutorado	
				N	%	N	%	
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	6	5,3	4	12,9	15	15,6	11	19,0
CIÊNCIAS DA SAÚDE	17	15,0	6	19,4	19	19,8	11	19,0
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	19	16,8	12	38,7	10	10,4	8	13,8
CIÊNCIAS HUMANAS	16	14,2	1	3,2	16	16,7	9	15,5
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	22	19,5	5	16,1	20	20,8	11	19,0
ENGENHARIAS	16	14,2	1	3,2	12	12,5	7	12,1
LINGUÍSTICA E ARTES	17	15,0	2	6,5	4	4,2	1	7,0
TOTAL	113	100,0	31	100,0	96	100,0	58	100,0

Fonte: CIG, 2024

Segue abaixo a lista detalhada dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação stricto-sensu existentes na UFPE . Para acessar às informações completas sobre cada curso e programa, utilize os seguintes links:

- [Cursos de Graduação](#)
- [Programas de Pós-Graduação](#)

6. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

O Projeto Pedagógico Institucional da UFPE, visando à concretização de um projeto de sociedade em que a produção e disseminação do conhecimento sejam acessíveis a todos os cidadãos, está ancorado em valores como cidadania, cooperação, criatividade, sustentabilidade, dignidade, diversidade, equidade, ética e integridade, buscando, sobretudo, contribuir para a inclusão social dos sujeitos, independente de sua condição sociocultural e econômica.

Como instituição pública de ensino, pesquisa e extensão, a UFPE está comprometida com a formação de profissionais bem preparados, com competência técnica inquestionável, mas também atentos às demandas sociais das comunidades e sensíveis à condição humana dos sujeitos. Visa à formação de profissionais competentes e comprometidos com o bem comum, por entender que a competência relacional se destaca entre as mais relevantes condições para um exercício profissional qualificado em quaisquer áreas da docência, da pesquisa e da extensão, que constituem o tripé de sustentação da Universidade. Assim, em consonância com Santos (2010,p.89) a universidade assume sua responsabilidade social “aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo, àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para se impor”. Com base nesse entendimento, o projeto pedagógico da UFPE assume as concepções de ensino e de aprendizagem, destacadas a seguir.

6.1 Concepções sócio-filosófico-pedagógicas da educação superior

6.1.1. Fundamentos socioeconômico, político e cultural

A construção do novo Projeto Pedagógico Institucional da UFPE (2024-2028) considera a importância dessa Instituição, na próxima gestão do seu reitorado, desenvolver um balanço, revendo as suas realidades, com base em uma análise

sócio-político- econômica, científico-cultural-tecnológica, e, humano-educativa, no sentido de pensar o seu presente, com vistas ao acompanhamento das novas reconfigurações do tempo contemporâneo avançado.

É também importante que a UFPE vem ao longo de sua trajetória, concretizando um projeto de universidade para o século XXI, fortalecido de ideias e práticas, com base em contínuas projeções para um novo presente, dentro do que existe de mais avançado e civilizado no mundo contemporâneo, dando margem, ainda, para a realização contínua da avaliação coletiva de seu projeto, ao longo da gestão, com base, ainda, no critério da justiça social.

Importa considerar os rebatimentos dos “cenários contemporâneos” deste século, ou seja, os efeitos inter-relacionados entre três matrizes fundamentais como: a revolução técnico-científica ou tecnológica, o processo de globalização e o projeto neoliberal (Dourado e Fernandes, 1999, p.4-11), com vistas a fazer, também, uma reflexão sobre a matriz do estrangulamento sócio – econômico - cultural e político, ao seu redor. Em particular, sobre a situação daqueles que puderam ou não puderam ter a condição de justiça e liberdade, de se inserirem nos espaços cotidianos institucionais, com dignidade e justiça, por apresentarem condições adversas.

Entretanto, vale acrescentar, que esses sujeitos do “lado de fora”, são portadores do direito de se inserirem na educabilidade formal, com qualidade social, com vistas à melhoria da sua “condição humana”, sobretudo, aqueles que sofrem de “esquizofrenia sócio-cultural”, perdidos no seu tempo-espaço, como já identificava Frederic Jameson (1995, p. 319-321), nas suas análises “pós-modernas”. Nesse sentido, ele pensou sobre uma nova “estrutura de sentimento” para aqueles sujeitos, no contexto da realidade contemporânea, na perspectiva de combater os efeitos anti - democráticos e anti – solidários da sociedade contemporânea (idem).

Requer-se, ainda, nessa proposta, delinear outros pressupostos teóricos, de modo a particularizar, algumas identificações históricas da universidade, a que a ela se

filia, do final do século XX, ao contexto atual do séc. XXI, a fim de que sejam delineados, criticamente seus fins, objetivos e meios articulados à realidade contemporânea, tomando como ponto de partida, a própria modernidade (Jameson, 1989, p.319-321) e as suas perspectivas de combate aos efeitos não solidários e, não democráticos, da realidade contemporânea, segundo, Jameson (op. cit., Melo, 2009, p.20). E, ainda, com base na constatação de Santos (2009, p.33), quando explicita, que “a lógica da apropriação/ violência”, faz encolher a lógica da regulação/emancipação (idem) tendo, isso, como implicação, um rebatimento na universidade, e, em outras práticas, sócio – culturais, econômicas, e, políticas.

Nesse contexto de análises multifacetadas, Dourado e Catani (1999, p.5-6), já, afirmavam, grosso modo, que “os cenários contemporâneos podem ser esboçados com base na compreensão inter-relacionada de três matrizes fundamentais: a revolução técnico-científica ou tecnológica, o processo de globalização e o projeto neoliberal”.

Para esses autores, essas referências, no plano macro, iriam ajudar “a explicitar, o contexto atual e os seus desdobramentos, em diferentes espaços da sociedade, especialmente nas instituições educativas e formativas como, por exemplo, as universidades” (Idem, p.6), nos âmbitos das “mudanças no mundo da produção e do trabalho (idem). Por conseguinte, elas ajudariam, a entender, “a realidade da produção do conhecimento e as perspectivas da formação profissional” (idem), como, “as transformações técnicas – científicas, econômicas, políticas e culturais”, dentre outros: “o desemprego estrutural e tecnológico; a globalização da produção, do consumo e do trabalho”; “a redefinição do papel do Estado e das políticas públicas, a exigência de novo perfil do trabalhador, de novo modelo de formação profissional (Idem, p.6-7); bem como, a “alteração nos padrões de financiamento da educação pública, adoção de novas formas de gestão, implementação de novos mecanismos de avaliação, controle, reorganização curricular, formação e profissionalização do professorado” (Dourado e Catani 1999, p.10-11).

Por outro prisma, Santos (2004) problematiza limites, explicando que, “no momento, porém, em que o Estado, ao contrário do que se passou com a justiça, decidiu reduzir o seu compromisso político com as universidades e com a educação em geral, convertendo esta num bem que, sendo público, não tem de ser exclusivamente assegurado pelo Estado”. Nesse alinhamento, “a universidade entrou automaticamente em crise institucional. Se existia antes, aprofundou-se” (Santos, 2004, p.12-13), na medida em que “o crescimento do sistema universitário público, expresso no aumento de matrículas e na ampliação de seu corpo docente e técnico-administrativo”, foi se processando “de forma desigual em relação ao sistema de ensino privado da educação superior, sob a influência da lógica da privatização” (Idem, p.13).

Questões essas e outras, que foram, também, discutidas por Morgado (2009, p.55), por outro ângulo, no contexto da realidade europeia de Universidade, quando indicou que, o Estado desde “as últimas décadas do século XX, por contingências várias, foi - se revelando inoperante nas funções de regulação e de provisão de bens e serviços que lhe estavam consignadas, mergulhando numa progressiva falta de credibilidade, vendo-se compelido a reposicionar-se e refazer as suas relações com a sociedade” e, nesse sentido, ao fazer face aquela situação, “desencadeia uma série de reformas em que se desfaz de responsabilidades que até então lhe cabiam, transferindo-as para a sociedade e para o mercado” (Morgado, 2009, p.46).

Nessa direção, o referido autor explica que a transferência em termos econômicos dessa “tendência para a sociedade e o mercado, sucedida por uma lógica de regulação do tipo mercantil” (idem), traz “como consequência a escassez de financiamentos e recursos para a universidade”, assim como assinalou, Benedito (2009, p.16), através da constatação de que “as modificações introduzidas nas universidades federais não conseguiram ampliar satisfatoriamente suas matrículas para atender à crescente demanda do acesso”.

Indicativos esses, compreendidos, do ponto de vista do capitalismo, já fortemente globalizado no século XXI, “como uma força motriz com base” e alicerçada nos “eixos da transformação produtiva do desenvolvimento econômico” (idem) que, tinha em vista a estimular a concretização da lógica da “empresarización de la universidad de la mano de la Nueva Gestión Pública” (Rezer, 2013, p.96).

Segundo Mancebo, Vale e Martins (2015), nesse contexto, muitos desses indicativos foram historicamente engendrados, na realidade brasileira como, as “transformações profundas nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se às demandas a ela apresentadas”(p.33), cujos fatos, viriam a “expressar simultaneamente uma perda geral de prioridade em relação à educação superior e às políticas sociais” (p.33). Essa crise, que vem sendo caracterizada “pela conseqüente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas” (idem), variando de país para país, ao mesmo tempo em que foi se expandido, até hoje, o grande mercado das instituições privadas no Brasil.

Numa perspectiva mais radical, no âmbito de uma economia mais globalizada, no século XXI, vai sendo intensificada a estruturação de um novo paradigma corporativo, de modo que, “o capital financeiro, torna-se hegemônico e o monetarismo assume o lugar da macrogestão econômica em nível mundial, influenciando as estruturas das grandes companhias mundialmente organizadas e dos Estados Nacionais, tornando altamente instável um pacto social mundial, que, em vão, se tenta construir” (Sguissardi, W.; Júnior, J. R. S., 2009, p.30).

Nesse sentido e numa ação prospectiva, a educação superior do país foi se desenvolvendo sob as forças objetivas das influências externas estruturais da economia, como aquela do mercado/consumo material e intelectual, numa dinâmica conjuntural de intervenção nas práxis sociais, em que pese, também, o redirecionamento do papel do Estado, sob a direção ideológica da política neoliberal. Isso vai ocorrendo num conjunto de ajustes ao capital em crise e, sob os

embates na sociedade civil, vindo a requerer novos rumos para a universidade brasileira e maiores investimentos para a sua melhoria, com vistas a interferir nesses limites, na perspectiva de buscar e instaurar uma nova ordem para os novos tempos, como:

(1) O expressivo aumento das Instituições de Ensino Superior (IES), com fins lucrativos, isto é, privados/mercantis;

(2) algumas ações do governo federal, expandindo vagas, matrículas e cursos nas Instituições Federais de ensino superior, seja pela multiplicação dos campi das IFES já existentes, pela expansão do número de instituições, ou, ainda, mediante programas de reestruturação do setor, como é o caso do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);

(3) a forte diferenciação de cursos, instituições e modalidades de ensino da Graduação, cabendo destaque à utilização do ensino a distância (EaD);

(4) a expansão da pós-graduação, com redefinição de seus rumos no sentido do empresariado do conhecimento” (Mancebo, D.; Vale, A.A. e; Martins, T.B, 2015, p. 33).

Essas iniciativas ocorreram no espaço de lutas de seus dirigentes e da sociedade, em nível político macro e micro, muito embora, de modo tardio. E também foram orientadas por um modelo de sociedade e de universidade mais aberto e democrático, entre outras iniciativas, como a expansão da educação superior, com propósitos científicos, culturais avançados e mais inclusivos, através do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Este Programa foi instituído, em 2004, como uma das “tentativas do governo federal, de cumprir as exigências da Declaração Mundial sobre Educação Superior, no Século XXI/98” (Cunha, Apud Pinto, 2012, p.9-10).

Além dessas iniciativas, foram criados, ainda, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, da Universidade Aberta do Brasil e

a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. E, pelo o que se observa, esse programa favoreceu o acesso e a permanência da população de baixa renda na educação superior privada, como também, foi desenvolvido, com base numa política de democratização, na qual se incluiu, ainda, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Nesse âmbito, a educação também foi marcada pela positividade de suas “trocas acadêmico-científicas, socioculturais e políticas entre outras universidades do país e estrangeiras, como em relação às realidades educacionais diversas próximas ao seu redor” (idem).

Vale lembrar que, também, nesse contexto, o crescimento da universidade, que, desde o começo, foi acompanhado, neste século XXI, por uma crise institucional que, já vinha se prolongando, segundo, Santos (2004 p.12), teve como resultado, a “desvalorização de diplomas”, com a “precarização financeira” e a “perda geral de prioridade nas políticas, da educação, saúde, previdência” (idem, p.15), no contexto da “globalização neoliberal”. Ao mesmo tempo em que se destaca que ela “perdeu a hegemonia mesmo no desempenho de suas funções e teve que as passar, a desempenhar num contexto competitivo” (idem, p.90), e a necessitar também “de condições adequadas, tanto financeiras como institucionais” (idem), a fim de “firmar a sua hegemonia”, com “responsabilidade social” e “aceitando a ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais”, que não tiveram o poder para as impor, diante dessas questões (idem, p.91).

Esses fatos vêm demandando, desde o começo do sec. XXI, que a universidade pública tenha por base, a teoria crítica social e pós-crítica, como compromisso com a defesa de práticas que criem para a universidade, “uma nova institucionalidade”, cujos “desafios contextuais em função da região, ou do local”, não possam “ser enfrentados com medidas gerais e rígidas” (Santos, 2004, p.91), a fim de que a mesma consolide a sua autonomia nos planos nacional/internacional global. E também na perspectiva, da universidade ter a capacidade de articulação

entre as diversas práticas e sujeitos, em um processo de gestão institucional acadêmico– político - democrática nas práticas universitárias. Mas, para que, isso, venha a ocorrer, segundo o referido autor, seria necessário “que essas práticas, fossem dotadas de condições adequadas tanto financeiras como institucionais” (idem, p, 90) e que os sujeitos fossem imbuídos, daqueles intentos. Entretanto, o que se observa, é a secagem financeira impedindo de atender até questões básicas, em sua realidade tão plural, como são as atividades acadêmicas.

De fato, Santos (idem, p.92) é bem enfático quando discute “o que resta da hegemonia na universidade” é ser, “um espaço público, onde o debate e a crítica sobre o longo prazo da sociedade, com muito menos restrições do que é comum ao resto da sociedade”, não obstante o cerne da hegemonia “ser demasiado irrelevante nas sociedades capitalistas de hoje para poder sustentar a legitimidade da universidade”. E, é “por isso que a reforma institucional da universidade tem que se centrar nesta última” (idem, p.92), a se pautar nas ideias: “rede, democratização interna e externa, avaliação participativa” (idem).

Em outro nível de argumentação crítica e clássica, “a Universidade é resultado da evolução do pensamento humano, que viu na formação humana, técnica e científica um dos fundamentos para a sua existência. A universidade reveste-se como um instrumento de emancipação, reflexão crítica, produção, divulgação de conhecimento e cultura” (idem, p.22), e de consumo também, em um contexto de convivência plural e do diálogo com outras posturas teóricas. Nesse sentido, a universidade, “transformou-se, num bem público, capaz de influenciar o bem-estar e o progresso das sociedades, pela constante (re) construção e (re) criação humana – ser, conhecer, progredir, como variáveis constituintes do saber humano” (idem). Reveste-se, também, de “uma mola de impulso para o bem social, quer seja local, regional ou global. Constitui-se, assim, como um instrumento ímpar na construção da comunidade, da cidadania, da participação e do sentido político” (idem, p.22).

É importante explicitar, ainda, no contexto da educação superior brasileira moderna e/ou pós-moderna que “a ética e ciência caminhem juntas, reflexão e crítica - crítica livre, larga, sem deixar de ser rigorosa. De um rigor não determinista, mas um rigor que gosta do provisório; porque a sociedade e o homem são da ordem do provisório” (Cunha, Camilo, 2013, p.21). Com base nesses pressupostos e, nas realidades vividas, em que elas estão circunscritas, chega-se ao debate de se formular outro pressuposto importante, de que a universidade, ao exercer sua função de sistematização, produção, difusão, dinamização da cultura e do conhecimento, como já dizia Weber (2000, p.3), ela se vincula ao movimento mais amplo da construção do conhecimento na práxis social (global/local), sofrendo influências externas, ao mesmo tempo em que pode contribuir para a (re)organização/realização de rupturas nesse âmbito, bem como em seus próprios sujeitos, a partir de suas próprias influências, a demandar, face à globalização, dela ser mais inclusiva em vários sentidos.

Nesse contexto, em particular, a produção da ciência vai requerer, segundo Santos (2004, p.76), “uma luta por uma justiça cognitiva que se traduz na ideia de uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico” Não obstante, ser, “uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade, consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade” (idem).

Tais pressupostos implicam em reconhecer que tais mudanças, nos tempos hodiernos, tomam, ainda, o conhecimento, a qualificação profissional com base na eficiência e na produtividade na formação/trabalho, sob a lógica da liberdade do indivíduo e da competitividade perante o mercado, enquanto princípio fundante da sociedade, parecendo obstaculizar o atendimento aos valores formativos da ética, equidade, justiça, integração humana, ao mesmo tempo, em que se abrem novos desafios para a Educação Superior e às novas funções para a universidade, em particular, para docência universitária.

Nessa perspectiva, o conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão da reforma universitária, desde 1968, vai ganhando liminarmente força, em uma perspectiva mais inclusiva e democrática, com base, na pesquisa - ação e na “ecologia dos saberes” (Santos, 2004, pp.75), que “transcendem a extensão, uma vez que, tanto atuam ao nível desta, como ao nível da pesquisa e da formação” (pp.75).

Destaque-se, em particular, a “pesquisa-ação, que não é de modo nenhum específico das ciências sociais, não tem sido em geral, uma prioridade para a universidade” (Santos, 2004, p. 76) Enquanto, a “ecologia dos saberes”, na visão de Santos, é, por assim dizer (idem, p.76), “um aprofundamento da pesquisa-ação. É algo que implica uma revolução epistemológica no seio da universidade e, como tal, não pode ser decretada por lei. A reforma deve apenas criar espaços institucionais que facilitem e incentivem a sua ocorrência. A ecologia dos saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc. que circulam na sociedade (..). Pela perspectiva contrária, a universidade contribui para a “marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento”

Nesse contexto, em particular, a produção da ciência vai requerer, segundo aquele autor “uma luta por uma justiça cognitiva que se traduz na ideia de uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico”, segundo Santos (2004, p.76) que é por assim dizer, “uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade” (idem, p.76).

Entretanto, nesse contexto, acrescenta Santos (2009), a existência de “uma cartografia moderna dual, em que a ecologia dos saberes se assenta, numa cartografia jurídica e a cartografia epistemológica. O outro lado da linha abissal é um universo que se estende para além da legalidade e ilegalidade, para além da verdade e da falsidade. Juntas, estas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna. Assim, a exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social” (p.30-31). Assim, a “humanidade moderna não se concebe sem uma sub- humanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para outra parte da humanidade se afirmar, enquanto universal” (Santos, 2009. p.30-31).

Essas orientações indicam um aceno para embasar a materialização da prática institucional na educação superior e, na UFPE, como base para o desenvolvimento das metas do novo Plano Nacional da Educação Superior (2017), como “o Epicentro das Políticas de Estado para Educação Brasileira” segundo, Dourado, L. (1999).

6.1.2 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está colocada como princípio no Artigo 207 da Constituição Federal e foi reafirmada e desdobrada na LDB 9394/96. Assim, no Artigo 43, a LDB afirma que a educação superior tem entre suas finalidades:

- II – formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

VII promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.

Na UFPE, o ensino, entendido como atividade educativa que medeia a relação entre o discente e os saberes historicamente construídos, supõe que o/a estudante é sujeito ativo na construção do seu próprio conhecimento e que a ação docente não poderá prescindir da problematização da realidade, da interdisciplinaridade no trato com os conhecimentos e da dialogicidade necessárias à construção de uma relação pedagógica que contribua com o desenvolvimento e a constituição da autonomia discente.

Nessa perspectiva, distancia-se da ideia de transmissão de conhecimentos, de imposição de valores e diferencia-se daquela concepção por meio da qual o conhecimento é entendido como algo pronto e acabado, permanentemente válido, universal e incontestável.

Por sua vez, a prática pedagógica, compreendida como uma dimensão da prática social mais ampla, ganha materialidade ao se tornar reflexiva e tem na pesquisa a concretização da relação entre teoria e prática que deve compor os processos de ensino e de aprendizagem, caracterizados na ação docente e discente

Por outro lado, a extensão constitui uma forma de interação e socialização de conhecimentos entre a universidade e a comunidade na qual se insere. Representa uma etapa do processo de construção e disseminação de saberes que complementa juntamente com a pesquisa e o ensino, a tríade definida como função prioritária da universidade. Trata-se de um processo de troca, em que a universidade aprende sobre os valores e a(s) cultura(s) da comunidade, devendo, por conseguinte, planejar e executar as atividades de extensão com o objetivo de dialogar com a sociedade da qual emergem as problemáticas sobre as quais as

pesquisas se debruçam, visando encontrar respostas aos problemas formulados na e pela sociedade.

Nesse sentido, compreende-se a pesquisa como prática teórica que vincula pensamento e ação, e que emerge de um problema gerado da vida prática. Trata-se de uma atividade intencional que investiga o mundo e a experiência – passada e atual – da humanidade, com vistas a solucionar problemas e intervir na realidade. De igual modo, a pesquisa e a extensão (re) alimentam a atividade de ensino, colocando-a em atualidade frente à realidade cotidiana do mundo.

Deste modo, o entendimento na/da UFPE é que a produção acadêmica dos/as estudantes deve ser incentivada, promovendo-se ao máximo a sua participação nos projetos de iniciação científica, em congressos, seminários, encontros de pesquisas, e demais atividades acadêmicas nas quais possam estar vivenciando o movimento de articulação entre os conhecimentos científicos historicamente acumulados e a dinâmica e complexidade da realidade cotidiana. Com isso a Universidade alinha-se à estratégia do PNE de “fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País”. (Brasil, 2014).

6.1.3. Concepção de Ensino

A concepção de ensino de uma instituição formadora expressa o projeto de sociedade em curso em determinado momento histórico. Diz sobre a maneira como a IES concebe a atuação social dos sujeitos, as relações em sociedade e a democratização do conhecimento, ou seja, revela a intencionalidade e o envolvimento com um projeto de transformação social em que a relevância do conhecimento científico, embora amplamente reconhecida, não exclui outras formas de conhecimento, tais como o conhecimento filosófico, ético, estético, religioso, de senso comum, entre outros.

Esta perspectiva alinha-se a Santos (2010, p. 76) quando o autor chama atenção para o fato de que “a universidade, ao especializar-se no conhecimento científico e ao considerá-lo a única forma de conhecimento válido, contribuiu ativamente para a desqualificação e mesmo destruição de muito conhecimento não científico e que, com isso, contribuiu para a marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento”.

Assim, em contraposição a essa concepção de conhecimento único e universal, a compreensão que ancora o trabalho na UFPE argumenta em favor de um processo educativo que considere o conhecimento como produção histórica, reconhecendo sua condição de provisoriedade, bem como a condição de inacabamento do ser humano que o produz, nos vários espaços de suas vivências cotidianas.

A princípio, parece consenso entre educadores que “o objetivo da ação educativa, seja ela qual for, é ter interesse em que o educando aprenda e se desenvolva, individual e coletivamente”, como afirma Luckesi (2000, p. 121).

No entanto, esse objetivo diz da relação que se estabelece entre a docência e a produção e disseminação do conhecimento. Implica compreender que a construção do conhecimento não se processa de forma linear e fragmentada, antes supõe um permanente diálogo entre áreas do saber e entre diferentes saberes, como suporte a uma perspectiva de ação interdisciplinar.

Nessa mesma direção, a ação interdisciplinar, por sua natureza essencialmente dialógica, não pode prescindir da flexibilização que deve perpassar os currículos dos vários cursos, como possibilidade de favorecer a mobilidade acadêmica, a correção de fluxos interrompidos ou espaçados e a vivência de situações de ensino diversificadas. Assim sendo, com vistas ao alcance da meta 12 antevista no Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos, que prevê a elevação da taxa de matrícula no ensino superior, uma das estratégias é “consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-

graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior”. (Brasil, 2014).

Com esse entendimento, a UFPE concebe o ensino como processo de mediação da relação que se estabelece entre o sujeito que aprende e o conhecimento a ser aprendido. Supõe interação e compartilhamento de saberes, apoiados no rigor metodológico que essa mediação requer. Trata-se de uma ação que demanda planejamento e organização da atividade docente com vistas ao processo de aprendizagem. Nesse sentido, ao professor não caberia a transmissão de conhecimentos, uma vez que não se concebe o conhecimento como objeto de transmissão, mas como uma construção dos sujeitos.

Assim sendo, ao professor compete a problematização de situações que possam provocar o estudante a buscar respostas para questões que emergem da realidade socioeconômica e político-cultural e, portanto, dizem respeito a sujeitos concretos, aos quais devem ser oportunizadas experiências curriculares interdisciplinares e flexíveis, visando à garantia de acesso amplo e inclusivo.

Dessa forma, as respostas aos problemas formulados poderão/deverão ser construídas com base nos conteúdos acadêmicos em articulação com a realidade cotidiana de sujeitos comuns, entendendo-se que “a educação é antes de tudo um ato político sério, um processo que se direciona para finalidades que estão intrinsecamente envolvidas com valores que embasam a formação técnica e cidadã” (Melo, 2008, p. 153).

Trata-se ainda de pensar o ensino apoiado em uma relação dialógico-problematizadora que contribua para a construção de conhecimentos científicos, mas também de valores e atitudes necessários à construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais cidadã. Nesta perspectiva, a estratégia geral do ensino seria a de proporcionar ao estudante ajuda no processo de desenvolvimento de um pensamento autônomo, crítico e criativo. Aos professores cabe proporcionar a orientação necessária para que os objetivos possam ser explorados pelos estudantes sem oferecimento de soluções prontas. De acordo com este

entendimento, a essência da educação é a dialogicidade, por meio da qual educador e educando tornam-se sujeitos de um processo em que crescem juntos. Nesta perspectiva, o conhecimento deve ser entendido como uma transformação contínua e não transmissão de conteúdos programados.

É importante destacar que tomamos o ensino enquanto movimento curricular como aquele que é vivenciado no contexto da prática de ensino. Nesse sentido, elucidamos que o currículo como contexto da prática se corporifica nas práticas docentes que perpassam as relações sociais no espaço escolar e/ou acadêmico, sendo materializado pelos alunos e professores das instituições, especialmente os professores e alunos no âmbito da sala de aula, evidenciando a historicidade e a intencionalidade do processo formativo (Souza Júnior, 2007). Assim, o contexto da prática está relacionado com o que se diz, com o que se pensa, com o que se pode dizer, onde se pode dizer e com que autoridade se pode fazer (Ball, 2006). Assim, partimos da compreensão do ensino na dimensão do entendimento da inconclusão e incompletude da teoria e da prática. Dessa forma, não há teoria que seja conclusiva e que se baste a si mesma, da mesma forma que não há prática que esteja acabada ou pronta.

Então, a indissociabilidade entre a teoria e a prática possibilita a atualização reflexiva de ambas e intensifica o processo de construir sentidos sobre a identidade profissional do professor e, conseqüentemente, sobre seu exercício profissional. Neste sentido, o ensino não se limita, nem se constitui, unicamente, pela dinâmica de acumulação de teorias e de práticas. O ensino possui, como um de seus elementos fundantes, a reflexão crítica sobre ambas. Essa reflexão crítica se materializa na construção e (re) construção da teoria e da prática.

É então necessário que o ensino se constitua em processos nos quais sejam estabelecidas, constantemente, relações entre o cotidiano das IES e das escolas. E o movimento entre o cotidiano das IES e a educação básica.

6.1.3.1 Prática Pedagógica

De acordo com Souza (2007), a prática pedagógica pode ser compreendida como uma práxis que se caracteriza pela intencionalidade pela qual as ações são dirigidas de maneira coletiva e institucionalizada. Além disso, a prática pedagógica se constitui pela relação e dinamicidade de outras práticas que a compõem, a saber: a prática gestora, a prática docente, a prática discente e a prática epistemológica. Assim, entende-se que a prática docente, que é desenvolvida pelo professor, é uma das dimensões da prática pedagógica.

A prática de ensino constitui-se de movimentos que possibilitam diálogos entre: a teoria e a prática; o pensar e o fazer; o campo de formação e o campo de atuação. Por isso, configura-se como contexto de produção de sentidos sobre aquilo que fundamenta a prática pedagógica e docente na dinâmica de sua materialização. Dessa forma, na vivência da prática de ensino tanto se ressignifica a teoria quanto a prática no espaço-tempo da formação das (IES) e no espaço-tempo da atuação profissional. É neste sentido que é importante garantir uma sólida base teórica e uma diversidade de experiências no campo de atuação profissional. A ideia de prática em movimento nos leva a compreender que o campo da formação inicial não se restringe às IES. O ciclo do movimento de ensino, da vivência curricular, se completa no diálogo reflexivo e transformador entre a sólida base teórica e as experiências do campo profissional. Esse diálogo reflexivo e transformador contribui para dar início à constituição da identidade profissional do professor e de sua prática pedagógica e docente. Nessa discussão, faz-se necessário elucidar o entendimento sobre a prática pedagógica e a prática docente.

Diante disto, a relação da teoria e da prática não é de oposição, mas uma relação imbricada de elaboração e constituição de saberes, na medida em que se atua sobre a prática, embasando-se pela teoria, e que se produz teorização sobre o que é vivido no contexto da prática. Desse modo, os alunos e professores, ao relacionar as concepções sobre o ensino, estudadas e discutidas no âmbito da formação, no ensino superior, com a sua realidade no campo de atuação, destaca

que, no que se refere à formação docente, há a possibilidade de superação de algum modo das perspectivas tradicionais de formação, além de apresentar que relação teoria e prática possibilita que os alunos passem a refletir sobre o que é prática, como se constitui sua prática e como vivenciar um processo de repensar a prática, no processo de profissionalização docente.

Neste sentido, entendemos a prática como possibilidade de trazer a concreticidade das situações-problema do campo de trabalho para a formação de profissionais, nas mais diversas áreas do conhecimento, objetivando que seus desafios possam efetivamente ser discutidos, interpretados e reinterpretados tomando como lente a teoria. Assim, não consideramos que a prática seja entendida só como caráter utilitário e única fonte do saber, e como posto pelos teóricos do movimento que questionou a importância da construção teórica considerando o ato educativo como um fazer da prática, em que o currículo tem o papel de procurar ações apropriadas à resolução dos problemas que decorrem dessa mesma prática.

Acreditamos no movimento reflexão-ação-reflexão da prática reflexiva no qual o conhecimento tácito seja respeitado sem, no entanto, desconsiderar o conhecimento social e historicamente produzido. É, pois, no quadro destas ideias que reconhecemos a prática pedagógica e nela a prática de ensino que envolve e requer uma reflexão em torno do uso das tecnologias da informação e da comunicação no ensino.

6.1.3.2 Uso das tecnologias da informação e da comunicação

Definidas como um conjunto de recursos tecnológicos, com objetivo comum e utilizado de forma integrada, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) são utilizadas nos mais diferentes ramos de atividade, nas mais diferentes áreas e vão se interligando, também, à atividade educativa (nos processos de ensino e de aprendizagem, na educação à distância, na mobilidade virtual). Dessa forma, a tecnologia se faz presente no meio universitário, seja pelo uso de equipamentos tecnológicos, seja por meio de projetos envolvendo educação e tecnologia.

O uso de TICs foi potencializado nos diferentes campos pela popularização da internet. Através desse conjunto de redes, novos sistemas de comunicação e informação foram criados. Ferramentas como chat, e-mail, fóruns de discussão on-line, agenda de grupo, comunidades virtuais, instagram, videoconferência, WhatsApp, entre outros, permitiram trabalho colaborativo entre pessoas, entre profissionais geograficamente distantes e, por conseguinte, a construção de novos conhecimentos revolucionando os relacionamentos humanos e tornando a aprendizagem mais significativa.

A área educacional é beneficiada com o uso de TICs não só por potencializar os processos de ensino e de aprendizagem, presencial ou não, mas também por permitir inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas. A difusão das TICs no ensino superior promove mudanças não só na esfera pedagógica, associação de cursos presenciais com parte em EAD (educação à distância), mas também nas atividades administrativas assim como nas modalidades de gestão nas universidades, esse último percebido ultimamente na UFPE com a implementação do SIPAC.

A discussão não está em usar ou não as TICs no ensino superior, mas nas formas de uso das mesmas por professores e alunos. A escolha das ferramentas digitais deve ser definida com as metodologias apropriadas ao perfil dos alunos e aos seus estilos cognitivos. A finalidade fulcral desse processo é, sem dúvida, a procura de resultados “mais rápidos” e eficientes, e, melhoria nas performances dos envolvidos nos processos de ensino aprendizagem.

De acordo com Collis (1996), novas oportunidades aparecem, e a integração de recursos pedagógicos e tecnológicos permite aumentar a flexibilidade da aprendizagem, melhorar a comunicação entre professores e alunos e reforçar a interação entre os docentes. Todavia, é necessário estabelecer critérios de escolhas das ferramentas apropriadas entre as TICs educativas disponíveis. Afinal, o uso dessas tecnologias muda a maneira com a qual os professores desenvolvem as suas atividades, num fazer diferente.

É importante destacar que além de investimento na infraestrutura em TICs pelas IES, observação de aspectos metodológicos dos docentes dos diferentes cursos nas escolhas de ferramentas. O docente investirá na incorporação das TICs na sua vida profissional (papel de investidor em sua própria formação), nas suas aulas e, de forma conjunta, no planejamento, no currículo do curso, para que as TICs não sejam complemento ou aparato marginal. O docente irá inteirar-se das novas possibilidades de trabalho, cobrir o programa definido, realizar as atividades de pesquisa e de produção acadêmica.

As inovações oriundas do uso das tecnologias da informação e da comunicação tornam-se parte de um conjunto de relações, e ao fazerem isso dificultam a distinção entre o que é tecnológico e o que é social. Desse modo a construção do conhecimento é pensada como atividade humana que se dá em conexão com o contexto social do qual emerge, sem negar as condições históricas e culturais de sua produção.

6.1.4 Concepção de Aprendizagem

A compreensão de aprendizagem que ancora o trabalho na UFPE argumenta a favor de um processo educativo que considera o conhecimento como produção histórica, necessariamente provisória e atividade humana que se dá em conexão com o contexto social do qual emerge. Sem negar as condições sócio-culturais dessa produção, realça a condição de inacabamento do ser humano que a produz em diferentes espaços de suas vivências cotidianas. Implica, portanto, admitir que a relevância do conhecimento científico, embora amplamente reconhecida, não exclui outras formas de conhecimento tais como o conhecimento científico, filosófico, ético, estético, religioso, de senso comum, entre outros. De acordo com esse entendimento, aprender é muito mais do que memorizar ou reproduzir discursos veiculados nos textos orais e escritos disponibilizados aos estudantes durante a formação acadêmica. Aprender representa uma ação, ao mesmo tempo, individual, cognitiva, social, cultural, racional e afetiva que,

envolvendo condições internas e externas, resulta na reestruturação dos esquemas mentais do estudante. Aprender é, ainda, o exercício de relacionar, problematizar, mobilizar campos conceituais diversos no enfrentamento de situações implicadas na vida, e além da racionalidade, envolve a intuição, a sensibilidade, e as subjetividades dos seus produtores.

A aprendizagem, portanto, consiste na construção e reconstrução de esquemas interpretativos, com base nos conhecimentos e representações construídos pelo estudante através de suas experiências acadêmicas e extra-acadêmicas. Trata-se de um processo de mediação entre o sujeito que aprende e o conhecimento a ser aprendido, visto que supõe interação e compartilhamento em via de mão dupla; uma ação dinâmica e ativa dos sujeitos aprendentes: professores e estudantes, a partir da organização da atividade docente em espaços formativos de aprendizagem, com estratégias didáticas adequadas ao contexto e aos grupos, em particular, contemplando interesses, estilos, contextos de aprendizagens diversos, ritmos de aprendizagem diferentes; pluralidade e diversidade de sujeitos; organização de formas de trabalhos distintos para um mesmo grupo de alunos/as; variedade e multiplicidade de circunstâncias do cotidiano e experiências acumuladas.

As práticas pedagógicas orientadas por essa concepção de conhecimento e de aprendizagem passam a realçar conteúdos desafiadores que assegurem a flexibilização dos percursos formativos; experiências socioculturais que facilitem a produção acadêmica e referenciem a inserção dos sujeitos no mundo. Nessas práticas, o erro não é concebido como algo a ser punido. Diferentemente, deve ser explorado e analisado pedagogicamente como mais uma possibilidade de aprendizagem (Torre, 2007) porque permite instaurar o conflito cognitivo que favorece saltos e avanços no desenvolvimento cognitivo e social do estudante.

6.1.5 Concepção de Avaliação

Essa concepção de aprendizagem como processo de construção pessoal do sujeito que aprende a partir de sua interação cognitiva, social, cultural e afetiva com os objetos e conteúdos de aprendizagens, exige que sua avaliação se alinhe aos seus fundamentos, sendo, portanto, compreendida como uma prática educativa de acompanhamento e regulação do percurso de construção das aprendizagens dos estudantes ao longo de sua formação acadêmica, tendo em vista o avanço gradativo do seu nível de qualidade. Trata-se de um processo formativo dialógico, orientado por princípios e critérios, que exige a comunicação e a cooperação entre professores e estudantes.

O princípio da negociação orienta o processo de interpretação dos sentidos e significados que vão sendo paulatinamente construídos pelos estudantes em conexão com suas redes de conhecimentos prévios e aprendizagens significativas. Aos docentes cabe negociá-los, confrontando-os com os convencionais sistematizados pela ciência, arte, ética ou estética. Esse processo de negociação exige uma ação compartilhada entre todos que participam do processo de avaliação.

Nesse sentido, a prática avaliativa é também orientada pelo princípio da cooperação entre professores, estudantes e coletivos de pares recomendando que ela não se restrinja apenas à heteroavaliação, mas inclua também procedimentos sistemáticos de autoavaliação e coavaliação compartilhando diferentes olhares e juízos avaliativos.

Evidentemente, ao considerar a possibilidade de múltiplas interpretações, a avaliação das aprendizagens precisa ser flexível, o que não implica em negligência. Muito pelo contrário, o princípio da flexibilidade suaviza a rigidez avaliativa, mas impõe a necessidade de cuidado para com as aprendizagens dos estudantes no sentido de acompanhar e orientar seus processos construtivos e seus resultados para que, dessa forma, elas sejam efetivas e de qualidade.

Considerando que as aprendizagens de conceitos, fatos, procedimentos e atitudes ocorrem ao longo de um processo interativo que inclui acertos e erros construtivos ou convencionais, a avaliação necessita ocorrer continuamente, acompanhando os desdobramentos desse processo, com o compromisso de buscar sua constante melhoria. O princípio da continuidade recomenda que não seja uma ação pontual e esporádica vinculada a determinado período letivo. Além disso, orienta para que seja uma ação contínua, sistemática, criteriosa e planejada, incluindo a construção e aplicação de diferentes instrumentos avaliativos específicos e adequados.

O processo avaliativo também requer o exercício do princípio da diversidade. Recolher uma série de informações e dados das aprendizagens dos estudantes é fundamental para que os professores avaliadores possam programar as estratégias didáticas, bem como os critérios, as técnicas e os instrumentos de avaliação necessários a uma competente orientação pedagógica. Testes ou provas comumente utilizados pela cultura avaliativa predominante são instrumentos de avaliação úteis e necessários, mas, sem dúvida, não precisam ser exclusivos. Outros instrumentos como mapas conceituais, sequências didáticas, inventários de conceitos, de atitudes, de procedimentos e de habilidades, artigos, exercícios de aplicação conceitual, estudo de casos, simulações, construções de protótipos e de maquetes, entre vários outros, podem fazer parte do repertório de instrumentos avaliativos utilizados pelos docentes.

Essa diversidade de instrumentos para obter as necessárias informações sobre as aprendizagens dos estudantes e possibilitar atribuir suas respectivas pontuações, é imprescindível para que se possa exercer o princípio da cumulatividade da avaliação que implica reconhecer o valor agregado a essas aprendizagens. Faz-se necessária a proposição de novos desafios para que elas se ampliem e se complexifiquem até atingirem o patamar de qualidade desejado.

Por essa razão, as aprendizagens a serem construídas pelos estudantes dos diversos cursos da UFPE precisam ser descritas nos seus respectivos projetos

pedagógicos de curso e planos de ensino com a finalidade de cumprirem o princípio da transparência na avaliação, o qual, protegendo o direito do estudante à informação, assegura que cada estudante saiba o que se espera dele em termos de expectativas de aprendizagens, bem como tome conhecimento dos critérios, objetivos, procedimentos e regulamentos avaliativos.

Finalmente, espera-se que o princípio da justiça seja a máxima moral orientadora da cultura avaliativa da UFPE. Toda a nossa comunidade educativa sabe que a prática avaliativa não é neutra visto que representa um julgamento de mérito ou de valor sobre a produção dos estudantes, frente aos objetivos da disciplina, os critérios estabelecidos que buscam atender a formação complexa de um profissional sendo, portanto, imprescindível a nossa luta e o nosso desejo para que esse julgamento seja legítimo. É consenso o entendimento de que os resultados da avaliação têm repercussão na vida das pessoas, cujos desdobramentos muitas vezes mudam rotas e trajetórias de maneira positiva ou negativa.

Nosso compromisso é o de que, através de avaliações justas, possamos interferir positivamente nas vidas de nossos estudantes de forma a favorecer a formação do profissional que a sociedade precisa no enfrentamento das demandas no desenvolvimento de sua atividade no mundo. Para isso, a proteção dos seus direitos, principalmente, os inerentes à avaliação de suas aprendizagens, precisa ser incorporada urgentemente à nossa cultura avaliativa, como por exemplo, o direito à contestação de critérios avaliativos e o direito a um processo de avaliação da aprendizagem sigiloso, justo e isonômico.

Considerando essas concepções de conhecimento, aprendizagem e avaliação, parece-nos ser recomendável estimular um processo de construção de uma nova cultura avaliativa capaz de preservar e aperfeiçoar a relação entre avaliação, direitos e justiça dignificando a UFPE e o nosso projeto democrático de sociedade e de humanidade.

6.2 Políticas de Gestão Acadêmica

6.2.1 Política de Avaliação Institucional

Seguindo a portaria 2051 de 09 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES, definidos pela referida Lei, a UFPE em 14 de julho de 2004, através de Portaria do Reitor, de nº 1291, designou membros para constituírem a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES. Na UFPE, em conformidade com os dispositivos legais pertinentes, o princípio da autonomia da CPA é respeitado, contudo reconhece-se o Conselho Universitário como foro legítimo de aprovação de suas ações em última instância.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFPE conta com Regimento Interno, aprovado e publicado no Boletim Oficial 58 de 06 de dezembro de 2023, e sua composição atual, de acordo com o Artigo 3º, traz o (a) antigo Diretor (a) Estratégico de Planejamento, Avaliação e Gestão (DEPLAG), atual Diretor (a) de Avaliação Institucional (DAI) na qualidade de presidente da Comissão; um/uma Coordenador/a da DAI ; 6 (seis) membros docentes integrantes da carreira de Magistério Superior; 6 (seis) membros técnico-administrativos integrantes do Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação; 3 (três) membros estudantes regularmente matriculados em curso de graduação ou de pós-graduação *stricto sensu*; e 1 (um) representante da sociedade civil organizada.

Desde a sua criação, a CPA da UFPE vem atuando no acompanhamento aos processos avaliativos institucionais: internos e externos, cujas orientações e acompanhamento estão, atualmente, sob a responsabilidade da Diretoria de Avaliação Institucional – DAI.

Cabe à CPA da UFPE a coordenação da elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional (RAI) inserido anualmente no sistema do Portal do e-MEC.

6.2.2 Política de Avaliação de Cursos de Graduação

A avaliação de cursos de graduação é entendida na UFPE como uma oportunidade de interlocução com pares externos à IES, indicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), para um aprofundamento sobre os saberes de uma determinada especificidade de área, através de um processo formativo para a preparação profissional com a qual se compromete e para a qual busca cada vez mais a sua qualificação para atuar no mercado de trabalho.

Assim, seja pela Avaliação Externa in loco (virtual ou presencial), seja pela documentação encaminhada em atendimento às demandas do INEP/MEC, ou ainda pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), os processos avaliativos externos constituem procedimentos através dos quais a UFPE buscará sempre alcançar a excelência na formação que oferece à sociedade, tendo clara a sua missão em promover a formação humana, ética e solidária, e a construção de conhecimentos de excelência voltados à transformação da sociedade.

Com essa finalidade, a UFPE realiza um trabalho de coordenação e apoio à avaliação dos cursos de graduação através da Diretoria de Avaliação Institucional (DAI) e da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que se encarregam do acompanhamento e orientação aos cursos de graduação com vistas à qualificação dos processos formativos, bem como ao atendimento às exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em cujo centro estão os aspectos relativos ao ensino, à pesquisa, à extensão, à responsabilidade social da IES e à gestão da instituição.

A Coordenação Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação (CDPCG), da Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE), da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), objetivando qualificar os currículos dos diversos cursos de graduação da UFPE, realiza um trabalho de acompanhamento à elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), orientando em relação às exigências de atendimento às demandas sociais postas aos cursos e de cumprimento aos dispositivos legais regulamentadores das diversas formações

profissionais que oferece. A referida coordenação constitui um canal de diálogo com os cursos de graduação e possibilita uma assistência direta aos seus coordenadores, aos chefes de departamentos e aos professores em geral.

A Diretoria de Avaliação Institucional (DAI) adota uma agenda de acompanhamento aos processos avaliativos do SINAES, trabalhando na realização de um diálogo permanente com as gestões dos cursos de graduação, no sentido de orientar e supervisionar as atividades inerentes às suas atribuições nas ações de avaliação externa, sendo os principais processos o ENADE e a Avaliação Externa in loco. Acompanha também os trabalhos das Comissões Avaliadoras do INEP/MEC responsáveis pela avaliação in loco coordenando, este processo formativo, através da realização de reuniões com os cursos de graduação, recepção à comissão avaliadora, acompanhamento dos resultados da avaliação, leitura dos relatórios das referidas comissões avaliadoras e retorno às diligências do INEP/MEC; atuando sempre em parceria com a CPA nas questões relativas à avaliação dos cursos de graduação.

Já no âmbito da avaliação interna, a Diretoria de Avaliação Institucional (DAI), junto com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), realiza a aplicação semestral do instrumento avaliativo das condições de ensino da graduação na UFPE. O instrumento é aplicado a docentes e discentes através do SigaA e compreende a avaliação do docente pelo discente, a autoavaliação docente e discente e por último, a avaliação da infraestrutura.

A perspectiva de melhoria na qualidade de aplicação e entrega de resultados deste instrumento avaliativo, como forma de devolutiva para a comunidade acadêmica da UFPE e sociedade civil, é de reformular a proposta inicial da Resolução 10/2017 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE), que regulamenta a aplicação deste instrumento na UFPE. Destacamos ainda, a criação de painéis de acesso público para acompanhamento dos resultados consolidados como uma devolutiva inicial, onde toda comunidade acadêmica da UFPE, além de sociedade civil, acompanha os aspectos que foram avaliados. Quanto ao resultado individual do professor, que implica uma nota, inclusive utilizada em processo de progressão docente, é de acesso restrito a cada um deles.

6.2.3 Política de Educação Inclusiva

As políticas para a inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) têm sido gradativamente definidas e fortalecidas nesta Instituição de Ensino Superior, nos últimos anos. Nesse sentido, a criação do Núcleo de Acessibilidade (NACE), em junho de 2014, representa um marco em termos de política de educação inclusiva, institucionalizando-se ações voltadas à inclusão e definindo-se um setor responsável por promover a acessibilidade e a inclusão educacional, em parceria com os diversos setores da universidade.

Essas ações se voltam para um público de estudantes e servidores (docentes e técnico- administrativos) que apresentem deficiência auditiva, visual, física, intelectual ou múltipla; Transtorno do Espectro Autista (TEA); altas habilidades ou superdotação; transtorno específico da aprendizagem, a saber: dislexia, discalculia, disortografia, disgrafia e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou mobilidade reduzida.

De uma forma geral, a educação inclusiva pode ser considerada como uma questão de direito e de atitudes. No tocante ao direito, apoia-se em uma extensa legislação que garante à pessoa com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas o acesso e permanência na instituição educacional em condições de equidade com os demais estudantes. No tocante às atitudes, no entanto, ainda se encontra em processo de consolidação tendo em vista a existência de preconceitos e de um grande desconhecimento com relação a essas pessoas.

Com base na Lei nº 13.409/2016, que altera a Lei nº 12.711/2012 no que tange a reserva de vagas para estudantes com deficiência, a UFPE começou a receber esses estudantes através de cotas a partir de janeiro de 2018. Tal política intensificou a demanda por acompanhamento pedagógico dos alunos com deficiência, ação que foi beneficiada pela ampliação do número de profissionais da equipe técnico especializada do Núcleo de Acessibilidade (NACE). Em agosto de 2018, segundo levantamento do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), havia

308 (trezentos e oito) estudantes com deficiência, 23 (vinte e três) docentes e 49 (quarenta e nove) técnico-administrativos em educação.

Na UFPE, ações têm sido realizadas de forma a favorecer a criação de uma cultura inclusiva na Instituição, buscando-se a difusão do conhecimento sobre as deficiências e a sensibilização da comunidade acadêmica. De fato, a dimensão atitudinal da acessibilidade influencia sobremaneira a dimensão educacional ou pedagógica, uma vez que determina as relações - positivas ou negativas - estabelecidas com as pessoas com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas na Instituição.

De forma a garantir a permanência desse público na UFPE, esforços têm sido envidados para se instituir uma política voltada ao atendimento em acessibilidade e inclusão educacional. Isso envolve a adoção de estratégias e procedimentos institucionais para a identificação de estudantes e acompanhamento pedagógico individualizado, tais como: recursos didático-pedagógicos adequados; recursos de tecnologia assistiva e adaptação no ambiente de trabalho; orientação e mobilidade; adaptação das atividades avaliativas; oferta de tradutor e intérprete de Libras; leitor; transcritor e outros apoios especializados que se julgarem necessários, conforme a especificidade apresentada.

Diante do exposto, destacam-se as principais metas para a promoção de políticas de educação inclusiva na UFPE para os anos de 2024 a 2028:

1. Formação continuada de docentes e de técnicos-administrativos, com vista ao aperfeiçoamento e atualização sobre temas referentes à educação inclusiva e acessibilidade;
2. Atualização dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação ofertados pela UFPE, os quais devem abordar conteúdos que versem sobre pessoas com deficiência, inclusão e acessibilidade, contribuindo com a qualificação de profissionais sensíveis às mais variadas condições de deficiência e fornecendo

bases para uma atuação inclusiva nos mais diversos setores do mercado de trabalho;

3. Mapeamento das condições de acessibilidade física do acesso às edificações da UFPE;
4. Fortalecimento núcleos de acessibilidade no Interior para busca da excelência no atendimento às pessoas com deficiências;
5. Estabelecimento de programas de apoio pedagógico para estudantes com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas;
6. Organização de atividades e eventos sobre acessibilidade para informar e sensibilizar a comunidade acadêmica;
7. Orientação aos coordenadores de curso e professores de graduação e pós-graduação sobre adequações didático-pedagógicas em consonância com as singularidades dos estudantes com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas;
8. Instituição de repositório de acervo acessível de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação.

Nesse sentido, a Universidade Federal de Pernambuco reafirma seu compromisso social para instituir as práticas necessárias à inclusão de pessoas com deficiência nessa IES.

6.2.4 Política de Ensino

A UFPE busca propiciar para alunos e professores o apoio institucional necessário para essas atividades, que deverão incluir as aulas de campo, as aulas práticas, as visitas técnicas, a educação tutorial e o estágio. Nesse sentido, entendemos que atrelar a formação propiciada pela universidade à formação proporcionada pelo mundo do trabalho favorece a formação cidadã do aluno.

Possibilita a compreensão sobre sua futura inserção profissional no mundo das políticas públicas, no mundo das relações de trabalho e trabalhistas e, em consequência, no mundo daqueles para os quais a sua formação deverá estar voltada, tendo como meta o aperfeiçoamento e a dignidade humana.

No que compete ao acompanhamento do ensino, a UFPE aprovou a Resolução nº 19/2022, que reformulou a Resolução nº 06/2014, que regulamentava o regime especial de exercícios domiciliares. Foram adicionadas mais situações aplicáveis à realização destas atividades. Com essa medida, mais estudantes foram contemplados, contribuindo, assim, para a redução das taxas de evasão da UFPE. Outra resolução aprovada foi a de nº 08/2022, regulamentadora dos Estudos Planejados, para os/as estudantes com obstáculos no prosseguimento do processo de aprendizagem nos cursos de graduação.

Outros normativos que vão impactar no combate à evasão e repetência são a reformulação ou criação em andamento: reformulação da Resolução Nº 03/2008 que altera dispositivos do Regimento Geral, referentes aos prazos e normas para cancelamento de disciplinas, trancamento de semestre e estabelece regras complementares de matrícula; criação da Resolução sobre Monitoria e a criação da Resolução de Trabalho de Conclusão de Curso.

A UFPE deverá, também, manter, consolidar e ampliar os programas que potencializam a educação tutorial como o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde), nas suas diferentes modalidades; bem como aqueles que inserem os alunos dos cursos de graduação em seus campos do trabalho, propiciando um ganho recíproco, a partir da permanente interlocução entre a formação acadêmica e os campos de prática onde esses alunos atuam, notadamente na saúde e na educação, em especial, por meio do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa de Residência Pedagógica.

Por sua vez, o Programa de Monitoria da UFPE constitui um espaço de aprendizagem, proporcionado aos alunos dos cursos de graduação, visando o aperfeiçoamento do seu processo de formação e a melhoria da qualidade do ensino de graduação. Este programa tem como objetivos:

- Contribuir para a melhoria do ensino de graduação;
- Propiciar o estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas;
- Facilitar as relações didáticas entre docentes e discentes;
- Ampliar a participação do discente de graduação na vida acadêmica, através de atividades pedagógicas relacionadas ao ensino;
- Possibilitar o aprofundamento teórico/prático dos conhecimentos relacionados à área específica da monitoria.

O programa está estruturado do seguinte modo: a coordenação geral de monitoria está na Coordenação de Programas Acadêmicos, da Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA), que compõe a PROGRAD. Em cada Centro Acadêmico da UFPE há um coordenador geral de monitoria, e em cada Departamento, Curso ou Núcleo há um professor coordenador.

A monitoria pode ser concedida na modalidade bolsista e voluntária. Quando concedida com bolsa, a monitoria impede que o aluno acumule com quaisquer outras bolsas, como, por exemplo, com bolsa de iniciação científica, uma vez que a única bolsa que pode acumular com outras é a bolsa de manutenção acadêmica.

O crescimento dos cursos na UFPE a partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como o ingresso de 50% de cotistas impulsionou a necessidade de mais bolsas de monitoria, trazendo um desafio para a UFPE na distribuição das bolsas de monitoria, entre seus três campi: Recife, CAA e CAV.

No período compreendido entre os anos letivos de 2020, 20221 e 2022, 5273 monitores foram contemplados, nos três *campi* com bolsas de monitoria e estes *campi* foram contemplados com 12032 monitores voluntários. A UFPE teve, ao longo desse período, um total de 17.305 monitores (bolsistas e voluntários), conforme descrito a seguir por *Campus* ou modalidade de ensino.

Tabela 6: Oferta de Bolsas de Monitoria, por Campus. 2020 - 2022

Campus	Monitores bolsistas	Monitores voluntários
Cursos presenciais		
Campus Recife	4158	9669
Campus Acadêmico do Agreste	395	1087
Campus Acadêmico da Vitória	673	1276
Cursos na Modalidade EAD		
Cursos de Graduação em Educação à Distância	47	0
Total	5273	12032

Font

e: PROGRAD, 2023

No que tange à promoção da vinculação da Universidade com o mundo do trabalho, através da celebração dos Convênios de Concessão de Estágio, registramos que hodiernamente a UFPE tem mais de 1100 destes convênios e acordos de cooperação técnica ativos, tendo sido celebrados 287 convênios para concessão de estágios e práticas de integração ensino-serviço-comunidade no ano civil de 2021, 303 convênios em 2022 e 251 em 2023, até o momento. Dentre estes convênios, um de evidente relevância, para as licenciaturas, é o da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco - SEE e o da Secretaria de Educação do Recife. Enquanto o referido convênio com o Estado não finalizava, foram celebrados mais de 70 convênios diretamente com as escolas.

O estágio é concebido como principal instrumento de integração entre os diversos cursos e seus respectivos espaços formais de trabalho. Em sintonia com esse entendimento, a UFPE tem trabalhado sob a orientação de uma perspectiva ampliada, preconizada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, que define como estratégia “ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior” visando o atingimento da meta 12 que prevê, conforme citado

anteriormente: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (Brasil, 2014).

A concepção de estágio na UFPE articula a formação oferecida nos cursos de graduação às diferentes possibilidades de formação disponibilizadas em campos de prática no mundo do trabalho onde o aluno exercerá suas atividades. Busca-se com isso enfrentar os desafios postos pelo "aprender a fazer", ou seja, buscando favorecer a aprendizagem pela praxis. Segundo Silva e Muniz (2019, p.152), "o estágio curricular contribui para a formação profissional, a partir do saber-fazer, no entanto, não se limita apenas ao conhecimento de técnicas e instrumentos metodológicos de ensino, e sim com o 'que fazer' para promover a qualidade da intervenção, no sentido de uma aprendizagem significativa em virtude do aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e habilidades do acadêmico, referenciadas de uma postura crítico-reflexiva. Assim sendo, em todo e qualquer momento, as questões de cunho ético, humano, epistemológico e instrumental, estarão sendo evocadas e praticadas".

O estágio, em razão de sua importância estratégica nesse processo, deverá estar previsto nos PPC de todas as graduações da UFPE, na sua forma obrigatória e não obrigatória; inclusive reconhecendo as possibilidades geradas pelos programas de mobilidade nacional e internacional, quando a perspectiva conceitual das proposições é atender ao aperfeiçoamento e à melhoria da qualidade da formação acadêmica dos seus alunos.

Para tanto, a UFPE cabe assegurar os mecanismos institucionais relativos à prospecção, regulamentação e avaliação dessas atividades integrando dessa forma os diversos atores envolvidos no processo. Deverá também estruturar-se como concedente de estágios para outras IES nacionais e internacionais. Na UFPE, o acompanhamento do estágio conta com uma coordenação específica, a

Coordenação de Formação para o Trabalho, vinculada à Diretoria de Gestão Acadêmica.

Durante o ano de 2022, foram realizadas diversas reuniões e articulações com os cursos no sentido de dar apoio às coordenações de curso e coordenações de estágio dos cursos, através de articulações e aproximações entre as coordenações de curso e estágio com as concedentes de estágio no objetivo de aperfeiçoar os processos de estágio. Ao longo do ano foram realizadas mais de 40 reuniões envolvendo: Secretarias Municipais de Saúde (Recife, Vitória de Santo Antão, Caruaru), Secretaria Estadual de Saúde, Coordenação das Licenciaturas do Centro de Educação, Hospital das Clínicas, Comissão de Fortalecimento da Integração Ensino Serviço da Saúde (COFIESS), Cursos da área de saúde, Secretaria de Educação do Recife, Cursos da área das licenciaturas, e outras Coordenações de Estágio.

Com objetivo de fortalecer os cursos de graduação na área da saúde, realizamos reuniões com a COFIESS com representantes de todos os cursos de saúde da UFPE em que foram encaminhadas as ações para estabelecimento de convênios, ampliação dos estágios e funcionamento dos estágios. Além disso, foram realizadas reuniões específicas com as secretarias de saúde, em que as mesmas trouxeram possibilidades, demandas e dificuldades. Essa ação aproxima a UFPE da sociedade, fortalece a interprofissionalidade, ajuda no conhecimento das demandas dos serviços na área de saúde e ajuda a UFPE no monitoramento das dificuldades dos cursos da área de saúde.

6.2.5 Política de Inovação no Ensino

A busca por inovação no ensino de graduação na UFPE tem sido motivada pela constante necessidade de qualificação do ensino superior, adequando-o às necessidades da sociedade contemporânea considerando seus aspectos sociais, políticos, econômicos e tecnológicos.

Práticas e metodologias inovadoras são muito mais raras na Educação Superior do que em outros níveis de ensino. Segundo Zabalza (2006) "na recente tradição universitária, a docência em si mesma não constituía um assunto relevante para a universidade, como instituição. Estando garantida a presença dos alunos, não existia nenhuma pressão para justificar a qualidade do processo formativo". Para este autor (op cit), a Didática Universitária, e as atividades realizadas por professores da educação superior em sala de aula, laboratórios e outros espaços de ensino, é bem mais desvalorizada do que as demais atividades que o docente universitário desenvolve, como pesquisa e extensão.

Essa realidade, contudo, está se modificando, considerando-se a importância da formação profissional dos alunos e a necessidade de refletir sobre o tipo dessa formação e o papel da pedagogia nesse processo. Dessa forma, considerar o sujeito aprendente como principal ator nesse processo, como já vem ocorrendo há mais tempo na educação básica, passou a ser preocupação também dos professores universitários. E considerar esse processo formativo requer pensar percursos e estratégias de ensino, condizentes com o contexto social e tecnológico em que vivemos.

'Diversos professores, já conscientes dessa realidade, buscam desenvolver práticas diferenciadas do tradicional ensino bancário (Freire, 2002) e sugerem estratégias mais colaborativas entre os estudantes e outras práticas que promovam uma construção e apropriação significativa dos conteúdos, habilidades e competências necessárias para a formação profissional e humana de seus alunos.

Nesse sentido, a UFPE, através da PROGRAD, tem procurado conhecer e socializar as práticas inovadoras já desenvolvidas por seus docentes, buscando motivar os professores em geral na busca por uma formação mais significativa e humanizadora.

O conceito de inovação pedagógica na UFPE se alinha com o referencial de Cunha (2008) que estabelece que a "inovação pedagógica requer uma ruptura

necessária que permita reconfigurar o conhecimento para além das regularidades propostas pela modernidade". Ainda neste sentido, não apenas considera a inclusão de novidades e tecnologias, mas também, uma mudança na forma de entender o conhecimento." Cunha (2008), considera como características inovadoras:

- a ruptura com a forma tradicional de ensinar e aprender;
- a gestão participativa com a atuação dos estudantes na definição de percursos e critérios no ensino;
- a reconfiguração de saberes, procurando uma compreensão integradora dos fenômenos humanos e da natureza, incluindo também no ensino competências como arte e vivências pessoais;
- a reorganização da relação entre a teoria e a prática, valorizando esta última como uma leitura da realidade;
- a modificação da percepção da concepção, desenvolvimento e avaliação da experiência no ensino/aprendizagem;
- a mediação do docente assumindo relações sócio-afetivas com os alunos como condição de aprendizagem significativa (subjetividade, conhecimento);
- o protagonismo como condição para aprendizagem significativa, reconhecendo que tanto estudantes quanto professores são sujeitos da prática pedagógica estimulando a produção de conhecimento pelos estudantes.

A UFPE vem desenvolvendo anualmente para promoção da inovação pedagógica no ensino da graduação, o edital para Melhoria e inovação da graduação que incentiva projetos propostos por docentes com vistas ao desenvolvimento de atividades/práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a integração de cursos e disciplinas, e ações de ensino, pesquisa e extensão.

Em 2020, a UFPE ampliou um conjunto de ações com foco na inovação pedagógica na graduação:

a) Editais do Programa do Livro-texto - A proposição do edital do Programa do Livro-texto para estímulo da produção de material didático para suporte às práticas inovadoras permitiu que os livros digitais fossem propostos em três categorias: Colégio de Aplicação/Educação Básica; Políticas de Ações Afirmativas (Educação das Relações Étnico-raciais, Acessibilidade, Inclusão, Diversidade e Diferença; e, Todas as Temáticas. No âmbito desse Edital, foram aprovados 35 livros, sendo 5 (cinco) na segunda categoria e 30 (trinta) na terceira categoria. O lançamento dos livros se deu em março de 2022 e encontram-se disponíveis para *download* gratuito no site da Editora.

b) Aquisição de equipamentos inovadores para todos os centros da UFPE - Em relação ao objetivo estratégico 03 que é de reduzir a evasão e retenção nos cursos de graduação e pós-graduação, algumas ações foram desenvolvidas com dispêndio orçamentário em 2021. Assim, numa perspectiva inovadora no ensino de graduação, com o objetivo de montagem de salas de aula físicas onde é possível o desenvolvimento de atividades presenciais com a transmissão simultânea dessas atividades, mantendo-se as condições sanitárias e de distanciamento em uma perspectiva de ensino presencial e remoto, foram adquiridos 79 (setenta e nove) kits, composto de câmera e equipamento de som, representando um investimento da ordem de R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais.). Destaca-se que o ensino de graduação no país, durante a pandemia, possuía determinações legais que subsidiaram as resoluções que regulavam a realização do processo de ensino por meio presencial e remoto (Resolução 23/2020, Resolução 28/2021, ambas do Cepe, e Manuais produzidos pela Prograd). Os kits de equipamentos inovadores foram distribuídos e instalados em todos os Centros Acadêmicos e disponibilizados para utilização pelos cursos a partir do semestre letivo de 2021.2, em fevereiro/2022.

c) Editais de melhoria dos Laboratórios de Ensino de Graduação e de Estímulo à Inovação no Âmbito de Práticas de Ensino na Graduação - Ainda com relação a melhoria da qualidade do ensino e a inovação no ensino de graduação foram lançados o Edital de melhoria dos Laboratórios de Ensino de Graduação, em 2020, e duas edições do Edital de Estímulo à Inovação no Âmbito de Práticas de Ensino na Graduação, em 2022 e 2023, conforme a Tabela 7

Tabela 7: Valores investidos na melhoria dos laboratórios e na inovação no âmbito das práticas de ensino

	Melhoria Laboratórios de Ensino	Estímulo à Inovação	Estímulo à Inovação
	2020	2022	2023
Projetos Submetidos	77	52	69
Projetos Aprovados	32	28	23
Investimento em Capital	R\$1.000.000,00	-	-
Investimento em Capital e Custeio	-	R\$614.000,00	R\$777.000,00

Fonte: PROGRAD, 2023

O valor total de investimento no edital de melhoria dos laboratórios de 2020 foi de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), como incentivo a aquisição de materiais de capital, conforme o objetivo estratégico de adotar novas práticas pedagógicas para formação acadêmica, do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Foram submetidos 77 (setenta e sete) projetos dos quais foram contemplados 32 (trinta e dois) projetos.

O valor total de investimento na primeira edição do Edital de Estímulo à Inovação no Âmbito de Práticas de Ensino na Graduação, em 2022, foi de cerca de R\$ 614.000,00 (seiscentos e quatorze mil reais), como incentivo à aquisição de materiais de capital e de custeio. Foram submetidos 52 (cinquenta e dois) projetos dos quais foram contemplados 28 (vinte e oito) projetos.

Na segunda edição do Edital de Estímulo à Inovação no Âmbito de Práticas de Ensino na Graduação, em 2023, foi de cerca de R\$ 777.000,00 (setecentos e setenta e sete mil reais), como incentivo à aquisição de materiais de capital e de custeio. Foram submetidos 69 (sessenta e nove) projetos dos quais foram contemplados 23 (vinte e três) projetos.

Com vistas à melhoria ainda a melhoria da qualidade do ensino com o incentivo financeiro à aquisição de materiais de custeio pelas coordenações dos cursos de graduação, através da submissão de projetos. Cada coordenação poderia submeter apenas um projeto. Foram investidos cerca de R\$ 776.000,00 (setecentos e setenta e seis mil reais) no período de 2020 a 2023, conforme a tabela 8.

Tabela 8: Valores investidos em custeio em projetos das coordenações de curso

	2020	2022	2023
Projetos Inscritos	74	58	62
Projetos contemplados	69	58	62
Investimento	R\$ 310.500,00	R\$ 202.178,74	R\$213.500,00

Fonte: PROGRAD, 2023

A Prograd realiza anualmente a Semana de Formação Pedagógica prevista no Calendário Acadêmico-Administrativo da Graduação, tendo por objetivo a socialização de práticas exitosas e inovadoras na UFPE, trazendo a cada edição, expoentes externos da área de inovação no ensino superior e promovendo workshops para apresentação e reflexão de relatos dos docentes da UFPE sobre suas práticas.

O evento a cada ano apresenta temas relacionados aos desafios e avanços da Educação e da Universidade Pública na contemporaneidade, promovendo discussões sobre o papel da universidade pública e seu compromisso social; a inclusão, a saúde mental, a docência; a diversidade e seus desafios no ambiente educacional, entre outros temas.

Além das Semana de Formação Pedagógica, a Prograd, a partir dos Fóruns de Coordenadores, apresenta temas pertinentes ao desenvolvimento e ao planejamento contínuo dos cursos de graduação no que compete à inovação no ensino.

Destaca-se ainda a importância da articulação entre Prograd e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas no acompanhamentos de propostas e ações de formação para os/as professores/as da UFPE sobre inovação pedagógica, o planejamento, a gestão, a avaliação e outros temas que compõem as práticas docentes e a formação dos estudantes.

Ainda, neste escopo, podemos destacar a importância dos encontros e reuniões realizados pela Prograd /DDE com Cursos de Graduação e Núcleo Docente Estruturante de Cursos para planejamento e orientação relacionadas à flexibilização e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, no que concerne às suas metodologias de ensino propostas

6.2.6 Política de Gestão do Ensino

A Pró-Reitoria de de Graduação (PROGRAD) é a instância responsável pelos assuntos referentes ao ensino de graduação da Universidade Federal de Pernambuco, tendo como responsabilidade garantir a qualidade dos cursos de graduação oferecidos pela instituição e reafirmar seu compromisso social, articulando o ensino com as áreas de pesquisa e de extensão.

Compete à Pró-Reitoria a coordenação das políticas de ensino e da docência nos cursos de graduação, visando à sua qualificação e o controle acadêmico dos estudantes no que diz respeito aos aspectos legais e à documentação.

A PROGRAD atua em conjunto com a Câmara de Graduação e Ensino Básico (CGEB), os Colegiados dos Cursos de Graduação, as Câmaras de Graduação dos Centros Acadêmicos, além de Comissões de Trabalho em temas

específicos. A PROGRAD tem assento no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), no Conselho De Administração (CONSAD) e no Conselho Universitário (CONSUNI).

Sua estrutura organizacional comporta três diretorias: a Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA), a Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE) e a Diretoria de Informação Gerencial e Infraestrutura Acadêmica (DIGI).

A Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA) é responsável pelo planejamento, supervisão e execução das ações relacionadas às atividades acadêmicas, ao ingresso, à permanência e à desvinculação do estudante de graduação.

Nesse sentido compete a DGA, gerenciar as formas de ingresso nos cursos de graduação; elaborar e atualizar propostas de resoluções e outros normativos de cunho acadêmico, atinentes a sua competência; analisar e decidir sobre requerimentos, bem como prestar informações pertinentes a matérias de sua competência; elaborar e encaminhar para aprovação pelas instâncias superiores proposta de Resolução para estabelecer o calendário acadêmico e administrativo da graduação; gerenciar a matrícula acadêmica de estudantes ingressantes e veteranos nos cursos de graduação da UFPE.

Também atua com o acompanhamento, análise, autorização e registro diplomas de graduação da UFPE; Cabe-lhe ainda, gerenciar o Programa de Monitoria para os estudantes da graduação da UFPE, os Programas de Mobilidade acadêmica nacional, o auxílio financeiro para apresentação de trabalhos em eventos internacionais para apoiar os estudantes de graduação da UFPE e o Programa Educação Tutorial e de outros tipos de bolsas no âmbito de Programas Acadêmicos. Acrescenta-se ainda que é de sua competência planejar, regular, monitorar e avaliar as práticas de integração entre a UFPE e o mundo do trabalho; gerir a celebração de convênio de concessão de estágio e o seguro de estágio obrigatório.

Em parceria com a Diretoria de Avaliação Institucional (DAI) é de sua responsabilidade, manter e organizar dados relativos ao ensino de graduação, no que se refere à administração e ao controle acadêmico, assim como apresentar dados relativos ao ingresso, egressos, e permanência dos estudantes na UFPE.

A Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE) é responsável por assessorar o planejamento e o acompanhamento dos cursos de graduação, atuando para melhoria do ensino de graduação.

Neste sentido, a DDE assessora os cursos de graduação nas questões relativas ao desenvolvimento do ensino e à inovação pedagógica; analisa e emite parecer sobre reformas curriculares integrais e/ou parciais dos cursos de graduação; monitora indicadores de qualidade dos cursos de graduação, atuando com vistas a aperfeiçoar as condições de ensino.

A Diretoria também presta assessoramento na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de propostas de criação de cursos de graduação, também orientando e acompanhando os cursos de graduação na elaboração e atualização, periódica, de seus projetos pedagógicos, prezando pelo atendimento às normativas e diretrizes institucionais e nacionais.

Destaca-se a esta diretoria, atuar efetivamente no acompanhamento das atividades docentes com repercussões no ensino; acompanhando na execução em parceria com a Diretoria de Gestão de Finanças e de Infraestrutura no Ensino de Graduação (DIFI) as Aulas de Campo; avaliando as condições de ensino e propondo melhorias.

Tem ainda como atribuição, elaborar e propor atualizações de Resoluções, documentos oficiais, pareceres e normativas referentes às condições de ensino e realizar análises processuais, bem como monitorar as ações e a execução das atividades atinentes às suas competências.

A Diretoria de Gestão de Finanças e de Infraestrutura no Ensino de Graduação (DIFI) é responsável por planejar, coordenar e fomentar as atividades relacionadas ao desenvolvimento do ensino de graduação, gerindo os recursos financeiros e de infraestrutura necessários aos cursos de graduação da Universidade.

Neste sentido, compete-lhe fomentar ações para aquisição de equipamentos de abrangência institucional de modo a ser possível o atendimento das demandas pedagógicas no âmbito da Prograd.

Além disso, cabe-lhe planejar, administrar e executar todo o orçamento da Prograd, executando as demandas financeiras vinculadas aos editais relacionados ao ensino de graduação, aos eventos pedagógicos, às bolsas de monitoria, às aulas de campo e aos seguros de estágios e aulas de campo.

Nesse contexto, tem como ação o planejar e gerenciar os editais de apoio às coordenações de curso, de inovação no ensino de graduação e de livros digitais que envolvam orçamento da Prograd, bem como planejar e executar suas demandas financeiras.

Ainda, cabe a DIFI, gerenciar o planejamento, a organização e a execução dos eventos pedagógicos da Prograd, tais como as EXPO UFPE e semanas pedagógicas em parceria com a DDE.

Tem, ainda, como competência a administração da utilização, do funcionamento, da conservação e da manutenção da infraestrutura dos Núcleos Integrados de Atividades de Ensino (NIATE).

Por fim, destaca-se que está dentre suas atribuições outras ações como a de gerir os contratos celebrados entre a Fundação de Apoio e a UFPE no âmbito da Prograd, a de monitorar as ações, a execução das atividades e a prestação de contas da própria DIFI; e, desempenhar quaisquer outras atividades em sua área de competência.

Por meio das suas Diretorias e da articulação entre as mesmas e entre suas coordenações, a PROGRAD vem perseguindo os objetivos de coordenar a política de ensino da graduação, promover o controle acadêmico dos estudantes e coordenar a qualificação dos cursos de graduação da UFPE.

6.2.7 Política Institucional da UFPE para a Formação Inicial de professores da Educação Básica

A Política Institucional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica tem como objetivo orientar a organização e o funcionamento da formação acadêmico-profissional, inicial e continuada, de professores e demais profissionais da educação básica. Esta Política, busca estabelecer princípios que permitam orientar o processo de elaboração e reformulação dos currículos dos cursos de licenciatura na UFPE, assegurando sua especificidade, que reside na docência como base da formação e identidade do licenciado, assim como dos programas, os projetos e demais ações desta universidade voltadas para esse fim.

A Política aqui traçada, resulta de um amplo processo de discussão e decisão, do qual fizeram parte vários atores e setores da UFPE, sendo coordenada e implementada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

Este processo de discussão e construção envolveu o coletivo de cursos de licenciatura dos três campi da UFPE, através de estudos, planejamentos e ações integradas, tendo como foco a reestruturação da política curricular frente às mudanças postas pelo atual contexto educacional. Nessa dinâmica, foi constituída a Comissão de Assessoramento à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) na Elaboração da Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica na UFPE. A referida comissão foi composta por docentes e técnicos, com representações de diferentes Pró-reitorias (Pró-reitoria de Graduação, Pró-reitoria de Extensão e Cultura e Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação) e dos seguintes setores: Centro Acadêmico do Agreste (CAA); Centro de Artes e Comunicação (CAC); Centro Acadêmico da Vitória (CAV); Centro de

Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Educação (CE); Centro de Filosofia e Ciências 15 Humanas (CFCH); Colégio de Aplicação (CAp); Pós-graduação em Educação (PPGE); Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea (PGEDUC); Coordenação de Formação Docente para os Cursos de Licenciatura (CFDL); Núcleos de Estudos e Assessoria Pedagógica (NEAP); Núcleo de Políticas de Educação das Relações ÉtnicoRaciais (ERER); Núcleo de Políticas LGBT (NLGBT); Núcleo de Acessibilidade (NACE); Programa de Fórum Estadual de Educação – Pernambuco.

As atividades desenvolvidas pela Comissão incluíram reuniões de trabalho para estudo, para discussão e definições dos princípios que iriam nortear o documento. Além disso, a PROGRAD promoveu uma série de ciclos de diálogo que tiveram o propósito de ampliar o debate sobre as possibilidades de melhoria da qualidade da formação inicial e continuada de professores da educação básica e o Seminário sobre a Política de Formação de Professores/as para Educação Básica da UFPE, que reuniu todos os cursos de licenciatura da UFPE tendo como propósito apresentar e debater sobre A Política Curricular para os Cursos de Formação de Professores/as da UFPE que defendemos, sobre a concepção de docência e constituição da profissionalidade: identidade, trabalho e saberes docentes; a prática como Componente Curricular, Estágio e articulação da UFPE com os sistemas de ensino na formação docente; a relação entre ensino, pesquisa e extensão na formação de professores; a inclusão, diversidade e diferença na formação de professores; a modalidades da educação básica; a Educação em espaços não escolares na formação de professores e, por fim, realizamos uma plenária, para a socialização das discussões e formulação da síntese final.

Esses eventos nos permitiram aprofundar questões e acrescentar contribuições que fortaleceram o debate e consolidaram compreensões, bem como definiram as bases orientadoras para constituir a Política.

Nesse sentido, a Política Institucional preza pela construção da identidade profissional do professor da educação básica tecida na vivência de um significativo

número de experiências, considerando tempos e espaços sociais diversos. A construção dessa identidade profissional, bem como o domínio dos conhecimentos profissionais mobilizados para atender às demandas concretas da profissão têm o campo de exercício da profissão como lugar e tempo da aprendizagem profissional, em um movimento permanente e não linear de articulação entre teoria e prática. É nesse processo de construção da identidade do profissional professor, que a formação inicial em um curso de licenciatura ocupa um importante lugar, por ser este o espaço de elaboração e apropriação dos saberes e conhecimentos que definem o grupo profissional e de habilitação para o exercício da profissão.

Por fim, destacamos que a implementação desta Política se dará na ação conjunta entre a PROGRAD – através da Comissão Institucional Permanente da UFPE para a Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica – e as demais instâncias relacionadas aos cursos de licenciatura, tais como: Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), Colegiados, Centro de Educação, Colégio de Aplicação, Instâncias Institucionais de Articulação das Licenciaturas nos campi da UFPE, Fóruns das Licenciaturas nos campi e Fórum de Coordenadores de Cursos. Destacamos ainda, que a gestão da Política, deve observar os princípios e as concepções que permeiam as ações e proposições por ela explicitadas, bem como as determinações do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica no âmbito das Instituições de Ensino Superior – COMFOR.

6.3 Perfil do Egresso

O perfil do aluno egresso da UFPE em quaisquer áreas de formação profissional deverá estar pautado por uma conduta ética e comprometida com as questões sociais e ambientais que afetam as populações, em especial, aquelas em situação de desvantagem socioeconômica, como característica de uma atuação profissional apoiada em princípios éticos de solidariedade, cooperação, respeito à alteridade e justiça social.

Esse compromisso implica no preparo técnico-científico indispensável à produção e aplicação do conhecimento, além de competências, atitudes e habilidades que caracterizam a capacidade de diagnosticar, analisar e contextualizar problemas próprias a um profissional da área; a defesa dos Direitos Humanos e a capacidade de atuar de forma crítica, autônoma e criativa no atendimento às demandas da vida social; o desenvolvimento da capacidade para atuar em equipe na defesa, individual e coletiva, do bem comum; a capacidade comunicativa para compor equipes no desenvolvimento de um trabalho integrado e contributivo, que supõe investimentos na própria formação contínua, reconhecendo-se como ser inacabado e em busca de constante aprimoramento científico e técnico.

O percurso formativo dos acadêmicos da UFPE prima por preparar profissionais com sólida base científica, humanística e cultural para uma atuação que, sendo propositiva, estará empenhada na busca de soluções para as questões sociais demandadas pela contemporaneidade.

A UFPE, no próximo PDI, atuará na implementação do Portal do Egresso com informações dos diplomados, em cada curso de graduação, para fins de apresentação dos impactos da UFPE na sociedade. Esse Portal está em fase de estruturação e tem como objetivo a atualização de informações dos estudantes egressos (Formados) na UFPE no Portal do egresso em parceria com a DAI . Além disso, serão disponibilizadas, no referido Portal para conhecimento da sociedade, informações de pesquisa, extensão, inovação, internacionalização, dados das avaliações nacionais e institucionais, dentre outros.

6.4 Ensino à Distância

A modalidade de ensino a distância da Universidade Federal de Pernambuco disponibiliza cursos nas categorias de graduação, aperfeiçoamento, extensão e pós-graduação gerenciados pela Secretaria de Programas de Educação Aberta e Digital (SPREAD), a qual é responsável pela articulação institucional dos diversos atores que estão envolvidos em propor

e desenvolver metodologias de ensino e produtos multimidiáticos para a inovação com qualidade na Educação Superior.

A instância responsável pela normatização e articulação da política de Educação a distância na UFPE é a Secretaria de Programas de Educação Aberta e Digital (SPREAD), uma unidade estratégica que está vinculada ao Gabinete do Reitor. A SPREAD foi criada por meio da Resolução Nº 02/2020 do Conselho de Administração e Regimento Interno da Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, a qual dispõe da Secretaria de Programas de Educação Aberta e Digital (SPREAD) como unidade estratégica atuando na modalidade de ensino a distância. A Portaria Normativa Nº 35, de 1º de outubro de 2020, estabelece a estrutura regimental da Secretaria.

A SPREAD é uma unidade estratégica de gestão da Universidade Federal de Pernambuco, cuja missão é articular todos os processos que envolvem o Ensino a Distância na Universidade, através do assessoramento e apoio dos agentes envolvidos, bem como desenvolver e fomentar uma cultura conducente à paulatina transformação digital nos processos de ensino-aprendizagem na UFPE.

No âmbito dos Cursos de Graduação a Distância, as equipes da EaD estão responsáveis pelo assessoramento das atividades de planejamento, orientação e gestão, supervisão e avaliação, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo nos cursos da modalidade a distância. Além das atribuições mencionadas, também é realizada a articulação entre os agentes que atuam na concretização dos cursos de graduação a distância da UFPE, como coordenadores de curso, docentes, tutores e as demais instâncias administrativas da Universidade.

A SPREAD UFPE também estimula a utilização de metodologias de ensino inovadoras e novas tecnologias de informação e comunicação, assim como a elaboração de produtos multimidiáticos adequados a essa modalidade de ensino, para desenvolver estratégias educacionais que visem o constante aprimoramento dos cursos de graduação a distância da UFPE. Atualmente, os cursos de graduação a distância são oito, todos financiados pelo Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) - CAPES: Licenciaturas (Letras - Língua Portuguesa, Letras - Língua Espanhola, Matemática e Geografia, Ciências Biológicas, Educação Física e História) e um Bacharelado (Ciências Contábeis).

Na pós-graduação a SPREAD trabalha em constante articulação com a PROPG na formulação de instrumentos normativos, estabelecimentos de fluxos e procedimentos que visem garantir a criação e acompanhamento dos cursos de pós-graduação a distância seja *stricto sensu* ou *lato sensu*. Atualmente, os cursos à distância, em nível de especialização, dentro do

Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB, são três, todos financiados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB): Especialização em Ensino de Ciências e Matemática; Especialização em Ensino de Língua e Literaturas Hispânicas; Especialização em Inovação e Tendências na Educação. Além dos cursos vinculados a UAB a UFPE provou 27 cursos de pós-graduação a distância no período de 2022-2023, todos os processo de criação de cursos a distância passaram pelo crivo da SPREAD que emitiu parecer consultivo sobre os projetos de curso, analisando os referenciais de qualidade para os cursos a distância.

A educação a distância, tem desempenhado um papel significativo na política de gestão de pessoas da UFPE. Com o avanço da tecnologia e a crescente demanda por flexibilidade e acessibilidade na educação, muitas instituições de ensino superior têm adotado programas de EAD como parte de suas estratégias de gestão de pessoas. Os cursos de formação continuada a distância podem abranger uma variedade de temas, como habilidades de liderança, gestão de projetos, capacitação em tecnologia educacional, entre outros. O EAD permite que os servidores da UFPE acessem esses cursos de acordo com sua disponibilidade e ritmo de aprendizagem. A educação a distância oferece flexibilidade de horário para os servidores participarem de atividades educacionais. Eles podem acessar o conteúdo dos cursos, assistir aulas gravadas, participar de fóruns de discussão e realizar atividades de aprendizagem em momentos que sejam mais convenientes para eles, conciliando suas responsabilidades profissionais e pessoais.

A educação a distância permite que a UFPE utilize ferramentas de comunicação online, como fóruns, grupos de discussão e salas de chat, para promover a colaboração e o networking entre os funcionários. Isso pode estimular o compartilhamento de experiências, ideias e recursos, enriquecendo o ambiente de aprendizagem.

A SPREAD tem contribuído com a consolidação da política de formação continuada da UFPE, por meio da disponibilização de salas virtuais e suporte tecnológico a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas que utiliza o AVA da UFPE como plataforma virtual de parte dos seus cursos disponibilizados a comunidade de servidores da UFPE.

6.5 Perspectiva Para A Pós-Graduação

A Pós-graduação está presente na UFPE desde a década de 1950, em consonância com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior (Capes), e, desde então, vem evoluindo quantitativamente (em números de Programas) e qualitativamente (conceituação dos Programas) dentro do cenário nacional. Neste sentido, a UFPE é uma das Universidades que dispõem de maior número de Programas de Pós-graduação (PPGs) ofertados

A Capes estabelece os conceitos de 1 a 7, sendo 5, 6 e 7 considerados de grande impacto e, destes, 6 e 7, de excelência. A UFPE detém uma das maiores quantidades de programas em nível de excelência, no Norte-Nordeste, além de ser uma das Universidades mais relevantes do país, no que tange à Pós-graduação, constando, no *ranking* de Instituições Federais de Ensino, com 50% dos seus Programas com conceitos 5, 6 e 7.

Na avaliação quadrienal 2017-2020, a Pós-graduação, da UFPE, obteve este resultado: 35 PPGs aumentaram o conceito; 48 PPGs mantiveram-no; 10 PPGs diminuíram-no; 03 PPGs passaram pela primeira avaliação; 04 PPGs não foram avaliados. Assim, comparando-se os ciclos 2013-2016 e 2017-2020, constatou-se que a UFPE apresentou um aumento significativo do número de PPGs com conceitos 5, 6 e 7. Houve, também, uma redução no número de conceitos 3 e 4.

No que compete à Pró-reitoria de Pós-graduação (Propg/UFPE) - como unidade gestora responsável pelo planejamento, gestão, supervisão e avaliação das políticas de Pós-graduação - temos algumas ações estratégicas: estimular e subsidiar os PPGs que têm mestrado a submeterem propostas de doutorado; orientar os PPGs existentes a construir cenários, perspectivando o seu fortalecimento por meio da fusão de cursos da mesma área; e apoiar os PPGs, com conceitos menores, especialmente, os recém aprovados e os de conceitos 3 e 4, com projetos que visam a redução das assimetrias existentes

Para tal, a Propg mantém aproximação contínua, com as coordenações e colegiados dos PPGs, contemplando todos os *campi*, objetivando contribuir com a qualidade destes e com a efetividade das suas ações.

A criação de novos cursos de mestrado e de doutorado segue um planejamento interno institucional, respeitando critérios como o fortalecimento da Pós-graduação no interior, o atendimento às demandas da sociedade, o impacto regional e nacional e a não sobreposição de proposta de curso novo similar a um programa em funcionamento na UFPE.

7. OBJETIVOS E AÇÕES DO PDI

Os objetivos do PDI 2025-2029 tem como objetivo direcionar o planejamento e as ações da UFPE nos próximos anos, visando alcançar a missão e a visão da instituição. Eles servem ainda para nortear todo o planejamento e as tomadas de decisões, fazendo com que a execução das ações esteja sempre alinhada aos interesses da universidade. O quadro abaixo mostra como os objetivos estão distribuídos.

Quadro 4: Objetivos do PDI 2025-2029

Número	Objetivo
01	Ampliar a qualidade e a oferta dos cursos disponibilizados pela UFPE
02	Intensificar parcerias com o setor produtivo, visando a transferência do conhecimento para a sociedade.
03	Estimular a produção científica, melhorando-a quantitativamente e qualitativamente
04	Reduzir a evasão e retenção nos cursos de graduação e pós-graduação
05	Melhorar as oportunidades Acadêmicas e Profissionais
06	Expandir projetos extensionistas
07	Mensurar o impacto dos cursos da UFPE na sociedade
08	Fomentar ações para permanência dos estudantes em vulnerabilidade
09	Expandir ações de inclusão social e diversidade

Número	Objetivo
10	Intensificar parcerias com os diversos setores da sociedade, visando a transferência do conhecimento
11	Expandir as ações de internacionalização no âmbito do ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão
12	Consolidar e expandir a presença da UFPE em redes de cooperação internacional através de acordos estratégicos, eventos internacionais e missões técnicas
13	Promover a gestão estratégica
14	Aprimorar o monitoramento dos resultados organizacionais
15	Aprimorar o modelo de Governança Institucional
16	Fortalecer a comunicação institucional e a transparência institucional
17	Melhorar a infraestrutura física de equipamentos e instalações (tais como: salas de aula, bibliotecas, centros, RU, laboratórios e outros ambientes)
18	Fomentar tecnologias adequadas às atividades da Universidade

Fonte: CPMA, 2024.

Após a definição dos objetivos, foram discutidas e desenvolvidas as ações que compõem o PDI da instituição, conforme tabela a seguir.

Tabela 9: Ações do PDI 2025-2029

N°	1.Ampliar a qualidade e a oferta dos cursos disponibilizados pela UFPE	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
01.01	Aprimorar o processo de Autoavaliação Institucional.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	DAI	CPA/PROGRAD/PROPG/SPREAD/DAA/STI/DAI/SPO/SINFRA/SUPERCOM/PROPG/PROPESQI/PROGEPE/PROAES/ SIB	% da Política de Autoavaliação Institucional da UFPE implementado	Elaboração, Aprovação e Publicação do Projeto (10%)	Implementação dos recursos avaliativos e análise dos resultados (40%)	Divulgação dos resultados do ANO 2; Implementação dos recursos avaliativos e análise dos resultados do ANO 3 (60%)	Divulgação dos resultados do ANO 3; Atualização do Projeto; Implementação dos recursos avaliativos e dos resultados do ANO 4 (100%)	-
01.02	Incentivar a adoção de práticas pedagógicas inclusivas/diversificadas/inovadoras e o desenvolvimento de estratégias metodológicas adequadas à formação dos cursos de graduação	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROGRAD	DAA/PROGEPE/PROGRAD	Percentual de PPCs que precisam de atualização (total de 60)	20% PPCs (total 60)	40% PPCs (total 60)	60% PPCs (total 60)	80% PPCs (total 60)	100% PPCs (total 60) 88

01.03	Promover ações que estimulem a participação dos estudantes no ENADE.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROGRAD	DAI/ CPA/ PROAES/ PROPESQI/ PROEXT/ SINFRA/ SPO/ SUPERCOM/ DAA/ PROGEPE/ PROPG/SPREAD/ SIB	Número de eventos junto aos cursos de graduação para participação dos estudantes	2 eventos				
01.04	Promover ações que visem elevar as notas dos cursos de graduação da UFPE.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROGRAD	DAI/ CPA/PROAES/ PROPESQI/ PROEXT/ SINFRA/ SPO/ SUPERCOM/ DAA/ PROGEPE/ PROPG/ SPREAD/ SIB	Número de eventos junto aos cursos de graduação para socialização de experiências exitosas em relação a avaliação dos cursos com nota 5 no Enade no ano	2 eventos				

01.05	Promover a criação de cursos de graduação em atendimento às demandas dos Centros Acadêmicos e ao Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), tais como: medicina, medicina veterinária, administração pública, licenciatura em letras, licenciatura em história e inteligência artificial.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROGRAD	PROGRAD SINFRA SPO BIBLIOTECA CENTRAL PROEXC PROPESQI PROAES	Quantidade de cursos encaminhados à aprovação na Câmara de de Graduação e Ensino Básico da UFPE (CGEB/CEPE/UFPE)	1	3	2	0	0
01.06	Fortalecer a cultura de planejamento estratégico dos cursos de pós-graduação stricto sensu.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPG	PROGRAD E PROPG	Quantidade de cursos que receberam orientação para estimular o planejamento	10	15	20	25	30
01.07	Criar cursos e programas novos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPG	PROPG	Quantidade de cursos submetidos	12	16	16	20	20
01.08	Incentivo aos cursos para interação com a Educação básica.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPG	PROPG	Quantidade de programas que receberam orientação/apoio para estabelecer ações relacionadas à Educação Básica (Total	5	5	5	5	5

					25)					
01.09	Estímulo à evolução do processo de autoavaliação dos cursos.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPG	PROPG/COORDENAÇÕES DOS CURSOS/CPA/CIAPGSS	Quantidade de cursos que receberam orientação para estimular a autoavaliação	10	15	20	25	30
01.10	Indução à gestão estratégica nos cursos.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPG	PROPG	Quantidade de ações realizadas pela PROPG para à indução de gestão estratégica, por ano. (Totalizando 25)	5	5	5	5	5
01.11	Atenuação das assimetrias nos cursos.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPG	PROPG/COORDENAÇÕES DOS CURSOS	Quantidade de ações realizadas pela PROPG para atenuar as assimetrias dos cursos, por ano (Totalizando 25)	5	5	5	5	5
01.12	Fortalecimento do estímulo à interiorização dos cursos.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPG	PROPG	Quantidade de ações realizadas pela PROPG para	3	3	3	3	3

					estimular a interiorização dos cursos, por ano (Totalizando 15)					
01.13	Garantir acervos, físicos e/ou digitais adequados, das bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação, incluindo acervo bibliográfico em formato acessível.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	SIB	SIB/ GR/ ROGRAD	% de cursos com conceito 5 nos indicadores Bibliografia básica e Bibliografia complementar, dos cursos de graduação a serem avaliados no ano	80%	80%	80%	80%	80%
01.14	Expandir o acervo do Repositório digital Attena	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	SIB	SIB	% de aumento no número de documentos disponíveis para acesso em relação ao ano anterior	6%	6%	6%	6%	6%
01.15	Contribuir para a formação acadêmica dos estudantes da graduação e pós-graduação.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	SIB	SIB	Quantidade de discentes participantes das formações oferecidas pelas	5000	5200	5500	5800	6100

					bibliotecas					
01.16	Contribuir para implementação de ações que promovam a inclusão de pessoas com deficiência e de grupos socialmente excluídos nas bibliotecas do SIB.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	SIB	SIB/ DAA	Quantidade de ações realizadas pelas bibliotecas	120	125	130	135	140
01.17	Fortalecer a qualificação dos profissionais vinculados à educação a distância.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	SPREAD	SPREAD	% de tutores capacitados por ano	70%	80%	90%	100%	100%
N°	02.Intensificar parcerias com o setor produtivo, visando a transferência do conhecimento para a sociedade.	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação									
02.01	Estimular a transferência de tecnologias desenvolvidas na UFPE	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPESQI	PROPESQI	Números de transferências de tecnologia realizadas	2	4	6	8	10

02.02	Consolidar o Parque Tecnológico e Criativo da UFPE	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPESQI	PROPESQI	Quantidade de empresas instaladas no parque tecnológico	27	33	39	45	51
02.03	Promover a interação e parcerias externas em pesquisa e inovação	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPESQI	PROPESQI	Quantidade de projetos de PD&I da universidade em parceria com o setor produtivo	125	130	135	140	145
N°	03. Estimular a produção científica, melhorando-a quantitativamente e qualitativamente	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
03.01	Estimular publicações de livros pelos docentes da universidade	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	EDITORA	EDITORA/GABINETE/PROGRAD/PROPG/PROPESQI/DRI	Quantidade de Publicações de docentes da universidade	78	82	82	85	85
03.02	Aprimorar a avaliação e estimular a visibilidade da pesquisa e inovação	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPESQI	PROPESQI	% de ações planejadas e realizadas	20%	40%	60%	80%	100%
03.03	Estimular a qualidade, produtividade e o impacto	1 - ENSINO, PESQUISA,	PROPESQI	PROPESQI	Valor de recursos	5 milhões	6 milhões	7 milhões	8 milhões	9 milhões

	da pesquisa e inovação	EXTENSÃO E INOVAÇÃO			aportados em editais					
03.04	Aprimorar a infraestrutura multiusuária estratégica de pesquisa e inovação	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPESQI	PROPESQI	Recursos investidos nos laboratórios multiusuários	800 mil	900 mil	1 milhão	1,1 milhão	1,2 milhões
03.05	Promover e apoiar projetos estratégicos de pesquisa e inovação	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPESQI	LITPEG/ PROPLAN/ FADE/ CIN/ PROGEPE	Números de projetos sediados na UFPE	17	19	21	23	25
03.06	Fomentar ações de formação na área de inovação e empreendedorismo	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPESQI	PROPESQI	Números de eventos de sensibilização por ano (Total 34)	6	7	7	7	7
03.07	Reduzir o tempo interno de tramitação dos processo captados para pesquisa e inovação.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPESQI	PROPESQI/PR OPLAN	Tempo médio para tramitação e assinatura de acordos de parceriais	80 dias	70 dias	60 dias	50 dias	45 dias
03.08	Atualizar as normativas internas de pesquisa e inovação	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPESQI	PROPESQI	Números de instrumentos normativos elaborados por ano (Total 5)	1	1	1	1	1
N°	04.Reduzir a evasão e retenção nos cursos de graduação e pós-	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				

	graduação									
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
04.01	Ampliar as ações de assistência estudantil.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROAES	PROAES/PROGRAD/PROPG	Índice de retenção entre estudantes assistidos pelos programas da PROAES	23%	21%	19%	17%	15%
04.02	Expandir o número de projetos para aumentar a participação e integração dos estudantes de graduação e pós-graduação em ações de extensão.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROEXT	PROEXT/PROGRAD/PROAES/PROPG	Número de projetos de extensão	525	550	575	600	625
04.03	Fomentar ações que visem o sucesso acadêmico nos cursos de graduação da UFPE.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROGRAD	DAI/CPA/PROAES/PROPESQI/PROEXT/SINFRA/ SPO/ SUPERCOM/ DAA/ PROGEPE/ PROPG/ SPREAD/ SIB	Percentual de elaboração e implantação da Política Institucional de Estímulo ao Sucesso Acadêmico nos Cursos de Graduação da UFPE (no combate à retenção e a	Elaboração do eixo 1 da política: Revisão de todos os normativos envolvidos no combate à retenção e evasão (20%)	Elaboração do eixo 2 da política: Publicação do observatório da graduação que monitore os dados de retenção e evasão (40%).	Elaboração do eixo 3 da política: Criação de protocolos de ação para os estudantes, docentes e cursos de graduação em relação ao tema	Aprovação e Implantação da Política no que se refere ao combate à retenção e evasão (80%)	Implantação da Política no que se refere ao combate à retenção e evasão (100%)

					evasão.)			da retenção e evasão (60%)		
N°	05.Melhorar as oportunidades Acadêmicas e Profissionais	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
05.01	Implementar a Política Institucional de Formação para o Trabalho nos Cursos de Graduação da UFPE a fim de acompanhar de forma eficiente os estágios.	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROGRAD	PROAES/PROGRAD/ SINFRA/ SUPERCOM/ DAA/ SPREAD/ SIB/STI	Percentual de elaboração e implantação da Política Institucional de Formação para o Trabalho nos Cursos de Graduação da UFPE	Elaboração do eixo 1 da política: Implantação da Central de Estágio no SIGAA (20%).	Elaboração do eixo 2 da política: Criação de Comissões de estágio específicas para licenciaturas e bacharelados (40%)	Elaboração do eixo 3 da política: Publicação do Manual de estágio (60%)	Aprovação e Implementação da Política Institucional de Formação para o Trabalho nos Cursos de Graduação da UFPE (80%)	Implantação da Política Institucional de Formação para o Trabalho nos Cursos de Graduação da UFPE (100%)
05.02	Estimular o Programa Institucional de Iniciação Científica e tecnológica	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROPESQI	PROPESQI	Números de estudantes bolsistas e voluntários	1900	2000	2100	2200	2300
N°	06.Expandir projetos extensionistas	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
06.01	Ampliar a articulação com a Pós-Graduação por meio de	1 - ENSINO, PESQUISA,	PROEXT	PROPG	Número de editais com	1	2	3	4	5

	parceria com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e os PPGs	EXTENSÃO E INOVAÇÃO			atividades de extensão previstas na pós-graduação					
06.02	Ampliar a prática extensionista em parceria com o setor público e a promoção da extensão inovadora	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	PROEXT	PROEXT/PRO GRAD/PROPG	Quantidade de parcerias firmadas	14	21	28	35	42
06.03	Ampliar os programas de extensão da SEGEL	1 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	SEGEL	PROAES, GABINETE DO REITOR, CCS	Percentual de aumento do número de beneficiados pelos programas de extensão da SEGEL	10%	20%	30%	40%	50%
N°	07.Mensurar o impacto dos cursos da UFPE na sociedade	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
07.01	Viabilizar ações que permitam o acompanhamento dos egressos da graduação UFPE.	2 - RESPONSABILIDADE SOCIAL	PROGRAD	TODAS AS PRÓ-REITORIAS E NÚCLEOS/UNIDADES.	% de implementação	Elaboração do eixo 1: Delimitar e estruturar as funcionalidades necessárias	Elaboração do eixo 2: Monitorar o desenvolvimento do Portal do Egresso de	Elaboração do eixo 3: Monitoramento do desenvolvimento do Portal do	Publicação e implantação do portal	Publicação e implantação do portal

						às demais instâncias para a criação do Portal do Egresso de Graduação. (40%)	Graduação. (70%)	Egresso de Graduação (100%)		
N°	08.Fomentar ações para permanência dos estudantes em vulnerabilidade	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
08.01	Combater o racismo na UFPE, mediante a redução da taxa de evasão dos alunos pretos, pardos, indígenas e quilombolas	2 - RESPONSABILIDADE SOCIAL	DAA	DAA/ERER	Taxa de evasão de alunos pretos, pardos, indígenas e quilombolas	10,41%	9,78%	9,19%	8,64%	8,12%
08.02	Estimular o acesso, acolhimento e permanência de pessoas racializadas na UFPE	2 - RESPONSABILIDADE SOCIAL	DAA	DAA/ERER	Percentual: (Total de alunos pretos, pardos, indígenas e quilombolas/Total de alunos vinculados) x 100	56,52%	59,91%	63,51%	67,32%	71,36%
N°	09.Expandir ações	Eixo	Unidade	Unidades	Indicador de	Metas				

	de inclusão social e diversidade		Responsável	Envolvidas	Processo					
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
09.01	Promover a valorização das histórias e culturas étnico-raciais.	2 - RESPONSABILIDADE SOCIAL	DAA	DAA/ERER	Taxa de inserção da temática étnico-racial nos currículos dos cursos de graduação e pós graduação	4,50%	5,00%	5,50%	6,00%	6,50%
09.02	Criar a política de acessibilidade e inclusão da UFPE	2 - RESPONSABILIDADE SOCIAL	DAA	TODAS AS UNIDADES	Percentual de criação e implementação da política	20%	40%	60%	80%	100%
09.03	Fomentar as atividades esportivas e de lazer voltadas para inclusão de grupos (vulnerabilidade social, PCD, Pessoa Negra, LGBTs, Indígenas, Quilombolas)	2 - RESPONSABILIDADE SOCIAL	SEGEL	SEGEL/ DAA/ PROEXT	Percentual de aumento do número de beneficiários pertencentes aos grupos de Vulnerabilidade Social, PCD, Pessoa Negra, LGBTs, Indígenas, Quilombolas, pelos programas	10%	20%	30%	40%	50%

					de extensão da SEGEL					
N°	10. Intensificar parcerias com os diversos setores da sociedade, visando a transferência do conhecimento	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
10.01	Fortalecer a política de valorização da arte, cultura, entretenimento e inclusão.	2 - RESPONSABI LIDADE SOCIAL	SUPERCULT	SUPERCULT / PROEXT / SEGEL	% de aumento do número de eventos em relação ao ano anterior, das sessões de cinema e da ocupação do Hall, Concha Acústica, Salas e Estacionamento com eventos acadêmicos, científicos, culturais, artísticos, etc na UFPE.	10%	15%	20%	25%	30%

N°	11. Expandir as ações de internacionalização no âmbito do ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
11.01	Fomentar novas parcerias com instituições do Sul Global e consolidar as existentes	3 - INTERNACIONALIZAÇÃO	DRI	DRI/ PROPG	% de aumento no nº de acordos internacionais assinados e renovados	2%	4%	6%	8%	10%
11.02	Viabilizar a implementação de novas iniciativas de internacionalização em casa	3 - INTERNACIONALIZAÇÃO	DRI	DRI/ PROPG/ PROGRAD/ PROEXT/ PRO PESQI	% de ações de internacionalização em casa	2%	4%	6%	8%	10%
11.03	Promover a qualificação de servidores que atuam nos cursos de graduação e na pós-graduação.	3 - INTERNACIONALIZAÇÃO	DRI	PROGEPE/ DRI/ PROPG/ PROGRAD/ GABINETE DO REITOR	Número de servidores capacitados	50	100	150	200	250

11.04	Promover a internacionalização do currículo da graduação e pós-graduação.	3 - INTERNACIONALIZAÇÃO	DRI	DRI/PROGRAD/PROPG	% de disciplinas colaborativas	10%	15%	20%	25%	30%
11.05	Expandir a mobilidade docente e discente no âmbito da graduação e pós-graduação	3 - INTERNACIONALIZAÇÃO	DRI	DRI	Quantidade de discentes/docentes em mobilidade por ano	Graduação - 60 Pós- 90	Graduação - 120 Pós- 180	Graduação - 180 Pós- 270	Graduação - 240 Pós- 360	Graduação - 300 Pós - 450
11.06	Fortalecer a internacionalização nos centros do CAA , CAV e CAS	3 - INTERNACIONALIZAÇÃO	DRI	DRI	Quantidade de ações (editais, cursos, etc) de internacionalização no interior	5	10	15	20	20
N°	12.Consolidar e expandir a presença da UFPE em redes de cooperação internacional através de acordos estratégicos, eventos internacionais e missões técnicas	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação									
12.01	Consolidar e expandir a presença da UFPE em redes de cooperação internacional	3 - INTERNACIONALIZAÇÃO	DRI	PROPG/PROPESQI	Números de novos acordos mensais	35	35	35	35	35

	através de acordos estratégicos, eventos internacionais e missões técnicas									
N°	13.Promover a gestão estratégica	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
13.01	Promover ações de captação de recursos próprios para a sustentabilidade financeira institucional da cultura.	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	SUPERCULT	SUPERCULT/SE GEL, EDITORA, PROEXT, PROPESQI, PROPLAN.	% de recursos captados em relação ao ano anterior	10%	15%	20%	25%	30%
13.02	Fortalecer a captação de recursos através dos convênios para as ações da Editora	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	EDITORA	EDITORA/FADE	% de aumento de recurso captado em relação ao ano anterior	20%	30%	30%	30%	30%
13.03	Aperfeiçoamento dos mecanismos de aplicação das cotas em editais de ingresso de servidores	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	PROGEPE	PROGEPE/ COMITÊ DE POLÍTICAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS	Quantidade de servidores efetivos contratados pretos e pardos	20% do percentual de vagas ofertadas em editais	20% do percentual de vagas ofertadas em editais	20% do percentual de vagas ofertadas em editais	20% do percentual de vagas ofertadas em editais	20% do percentual de vagas ofertadas em editais
13.04	Promoção do Desenvolvimento de Pessoas com a Política de Formação Continuada	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	PROGEPE	TODAS AS UNIDADES DA UFPE	Quantidade de cursos ofertados (média e curta duração) por ano	20	20	20	20	20
13.05	Promoção da Política de Movimentação de Pessoal da UFPE	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	PROGEPE	TODAS AS UNIDADES DA UFPE	Quantidade de editais de remoção publicados por ano	1	1	1	1	1
13.06	Consolidação da Política de	4 -	PROGEPE	PROGEPE/	Quantidade de	15	29	43	58	72

	Promoção à Saúde e Qualidade de vida do servidor	GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL		SEGEL/CCS/SUPERCULT/PROEXT/SUPERCOM	ações implantadas					
13.07	Reduzir o prazo total do processo licitatório para contratações comuns a todas unidades da UFPE	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	PROAD	PROAD	Redução percentual no nº de dias	3%	3%	3%	3%	3%
13.08	Implementar ações que proporcionem o aperfeiçoamento da gestão e controle patrimonial dos bens móveis.	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	PROAD	PROAD	Número de ações implementadas	2	4	6	8	10
13.09	Estabelecer ações que promovam a melhoria da gestão de transportes.	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	PROAD	PROAD	Número de ações implementadas	2	4	6	8	10
13.10	Instituir e executar a Política de Governança das Contratações no âmbito da UFPE	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	PROAD	PROAD	Número de ações implementadas	1	2	3	4	5
13.11	Elaborar projeto para apuração de custos no âmbito da UFPE	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	PROPLAN	PROPLAN/ PROGEPE/ SINFRA/ SPO/ PROAES/ PROPESQI/ PROPG/ PROGRAD/ PROAD/ PROEXT/ STI/ GR/ DPC	Percentual de elaboração do projeto	20%	40%	60%	80%	100%

13.12	Promover ações de captação de recursos para a sustentabilidade financeira institucional par a área de esporte e lazer da universidade.	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	SEGEL	SEGEL	Percentual de aumento de recursos captados pelos programas da SEGEL, para a sustentabilidade financeira institucional	10%	20%	30%	40%	50%
13.13	Desenvolver ações que promovam a governança e gestão de TIC	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	STI	STI	Quantidade de ações realizadas que promovam a governança e gestão de TIC	3	3	3	3	3
N°	14. Aprimorar o monitoramento dos resultados organizacionais	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
14.01	Promover o planejamento organizacional	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	DPC	Todas as unidades	% de Unidades de Gestão com Planos elaborados.	80%	85%	90%	95%	100%
14.02	Disponibilizar dados de avaliação e monitoramento institucional, por meio de painéis estratégicos, para a comunidade acadêmica e sociedade	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	DAI	DAI	% Dados disponibilizados em relação aos dados monitorados no âmbito da UFPE	10%	20%	30%	40%	50%
N°	15. Aprimorar o modelo de Governança Institucional	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				

	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
15.01	Implementar a gestão de riscos nos processos de trabalho classificados como de alta e média prioridade, conforme a metodologia de priorização dos processos definida pela instituição.	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	DPC	COMITÊ DE GOVERNANÇA	% de processos de alta e média prioridade com gestão de riscos implantada.	20%	30%	40%	60%	80%
15.02	Fortalecer a segurança institucional da UFPE através da implementação de planos de segurança.	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	DSI	DSI	Número de POPs pactuados	3	7	11	15	19
15.03	Implementação do sistema de videomonitoramento da UFPE	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	DSI	DSI	% de implementação do vídeo monitoramento	20% = Projeto	20% = Licitação	20% = Implementação	20% = Implementação	20% = Implementação
N°	16.Fortalecer a comunicação institucional e a transparência institucional	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5

16.01	Regulamentar e implementar o procedimento de pedidos de acesso à informação da UFPE	4 - GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL	OUIDORIA	OUIDORIA	% de implementação do projeto de regulamentação e melhoria do acesso à informação	20%	40%	60%	80%	100%
N°	17.Melhorar a infraestrutura física de equipamentos e instalações (tais como: salas de aula, bibliotecas, centros, RU, laboratórios e outros ambientes)	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
17.01	Promover a melhoria da infraestrutura das Casas de Estudantes Universitárias (CEUs)	5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA	PROAES	SINFRA/ PROAES	Número de intervenções realizadas nas CEUs, dentre as quais a PROAES classifica como prioridade, por ano	3 (1 por ano em cada CEU)				

17.02	Fomentar o aprimoramento da fiscalização dos contratos de infraestrutura	5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA	SINFRA	SINFRA/PROAD /GABINETE DO REITOR/UNIDADES DA UFPE	% e empresas que possuem o IMR (instrumento de medição de resultado) = 100%	10% de empresas com o IMR de 100%	20% de empresas com o IMR de 100%	30% de empresas com o IMR de 100%	40% de empresas com o IMR de 100%	50% de empresas com o IMR de 100%
17.03	Fomentar, assessorando a unidade de contratações e compras, a melhoria nos processos de planejamento das aquisições de serviços e materiais de infraestrutura	5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA	SINFRA	SINFRA/PROAD /GABINETE DO REITOR/UNIDADES DA UFPE/PROPLAN	Tempo médio para conclusão dos processos de contratações de serviços	24 meses	21 meses	18 meses	15 meses	12 meses
17.04	Melhorar a acessibilidade física nos campi	5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA	SPO	SPO/ GABINETE DO REITOR/ DAA/ DIRETORES DE CENTRO/CPA	Quantidade de prédios com obras de acessibilidade física finalizados	1	2	4	6	8
17.05	Implantar o sistema BIM	5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA	SPO	SPO/ GABINETE DO REITOR/ SINFRA/CPA	Quantidade de projetos elaborados na plataforma BIM (Projetos de Arquitetura no REVIT)	5	10	16	22	29
17.06	Dotar as edificações com sistema de prevenção e combate a incêndio	5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA	SPO	SPO/ DSI/ GABINETE DO REITOR/ PROGEPE SESST/ DIRETORES DE CENTRO/ CPA/ SINFRA	Quantidade de prédios com o sistema de prevenção e combate ao incêndio	Elaboração de projeto (25%)	Elaboração de projeto (50%) Licitação de obra (25%)	Elaboração de projeto (75%) Licitação de obra (50%) Execução de obra (25%)	Elaboração de projeto (100%) Licitação de obra (75%) Execução de obra (50%)	Licitação de obra (100%) Execução de obra (75%)

17.07	Preservar o Patrimônio Histórico Arquitetônico da UFPE	5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA	SPO	SPO/GABINETE DO REITOR/ SINFRA/ PROEXT	Quantidade de prédios históricos restaurados	Elaboração de projeto (25%)	Elaboração de projeto (50%) Licitação de obra (25%)	Elaboração de projeto (75%) Licitação de obra (50%) Execução de obra (25%)	Elaboração de projeto (100%) Licitação de obra (75%) Execução de obra (50%)	Licitação de obra (100%) Execução de obra (75%)
N°	18. Fomentar tecnologias adequadas às atividades da Universidade	Eixo	Unidade Responsável	Unidades Envolvidas	Indicador de Processo	Metas				
	Ação					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
18.01	Adquirir tecnologias assistivas para acessibilidade das Pessoas com Deficiência e/ou Necessidades Específicas	5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA	DAA	STI / PROAD / DAA	Quantidade de aquisições de tecnologias assistivas, por ano	1	1	2	2	2
18.02	Ampliar a infraestrutura dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) para suportar o crescimento da EaD	5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA	SPREAD	SPREAD/STI	% de aumento de Números de acessos simultâneos suportados pelo AVA	Aumentar 25%	Aumentar 50%	Aumentar 75%	Aumentar 100%	Aumentar 100%
18.03	Desenvolver, Implantar e Sustentar sistemas de TI estratégicos para a instituição	5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA	STI	STI	Quantidade de sistemas implantados no ano	2	2	2	2	2

18.04	Expandir e atualizar a infraestrutura de TI da UFPE	5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA	STI	STI / SINFRA / SPO / CENTROS / PROAD / PROPLAN	Quantidade de ações de infraestrutura realizadas na área de TI	7	7	7	7	7
18.05	Expandir e atualizar sistemas e equipamentos de segurança de TI	5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA	STI	STI / PROAD/PROPLAN	Quantidade de ações realizadas na área de Segurança de TI	2	2	2	2	2

Fonte:

CPMA,

202

7.1 Processo de Monitoramento, Controle e Revisão do PDI

Sabemos que na instituição, a avaliação e o planejamento são processos de naturezas complementares. Esse ciclo de aprendizagem é um processo contínuo e de suma importância para o aperfeiçoamento das rotinas administrativas das instituições. É necessário planejar as ações, executá-las, monitorar os seus avanços e em cima dessas etapas fazer as ações corretivas necessárias. Como confirma Marshall et al., (2010) esse ciclo de aprendizagem - ciclo PDCA - é um método gerencial para a promoção da melhoria contínua e ecoa, em suas quatro fases, a base da filosofia do melhoramento contínuo.

Apenas planejar não é suficiente. Para que esse processo continue sua função de aprimoramento contínuo, é relevante compreender a importância de fazer as correções à medida que os eventos ocorrem. O *follow-up* das ações, sejam elas estratégicas, táticas ou operacionais é essencial para que as metas possam ser atingidas efetivamente. Como afirma Campos (2004), a melhoria e o acompanhamento está diretamente atrelado ao atingimento das metas e consequentemente na resolução dos problemas.

O processo de monitoramento do PDI é desenvolvido atualmente dentro da Diretoria de Planejamento e Controladoria (DPC), na Coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (CPMA). Essa unidade utiliza como principal estratégia, a comunicação com as unidades administrativas. Cada unidade possui um interlocutor responsável por acompanhar e atualizar as ações desenvolvidas relativas ao planejamento (Oliveira, 2023).

Diante desse contexto, o monitoramento é feito a partir de duas perspectivas. Em um primeiro momento, é feito o acompanhamento das ações e metas através da ferramenta Trello e de planilhas de *EXCEL*. Vale ressaltar que a CPMA faz um acompanhamento junto do representante de cada unidade com o intuito de manter a eficiência das entregas. O *status* das ações foram agrupadas em 5 categorias: A iniciar, em andamento, concluída, suspensa e com início condicionado. A mudança do *status*, seja ela entre qualquer uma das categorias, só é atualizada mediante comprovação documental - evidência - da efetividade da mudança.

Em um segundo momento, após a finalização do acompanhamento do quadrimestre junto da unidade, essas informações são consolidadas e publicadas no site da DPC, através de painéis estratégicos, desenvolvidos especialmente para esse fim.

Ter acesso a essas ferramentas de acompanhamento e controle do PDI contribui não apenas para a compreensão do desempenho individual de cada

unidade, mas também, para a elaboração de estratégias mais eficientes e ajustes necessários no decorrer da vigência legal do PDI, visando o cumprimento integral das metas estabelecidas.

8. GESTÃO DE PESSOAS E QUALIDADE DE VIDA

A Política de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida estabelece diretrizes voltadas ao provimento, desenvolvimento e acompanhamento de servidores, bem como fomenta a promoção da qualidade de vida e bem-estar no trabalho. É norteada pelos dispositivos legais federais e pelos normativos institucionais, além do Planejamento Estratégico Institucional – PEI e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.

Na UFPE, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida – PROGEPE é responsável pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação da Política, que encontra-se estruturada em quatro grandes eixos: provimento, desenvolvimento, acompanhamento e qualidade de vida no trabalho.

Para o quadriênio 2025-2029, um dos desafios para desta Pró-Reitoria surge com a criação do Centro Acadêmico do Sertão (CAS), na cidade de Sertânia que foi divulgado pelo Governo Federal como uma das obras previstas no novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) da Educação. Essa ação ensejará investimentos consideráveis e ações específicas na área de Gestão de Pessoas que terá como ação inicial o provimento do seu corpo técnico e docente. No decorrer dos anos, na vigência deste PDI, a PROGEPE deverá projetar ações que englobam seu campo de atuação para os novos servidores deste Centro Acadêmico.

Figura 1: Estrutura e Eixos da Política de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida na UFPE



Fonte: PROGEPE, 2024.

8.1 Provimento

Provimento é o ato administrativo de investidura ou nomeação no cargo público. Em sua grande maioria, a investidura ocorre através de concurso ou seleção simplificada. Na UFPE, o planejamento de concursos para recomposição do quadro é realizado por esta Pró-reitoria para os cargos de Técnicos Administrativos em Educação, Magistério Superior e EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), além das seleções simplificadas de professores substitutos e de docentes visitantes.

Outrossim, a PROGEPE é responsável pelo provimento que ocorre através de aproveitamento de concursos de outras instituições, de procedimentos relativos à recondução de servidores bem como à seleção e contratação de bolsistas e estagiários que atendem às diversas unidades da Instituição.

A UFPE tem investido no aperfeiçoamento dos critérios e processos de seleção e contratação de pessoal, com vistas não só à melhoria da qualidade, mas sobretudo à garantia da inclusão e democratização do acesso aos seus quadros. Para isso, foram realizadas ações como a atualização dos dispositivos legais internos para concursos e processos seletivos, a exemplo das Resoluções 15 e 30/2022 – CEPE, respectivamente; a mudança da metodologia aplicada à ocupação das vagas reservadas a cotas nos concursos para docentes; e a implantação de sistema eletrônico para o gerenciamento dos concursos e seleções.

Na contratação de servidores docentes, buscou-se maior efetividade na aplicação da Lei de Cotas e na possibilidade do acesso às candidatas que se tornaram mães. Quanto à carreira de servidores técnico-administrativos em educação, os concursos são realizados em parceria com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE) , responsável pela execução do processo.

Ainda que perceptíveis as mudanças, permanece a necessidade de aumento do quadro de pessoal docente, para viabilizar a contínua expansão da Universidade com a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, permitindo o fortalecimento dos eixos de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão. Quanto à carreira de servidores técnico-administrativos em educação, existe a necessidade de reformulação da carreira, com a atualização dos cargos para acompanhar a evolução das atividades e práticas administrativas e de gestão, o aumento do número de vagas e disponibilização de cargos já existentes que estejam vedados de contratação.

8.2 Desenvolvimento de Pessoas

No âmbito do Executivo Federal, a Política de Desenvolvimento de Pessoas é orientada pelo Decreto n. 9.991 de 28 de agosto de 2019, pela Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG nº 21, de 01 de fevereiro de 2021. Além disso, para as Instituições Federais de Ensino, têm-se o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal – Lei nº 12.722, de 28 de dezembro de 2012 e o Plano de Carreira dos

Cargos Técnico-Administrativos em Educação – Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

Na UFPE, por sua vez, o desenvolvimento de pessoas efetiva-se na Resolução 07/2022 do CONSAD/UFPE, que institui a Política de Formação Continuada dos Servidores e cria a Escola de Formação dos Servidores da UFPE, a FORMARE. De acordo com a referida Resolução, a Política deverá elaborar, executar, acompanhar e avaliar projetos, programas, planos e ações direcionados ao desenvolvimento dos servidores, respeitando as especificidades das carreiras existentes na UFPE. Para tanto, é realizado o levantamento das necessidades de formação, com base nos princípios da gestão por competências, visando alinhar, de forma efetiva, o desenvolvimento de pessoas com melhor desempenho da Instituição, para alcance dos objetivos e metas institucionais.

A FORMARE, criada para a implantar a Política de Formação, constitui-se como locus de reflexão, de articulação, produção e difusão de conhecimentos. É responsável pelo levantamento das necessidades de formação dos servidores da Instituição e pela seleção dos formadores através de Edital próprio. Também realiza convênios para promoção de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu (mestrado e doutorado profissionais) e, promove cursos de curta e média duração, nas modalidades presencial, online ou híbrida.

Para atender às necessidades de formação de servidores docentes e TAE's e atingir os objetivos estratégicos da Instituição, articula suas ações com base em três eixos:

- Programa de Formação Didático-Pedagógica – Programa Didátikós
- Programa de Formação de Gestores – Programa Gestor
- Programa de Educação para as Relações de Trabalho – Programa Gestus

Para garantir atuação de forma transparente, democrática e participativa, foi criado o Comitê de Formação Continuada de Servidores da UFPE que se configura como a estrutura de governança da FORMARE para subsidiar a Escola em suas ações.

8.3 Acompanhamento de Pessoal

Compreende-se por acompanhamento de pessoal as ações que envolvem o dimensionamento da força de trabalho e sua movimentação numa instituição. Para tanto, duas ações são fundamentais: a criação de um modelo de dimensionamento da força de trabalho (DFT) e a implantação de uma Política de Movimentação, com critérios claros e bem definidos.

O Dimensionamento constitui um processo de identificação e análise quantitativa e qualitativa da força de trabalho necessária ao cumprimento dos objetivos institucionais. Essa ação considera as inovações tecnológicas e a modernização dos processos de trabalho, no que diz respeito aos cargos Técnico-Administrativos em Educação (TAE's) das Instituições Federais de Ensino (IFE), conforme dispõe o art. 24º da Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006.

Além da questão legal, evidencia-se também a motivação institucional para a implantação de um modelo DFT, uma vez que a UFPE reconhece a necessidade de qualificar a alocação da força de trabalho na instituição, observando o resultado mais aproximado do número ótimo de servidores para determinado setor de trabalho, contribuindo, assim, para o alcance dos objetivos organizacionais.

A movimentação de pessoal, assim como as demais ações de gestão de pessoas, é regulamentada por normativo federal. Amparada pela Lei 8.112, de 11 de novembro de 1990, a movimentação pode ser considerada externa ou interna ao órgão, denominada redistribuição e remoção, respectivamente. Ambas movimentações podem ocorrer a pedido do servidor ou a critério da Administração.

Visando proporcionar uma movimentação interna mais assertiva e transparente, a UFPE criou, em 2020, o primeiro Edital de Remoção Interna de Servidores TAE's com o objetivo de pensar essa movimentação de forma estratégica, alinhando as expectativas institucionais às dos servidores.

A redistribuição de TAE's, bem como toda a movimentação dos servidores docentes ainda ocorre sob demanda, constituindo-se a próxima etapa para consolidação de uma Política mais ampla. Doravante, é possível notar que, a regularidade na oferta dos editais de remoção interna permitiu o fortalecimento da Política de Movimentação de Servidores da UFPE, pois se configura como o principal meio de remoção interna da Instituição.

8.4 Qualidade de Vida no Trabalho

A Qualidade de Vida no Trabalho, sob a ótica das organizações, é expressa por um conjunto de normas, diretrizes e práticas que visam a promoção do bem-estar individual e coletivo, o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores, e o exercício da cidadania organizacional nos ambientes de trabalho.

Com esse objetivo, a UFPE instituiu, em 2021, através da Resolução nº 07/2021 – CONSAD, a Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, constituída pelos eixos norteadores:

- I. - Promoção da saúde e segurança no trabalho;
- II. - Desenvolvimento de pessoas;
- III. - Lazer e vida social;
- IV. - Práticas de gestão do trabalho.

Para estruturação da Política, a UFPE conta com o Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor (NASS), uma das unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS) que atende aos eixos da promoção da saúde e segurança no trabalho. Além disso, com intuito de fortalecer o sentimento de pertencimento dos servidores da UFPE e, buscando promover um ambiente de

trabalho mais leve e saudável, foi criado o Programa “Fluir com a Vida” que associa projetos e ações vinculados aos quatro eixos norteadores da qualidade de vida, e lançado em 2022, edital de fomento para projetos de promoção à saúde e qualidade de vida.

8.5 Perfil dos Servidores

O corpo docente da UFPE apresentou uma discreta evolução em quantidade no período do último PDI, passando de 2.749 docentes em 2019, para 2.863 em 2023, o que representa um aumento inferior a 3,98%.

Tabela 10: Corpo docente do Ensino Superior da UFPE por tipo de vínculo. Situação em dezembro, 2019-2023

Vínculo	Ano 2019		Ano 2022		Ano 2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Efetivo	2499	90,90	2507	91,00	2491	87,01
Substituto	241	8,80	243	8,80	351	12,26
Visitante	9	0,30	4	0,20	21	0,73
Total	2749	100,00	2754	100,00	2863	100,00

Fonte: DTICOM, 2024.

*(1) Não inclui os 57 docentes do Colégio de Aplicação

O corpo técnico-administrativo é apresentado na Tabela 11. Este tópico demonstra um discreto aumento na titulação de especialização (2,3%), mestrado (1,5%) e doutorado (1,09%), o que não ocasiona uma alteração significativa do perfil dos servidores técnico-administrativos no período do último PDI.

Tabela 11: Corpo técnico efetivo da UFPE por nível de instrução Situação em dezembro de 2019-2023

Titulação	Ano 2019		Ano 2022		Ano 2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundamental	46	1,21	46	1,21	43	1,17
Ens. Médio	431	11,37	433	11,38	378	10,26
Superior	773	20,39	773	20,31	612	16,61
Especialização	1557	41,06	1567	41,17	1602	43,47
Mestrado	792	20,89	794	20,86	824	22,36
Doutorado	191	5,04	191	5,02	226	6,13
Não Consta	2	0,05	2	0,05	0	0,00
Total	3792	100	3806	100	3685	100,00

Fonte: DTICOM, 2024.

9. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UFPE

9.1 Órgãos Colegiados

Na instância máxima da UFPE encontram-se os órgãos de decisão colegiada. É neles que as decisões mais estratégicas são debatidas e aprovadas.

São órgãos da Universidade Federal de Pernambuco:

1. Os de deliberação superior:

- a. O Conselho Universitário (CONSUNI), instância máxima da Universidade, com competências normativas, deliberativas e consultivas sobre a política geral da UFPE.
- b. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), colegiado superior de integração da atividade acadêmica;
- c. O Conselho de Administração (CONSAD), responsável pela jurisdição superior da gestão administrativa, financeira e patrimonial;
- d. O Conselho Fiscal (CONFIS), órgão de fiscalização econômico-financeira.

2. O de consulta, constituído pelo Conselho Social (CONSOL);
3. O de administração geral, representado pela Reitoria;
4. O de execução do ensino, da pesquisa e da extensão, representados pelos Centros Acadêmicos e suas unidades acadêmicas;
5. Por fim o de apoio às atividades acadêmicas e de gestão, integrados pelos Órgãos Suplementares e Complementares;

9.2 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico

A Administração da UFPE é exercida pelo órgão de administração geral: a Reitoria, através do Gabinete do Reitor, das Pró-Reitorias e dos Órgãos Suplementares. É ela que planeja, coordena e supervisiona as atividades administrativas da instituição.

O Gabinete do Reitor inclui atualmente a reitoria e vice-reitoria, assessoramento superior, unidades estratégicas, comitês de governança e gestão, superintendências e núcleos temáticos.

A Universidade Federal de Pernambuco possui oito Pró-Reitorias:

- **Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT):** Tem por fim promover atividades de extensão e cultura que conectam a universidade com a sociedade, fortalecendo essa relação por meio do diálogo, transformação e integração.

- **Pró-Reitoria de Administração (PROAD):** A Pró-Reitoria tem por finalidade o assessoramento à Administração Central e a todas as unidades no que diz respeito ao planejamento, à aquisição, ao acompanhamento e à execução das compras de bens de consumo, contratação de serviços e gestão administrativa documental, de bens e de transporte, para promover o funcionamento institucional.
- **Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (PROGEPE):** É o órgão responsável pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de administração e desenvolvimento de recursos humanos. Compete a essa Pró-Reitoria realizar ações e projetos voltados à melhoria da qualidade de vida dos servidores, à saúde e ao bem-estar social de todos os servidores da UFPE.
- **Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD):** É responsável pelos assuntos referentes ao ensino de graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Cabe a ela atuar junto aos estudantes, docentes, coordenadores de cursos, coordenadores das áreas básicas, chefes de departamentos e diretores de centro; garantir a qualidade dos cursos de graduação oferecidos e reafirmar seu compromisso social, articulando o ensino com as áreas de pesquisa e extensão; a organização, o funcionamento e a política didático-pedagógica da graduação e a coordenação do processo de avaliação da qualidade do ensino; coordenação da qualificação dos docentes dos cursos de graduação e o controle acadêmico dos estudantes no que diz respeito aos aspectos legais e documentação.
- **Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQI):** Tem por finalidade planejar e articular as políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), apoiando a formação de recursos humanos de alto nível, a pesquisa, a produção científica e tecnológica, a transferência de tecnologia, e a promoção da inovação e do empreendedorismo na UFPE.
- **Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças (PROPLAN):** Tem por finalidade a gestão e o controle orçamentário, financeiro e contábil em conformidade com a legislação e com o planejamento institucional. Enquanto unidade técnica, tem a função de elaborar e publicar normativos (notas técnicas, orientações, manuais etc.) sobre matérias de sua competência, voltado à orientação dos demais gestores da UFPE, com o objetivo de melhorar os processos de

trabalho (mais seguros e redução de tempo), primando sempre pela melhoria da gestão pública e transparência das informações da UFPE.

- **Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG):** Tem por finalidade o planejamento, a gestão, a supervisão e a avaliação das políticas de pós-graduação, garantindo a qualidade do ensino de pós-graduação de forma articulada com a graduação, a pesquisa e a extensão.
- **Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES):** A Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis tem por finalidade a coordenação central das ações e programas de inclusão social para a permanência dos alunos na Universidade, com vistas a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir os indicadores de retenção e evasão escolar, contribuir para melhoria do desempenho acadêmico, favorecendo a conclusão de curso de graduação no tempo previsto.

O organograma da Universidade Federal de Pernambuco é um documento que deve ser entendido na perspectiva da horizontalidade e não como uma estrutura hierarquizada. Através dele fica mais didático a percepção de como funciona a UFPE e qual os níveis de responsabilidades dos seus órgãos. O Organograma pode ser consultado, de forma atualizada e interativa no site da UFPE. Segue link: [Organograma UFPE](#).

9.3 Órgãos suplementares

Para melhor desempenho das suas múltiplas tarefas, a Universidade dispõe de Órgãos Suplementares e Complementares de várias naturezas técnico administrativas com enfoque em cultura, saúde e assistência.

Atualmente a UFPE possui os seguintes órgãos suplementares:

- **Biblioteca Central:** A Biblioteca Central em conjunto com mais 13 bibliotecas formam o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB). Juntas, as bibliotecas reúnem em suas coleções mais de 300 mil títulos e mais de 1 milhão de exemplares. Essas coleções estão disponíveis para acesso de toda a comunidade e são formadas por livros, periódicos, materiais multimídia, teses e dissertações, entre outros documentos;
- **Editora:** A Editora UFPE, enquanto importante órgão suplementar da UFPE, é responsável pelo apoio à produção intelectual dos docentes e pesquisadores da Universidade e pela publicação digital e impressa de livros. Além de atender à comunidade acadêmica no que diz respeito a ensino, pesquisa e extensão, a Editora UFPE também presta serviços,

por meio de contratos ou convênios, a pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado.

- **Hospital das clínicas:** O HC-UFPE é um órgão suplementar da universidade que atua nas áreas de ensino, pesquisa, inovação, extensão e assistência. No ensino, por exemplo, atende atualmente a 17 cursos de graduação e 14 cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) ligados à UFPE.
- **Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social:** O NUSP é o órgão suplementar da UFPE responsável por desenvolver projetos e programas de promoção da saúde no âmbito da Universidade e fora dos limites acadêmicos. O órgão integra a Rede Nacional de Núcleos de Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, do Ministério da Saúde, a Rede de Municípios e Comunidades Saudáveis, da Organização Pan-Americana de Saúde, e a União Internacional de Promoção e Educação em Saúde, com sede em Paris, na França.

Cada uma desses órgãos tem um papel importante na tarefa de apoiar a estrutura da instituição, para que ela possa oferecer os melhores serviços à comunidade acadêmica.

10. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

No que se refere às Políticas de Atendimento aos discentes, tendo por fundamento a Política Nacional de Assistência Estudantil, a PROAES se destaca por sua atuação nos Programas de Acompanhamento Acadêmico/Pedagógico, Alimentação e Nutrição, Atenção à Saúde dos Estudantes, Bolsas e Auxílios e Moradia Estudantil.

10.1 Programa de Acompanhamento Acadêmico/Pedagógico

O Programa de Apoio pedagógico consiste na promoção de atividades e ações que visam proporcionar aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, condições de permanência no curso de graduação através da oferta de apoio pedagógico especializado. Nesta perspectiva, a PROAES conta com um setor Pedagógico que atua no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE), no Núcleo de Assistência Estudantil (NAEST), visando ofertar, aos assistidos pelo Programa de Bolsas e Auxílios da Assistência Estudantil, apoio pedagógico e acadêmico visando sanar dificuldades de aprendizagem no curso de graduação tendo em vista garantir aos estudantes condições de permanência e conclusão do curso.

Dentre as ações do Programa de Acompanhamento Acadêmico/Pedagógico destacam-se:

I. Projeto Estudante Cooperador Pedagógico: Instituído através da PORTARIA nº 04/2024 - PROAES (07 DE FEVEREIRO DE 2024), consiste em projeto de tutoria voltado a estudantes com dificuldades em disciplinas específicas em suas áreas. O projeto foi iniciado na Área 2 (voltado para as disciplinas básicas das engenharias), no ano de 2016, mas já tem no horizonte propostas de ampliação para demais áreas.

II. Orientação de Matrícula: tem como objetivo auxiliar no planejamento e organização das disciplinas em que o(a) estudante bolsista pretende realizar a matrícula (número de disciplinas, carga horária, pré-requisitos etc.), bem como discutir sobre questões relativas ao desempenho acadêmico e condições de permanência na Assistência Estudantil. Ocorre semestralmente, em período anterior e durante o período de Matrícula Acadêmica.

III. Análise de Justificativas por Desempenho Acadêmico insuficiente, em conformidade com o que prevê a PORTARIA nº 03/2022 - PROAES (19 DE DEZEMBRO DE 2022), que Normatiza ações e procedimentos a serem adotados em caso de insuficiência de desempenho acadêmico dos estudantes beneficiários do Programa de Assistência Estudantil - PAE, visando identificar casos de insucesso e desenvolver estratégias para a execução do programa de apoio pedagógico, oferecendo suporte e acompanhamento aos estudantes com o objetivo de reduzir os indicadores de retenção e evasão escolar na graduação presencial.

IV. Análise de Processos de Prorrogação: Processos abertos por estudantes beneficiários das Bolsas de Assistência Estudantil que atingiram o tempo mínimo regimental para permanência. O objetivo do Processo de Prorrogação

é dar suporte ao estudante na fase final de conclusão do curso, a partir da apresentação de Plano de Conclusão de Curso apresentado pelos estudantes, construído conjuntamente com as coordenações de cursos.

V. Acompanhamento Pedagógico individual: acompanhamento individualizado aos estudantes a partir das demandas e dificuldades acadêmicas apresentadas por eles(as), em especial os(as) estudantes acompanhados(as) durante o processo de justificativa por desempenho acadêmico insuficiente.

10.2 Programa de Alimentação e Nutrição

Consiste em um conjunto de ações objetivando contribuir para o desenvolvimento e manutenção de hábitos alimentares adequados. As ações que compõem o programa abrangem a promoção da alimentação adequada e saudável, desenvolvidas principalmente nos Restaurantes Universitários(RUs).

Além dos Restaurantes Universitários, a PROAES conta com uma equipe de Nutricionistas, que atuam junto à Diretoria de Alimentação e Saúde (DAS) no sentido da promoção da saúde por meio da alimentação adequada e saudável. Ainda em relação ao Programa de Alimentação e Nutrição, cabe destacar que a UFPE possui, até o momento, dois RUs, um no Campus Recife e outro no Campus CAA, com projetos em andamento para a construção de um RU no CAV e ao menos mais um RU no Campus Recife.

Através dos Restaurantes Universitários, a UFPE amplia o raio de ação dos Programas de Assistência Estudantil, tendo em vista que além dos estudantes assistidos pelas bolsas e auxílios da PROAES, que têm acesso ao RU com isenção integral em duas ou três refeições, os demais estudantes da graduação e pós-graduação presencial também são beneficiados com duas refeições subsidiadas em 60% pela UFPE.

10.3 Programa de Atenção à Saúde dos Estudantes

O Programa de Atenção à Saúde do Estudante consiste no desenvolvimento de ações que visam favorecer a prevenção, promoção e assistência à saúde física e mental do estudante, diminuindo os riscos de prejuízo e interrupção em seu processo de ensino-aprendizado contribuindo para a permanência do estudante na universidade e consequente conclusão de sua graduação.

A execução do Programa de Atenção à Saúde dos Estudantes é feita pela Diretoria de Alimentação e Saúde, por meio do Núcleo de Atenção à Saúde dos Estudantes (NASE), que conta com uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, dermatologista, ginecologista, médicos clínicos, enfermeiras, nutricionistas, psicólogas e psiquiatras.

O programa é destinado a todos os estudantes matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação presencial, com prioridade para os estudantes com perfil PNAES, especialmente os assistidos pelo Programa de Bolsas e Auxílios da Assistência Estudantil.

10.4 Programa de Bolsas e Auxílios

Executado, na PROAES, pela Diretoria de Desenvolvimento Estudantil, o Programa de Bolsas e Auxílios de Manutenção Estudantil consiste na concessão de benefício pecuniário para ajudar no custeio de despesas com o curso de graduação presencial, com a finalidade de ampliar as condições de permanência e conclusão de curso de estudantes de baixa renda e oriundos, prioritariamente, de escola pública.

O Programa conta com as seguintes Bolsas e Auxílios:

I. Bolsa de Manutenção Estudantil: no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) mensais, para ajudar no custeio de despesas com o curso, pagas a estudantes matriculados(as) em curso de graduação presencial em um dos Campi da UFPE. Para ingressar nesta bolsa os(as) estudantes precisam participar e ser classificados em um dos editais de Manutenção Estudantil. Os Editais podem ser acessados por meio do site da PROAES, através do link: [BOLSA MANUTENÇÃO ESTUDANTIL](#).

II. Bolsas Residentes e Moradia: respectivamente com valores de R\$600,00 (seiscentos reais) e R\$800,00 (oitocentos reais), pagas a estudantes assistidos pelo Programa de Moradia Estudantil. A Bolsa Moradia, especificamente, é regulamentada pela PORTARIA n° 01/2022 - PROAES (02 DE MARÇO DE 2022). Seguem a mesma lógica da Bolsa de Manutenção Estudantil, sendo o diferencial entre elas o público alvo a que se destinam. Tal qual a Bolsa de Manutenção Estudantil, Para ingressar nestas bolsas os(as) estudantes precisam participar e ser classificados em um dos editais de Moradia Estudantil. Os Editais podem ser acessados por meio do site da PROAES, através do link: MORADIA ESTUDANTIL.

III. Auxílio Creche: Regulamentado pelas PORTARIAS n° 02/2021 - PROAES (07 DE OUTUBRO DE 2021) e n° 10/2024 - PROAES/UFPE DE 23 DE AGOSTO DE 2024, consiste no auxílio financeiro, no valor de R\$485,00 (quatrocentos e oitenta e cinco reais), integrado às bolsas de Manutenção Estudantil, Residentes ou Moradia, destinado a estudantes que têm filho(s) na faixa etária de 0 (zero) até 3 (três) anos e 11 meses de idade.

IV. Apoio Acolhimento: Regulamentado pelas Portarias n° 04/2023 - PROAES (26 DE JUNHO DE 2023), n° 05/2023 - PROAES/UFPE, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023 e n° 07/2024 - PROAES/UFPE, DE 10 DE ABRIL DE 2024, consiste no benefício pecuniário concedido excepcionalmente a estudantes Ingressantes no primeiro período do curso por meio das Cotas Sociais com recorte de renda ou que tenham ingressado pela ampla concorrência ou demais cotas, desde que tenha se candidatado, no processo de ingresso, para concorrer pelas cotas sociais com recorte de renda (até 1 salário-mínimo per capita). Tem como objetivo ampliar as condições de permanência durante o período compreendido entre o primeiro ingresso no curso e o acesso ao Programa de Bolsas de Manutenção Estudantil ou ao Programa de Moradia Estudantil da PROAES.

V. Apoio a Eventos: Regulamentado pela PORTARIA n° 06/2023 - PROAES (20 DE OUTUBRO DE 2023), tem como objetivo contribuir na formação integral dos estudantes de graduação através do estímulo à participação em eventos acadêmicos, esportivos, culturais e político-acadêmicos realizados no território nacional.

VI. Auxílio Emergencial: Regulamentado pela PORTARIA n° 07/2023 - PROAES (09 DE NOVEMBRO DE 2023), é um benefício de caráter excepcional e temporário para estudantes em situação de vulnerabilidade com risco

iminente de evasão, prioritariamente para aqueles(as) que ainda não integram O Programa de Bolsas e Auxílios.

VII. Auxílio Inclusão Digital: Regulamentado pela PORTARIA N° 08/2023 - PROAES/UFPE, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023, tem como finalidade a concessão de auxílio pecuniário para custear total ou parcialmente a compra, por estudantes da graduação presencial com perfil socioeconômico conforme PNAES, de equipamento eletrônico (computador, tablet ou notebook) para uso em atividades acadêmicas, visando à ampliação das condições de permanência e conclusão de curso.

VIII - Auxílio Residentes: Regulamentado pela PORTARIA n° 09/2023 - PROAES (05 DE DEZEMBRO DE 2023), tem como finalidade a concessão de auxílio pecuniário para custear total ou parcialmente atividades culturais, de lazer ou de retorno dos residentes das Casas de Estudantes Universitárias da UFPE para as suas cidades de origem durante o recesso acadêmico, visando promover a formação cultural, acadêmica, promover o pertencimento do estudante à universidade e a manutenção do vínculo familiar entre os estudantes residentes e suas famílias de origem.

IX. Auxílio Indígenas e Quilombolas: Regulamentado pela PORTARIA n° 02/2024 - PROAES (30 DE JANEIRO DE 2024), tem como finalidade garantir a permanência, em curso de graduação presencial, de estudantes indígenas e quilombolas que estejam dentro do perfil de vulnerabilidade socioeconômica conforme estabelecido pelo PNAES, mediante concessão de auxílio pecuniário mensal, de valor equivalente ao da Bolsa de Manutenção Estudantil da PROAES.

X. Auxílio Internet: Regulamentado pela PORTARIA n° 03/2024 - PROAES (30 DE JANEIRO DE 2024), tem como finalidade a concessão de auxílio pecuniário no valor de setenta reais (R\$70,00), para custear o pagamento, pelos(as) estudantes assistidos pela Bolsa de Manutenção Estudantil, de pacote de dados de internet móvel ou internet cabeada, visando garantir condições para conclusão do curso no menor tempo possível.

XI. Auxílio Pré-Escolar: Regulamentado pela PORTARIA N° 09/2024 - PROAES/UFPE, DE 23 DE AGOSTO DE 2024, consiste em auxílio financeiro, no valor de R\$485,00 (quatrocentos e oitenta e cinco reais) integrado às bolsas de Manutenção Estudantil, Residentes ou Moradia, destinado a estudantes que têm filho(s) na faixa etária entre 04 (quatro) anos e 05 (cinco) anos e 11 meses de idade. Trata-se de um auxílio complementar ao Auxílio Creche, caracterizando-se como ação voltada a estudantes, mães e pais de filhos em idade de creche e pré-escola.

XII. Auxílio Alimentação: Trata-se de auxílio pecuniário, no valor de R\$300,00 (trezentos reais) pago em complemento às Bolsas de Manutenção Estudantil,

Moradia, Residentes e aos Auxílios Emergencial e Apoio Acolhimento aos(às) estudantes do Campus CAV e da Faculdade de Direito do Recife (FDR-CCJ), tendo em vista a ausência de Restaurante Universitário acessível aos(às) estudantes destes centros.

XIII. Auxílio Difícil Acesso: Trata-se de auxílio pecuniário, no valor de R\$300,00 (trezentos reais) pago em complemento às Bolsas de Manutenção Estudantil, Moradia, Residentes e aos Auxílios Emergenciais e Apoio Acolhimento aos(às) estudantes do Campus CAA, em virtude da localização do Campus, que é de difícil acesso, afastado do centro da cidade de Caruaru-PE.

XIV. Isenção Integral no Restaurante Universitário: Diferente dos demais auxílios, neste caso não se trata de repasse de valores pecuniários diretamente aos estudantes, mas da concessão, a estudantes da graduação presencial com perfil conforme PNAES (com renda *per capita* de até 01(um) salário mínimo de isenção integral em duas refeições (almoço e jantar) em um dos Restaurantes Universitários da UFPE. Este tipo de benefício pode ser acessado através da participação em edital próprio.

XV. Hospedagem Temporária: Também não se trata de repasse de valores pecuniários diretamente aos estudantes, mas da concessão de vagas de hospedagem temporária em uma das Casas de Estudantes Universitárias (CEUs) da UFPE a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, prioritariamente matriculados no primeiro período da primeira graduação presencial, provenientes de fora da Região Metropolitana do Recife, pelo período compreendido entre o início do semestre e a conclusão do primeiro Edital de Moradia Estudantil aberto após o início do semestre.

O ingresso dos estudantes no Programa de Bolsas e Auxílios se dá através da participação em editais próprios, executados pela Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE), boa parte deles por meio do Núcleo de Assistência Estudantil (NAEST).

10.5 Programa de Moradia Estudantil

O Programa de Moradia Estudantil consiste na oferta de residência temporária ou auxílio pecuniário para moradia a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, em comprovada situação de

vulnerabilidade socioeconômica, que residam fora da região metropolitana do Recife ou em outros Estados, a fim de garantir a permanência na Universidade e a conclusão da graduação.

Para a execução do Programa, feita pela PROAES por meio da Diretoria de Desenvolvimento Estudantil, a UFPE conta com um importante conjunto de 03(três) Casas de Estudantes Universitárias (CEUs) e um Espaço de Convivência.

No entanto, o Programa não se resume à estrutura física das CEUs, nem muito menos às bolsas e auxílios destinadas aos beneficiários, já mencionadas acima, mas vai além, à medida que conta com uma equipe de serviço social, psicólogos e enfermeiros que têm atuação exclusiva no Programa de Moradia Estudantil, tendo em vista as especificidades do público alvo, a saber, estudantes oriundos de outra realidade geográfica, diversa, muitas das vezes, da realidade da cidade grande, que somam, às questões de vulnerabilidade socioeconômicas que impactam significativamente na permanência estudantil, o fato de estarem distantes de suas famílias e cidades de origem, parte deles residentes dentro do próprio campus.

11. INFRAESTRUTURA

11.1 Infraestrutura física

A Superintendência de Infraestrutura (SInfra/UFPE) busca cumprir suas competências definidas na Portaria Normativa no 06, 23/03/2016, e estruturada pela Portaria Normativa no 41, 20/10/2020 e, por fim, redefinida pela Resolução no 08/2022-CONSAD. A SInfra/UFPE compromete-se a cumprir suas competências alinhadas aos princípios que orientam para um perfil de atuação sustentável, com objetivo de contribuir para alcançar as metas estratégicas delineadas no Plano de Desenvolvimento Sustentável Institucional (PDI), destacando-se sua participação decisiva no cumprimento do objetivo 17 do plano. A SInfra/UFPE tem por finalidade a prestação de serviços de manutenção e conservação predial e urbana, com o

objetivo de preservar a integridade da infraestrutura e garantir a qualidade do acesso às instalações da Universidade, zelando pela sustentabilidade ambiental.

A SInfra/UFPE é composta por duas diretorias e uma coordenação: a Diretoria de Sustentabilidade Ambiental (DSa/SInfra), a Diretoria de Manutenção e Conservação (DMC/SInfra) e a Coordenação Administrativa e Financeira (CAF/SInfra). De modo que compete a SInfra/UFPE:

- I. Executar os serviços de manutenção e conservação predial, consistindo em: manutenção hidrossanitária e elétrica, revestimentos em geral, reparação estrutural não complexa condicionada à parecer técnico, pintura, carpintaria, marcenaria, vidraçaria e recuperações de alvenaria, dentre outros;
- II. Acompanhar os serviços de manutenção e de conservação de elevadores e de aparelhos de ar-condicionado;
- III. Executar os serviços de manutenção e conservação de acessos, logradouros, parques, jardins, iluminação pública dos estacionamentos, vias de acesso e demais logradouros da Universidade;
- IV. Executar os projetos de sinalização dos campi;
- V. Planejar compras e elaborar termo de referência para aquisição de materiais e de serviços específicos da Superintendência, além de efetuar licitação de materiais e serviços relativos à manutenção e pequenas obras dos campi, realizando, em consequência, os empenhos decorrentes das aquisições e do cumprimento dos contratos de prestação de serviços por terceiros; e
- VI. Elaborar e implantar projetos de melhoria da gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos campi.

A Diretoria de Sustentabilidade Ambiental desempenha funções essenciais para garantir um ambiente saudável e sustentável na Universidade. Suas atuações abrangem:

- **Fornecimento de Água:** A DSA-SInfra atua no gerenciamento do fornecimento de água para as instalações da UFPE, assegurando o abastecimento adequado, a qualidade e a gestão eficiente desse recurso. Essa responsabilidade envolve a coordenação do fornecimento de água pela COMPESA, a manutenção dos poços artesianos, a operação da Estação de Tratamento de Água (ETA), bem como a conservação dos reservatórios de água e o controle de efluentes das edificações;
- **Conservação e Limpeza:** A diretoria atua na conservação e limpeza tanto das edificações quanto das áreas verdes, abrangendo os centros do Campus Joaquim Amazonas e as edificações descentralizadas na cidade do Recife. Essa iniciativa visa manter um ambiente limpo e bem conservado para a comunidade acadêmica;
- **Gestão Arbórea:** A DSA-SInfra realiza o monitoramento da saúde das árvores no campus e nas edificações descentralizadas, promovendo atividades como poda e levantamento de copas, além da erradicação de árvores severamente comprometidas ou com risco de queda. Também é de sua competência controlar e manter as mudas de compensação ambiental, buscando assegurar a saúde das mudas durante seu desenvolvimento.
- **Gestão de Resíduos:** A diretoria desenvolve e implementa planos e práticas sustentáveis relacionadas à gestão de resíduos, conforme estabelecido no Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS) de 2021. Essas ações visam promover a coleta seletiva dos resíduos recicláveis, dos resíduos orgânicos, dos resíduos dos serviços de saúde, resíduos químicos, dentre outros, promovendo o tratamento adequado, a destinação ambientalmente correta e a redução do impacto ambiental dos resíduos gerados pela universidade; e
- **Bem-Estar Animal:** A DSa-SInfra também atua na implementação da Política institucional de Bem-Estar Animal (Resolução nº 13/2021), com iniciativas voltadas aos animais comunitários, como controle populacional, prevenção ao abandono dos animais e promoção da adoção responsável. Essa área de atuação reflete o compromisso da UFPE com o cuidado e o respeito aos animais presentes em seu ambiente.

A Diretoria de Manutenção e Conservação desempenha funções essenciais para garantir a manutenção e a usabilidade dos ambientes, máquinas e equipamentos da Universidade. Suas atuações abrangem:

- Fornecimento de Energia Elétrica: A DMC-SInfra atua no gerenciamento do fornecimento de energia elétrica com a manutenção das Cabines de Medição de Energia do Campus, bem como manutenção das Subestações de Energia do Prédios, e acompanhamento e controle da geração de energia pelas Usinas Fotovoltaicas da UFPE que totalizam aproximadamente 1,6 MWhp.
- Manutenção Predial e Urbana: A diretoria atua na manutenção das Instalações Elétricas, Cíveis e Hidráulicas dos prédios e vias urbanas, abrangendo os centros do Campus Joaquim Amazonas e as edificações descentralizadas na cidade do Recife. Sendo atendidas 14.282 requisições de manutenção de instalações elétricas, cíveis e hidráulicas, conforme consta na página da SInfra/UFPE no link Gestão da Manutenção Predial: <https://www.ufpe.br/sinfra>
- Controle de Almoxarifado: A diretoria controla a entrada e saída de materiais da SInfra/UFPE, bem como no estudo de aquisição de materiais, a fim de atender as demandas da UFPE associadas ao fornecimento de materiais ao contrato de manutenção predial.
- Manutenção de Máquinas e Equipamentos: A DMC-SInfra desenvolve diversos serviços, tais como, dimensionamento de carga térmica de ambientes para aquisição de aparelhos de ar condicionado, além de auxiliar na avaliação de projetos de sistemas mecânicos da UFPE; também atua no planejamento, gestão e fiscalização de serviços de instalação e remoção de aparelhos de ar condicionado e manutenção de aparelhos de ar condicionado tipo janela, split, self-contained, split, central de ar condicionado tipo VRF/VRV e chiller; bem como, manutenção de 64 elevadores; aquisição e manutenção de eletrobombas. Essas ações visam garantir o funcionamento dos diversos ambientes da instituição.

A Coordenação Administrativa e Financeira desempenha funções essenciais para garantir a contratação de serviços e compras de material, bem como o pagamento de empenhos, além da fiscalização administrativa dos contratos de mão de obra com dedicação exclusiva vinculados a SInfra/UFPE. Suas atuações abrangem:

- Emissão de empenhos: A CAF-Sinfra atua na confecção de empenhos para os contratos licitados que estão sob gestão e fiscalização da Sinfra.
- Pagamento dos empenhos: A CAF acompanha os saldos dos empenhos dos contratos e faz o gerenciamento dos pagamentos dos contratos da Sinfra/UFPE.
- Elaboração de Termos de Referências: A CAF-Sinfra participa do planejamento junto com a Diretorias da Sinfra com a elaboração do Termo de Referência e cotação de preços para contratação de serviços e compras de material.
- Fiscalização Administrativa: A CAF realiza a fiscalização administrativa dos contratos com mão de obra com dedicação exclusiva checando as demandas de pagamento e fato gerador dos contratos.

Para o exercício de 2023, considerando o cenário de retorno das atividades presenciais, limitações orçamentárias e de quadro funcional, a Sinfra/UFPE concentrou seus esforços na manutenção dos contratos e convênios que garantem a prestação dos serviços. Simultaneamente, consolidou práticas sustentáveis relacionadas à arborização, ao tratamento de resíduos, à gestão hídrica, à limpeza, à manutenção predial e urbana e à manutenção de máquinas e equipamentos do Campus. Essas ações visam assegurar um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico e administrativo, alinhado aos princípios de sustentabilidade e ao compromisso com a eficiência e qualidade nos serviços prestados pela Universidade.

11.2 Planos futuros

- A. Elaboração de estudo técnico para licitação de manutenção e recuperação asfáltica do Campus Universitário Reitor Joaquim Amazonas.
- B. Elaboração de estudo técnico para licitação de manutenção geradores, já que a última foi fracassada.
- C. Elaboração de estudo técnico para licitação de manutenção central de ar condicionado tipo Chiller, já que a última empresa contratada está

respondendo um processo de apuração de responsabilidade por descumprimento contratual.

- D. Elaboração de estudo técnico para licitação de manutenção de todos os elevadores da UFPE, devido à proximidade do encerramento do contrato 63/2019 que abrange 53 elevadores.
- E. Elaboração de estudo técnico para licitação de manutenção, com aperfeiçoamento da metodologia da contratação dos serviços e peças de reposição.
- F. Implementar uma rotina e sistematizar a substituição do parque de bombas da UFPE, objetivando uma troca de 10% anual (aproximadamente 28 das 280 bombas). Implementando após isto, um sistema de backup em todas as bombas, conforme preconiza os manuais técnicos.
- G. Adquirir equipamentos que atendam as fiscalizações de manutenção: drone, câmera termográfica, manifold, paquímetro, analisador de vibrações, detector de tensão, megômetro, entre outros.
- H. Subsidiar as compras de equipamentos da UFPE considerando os programas de eficiência energética (Inmetro/PROCEL).
- I. Ofertar aos servidores, cursos e treinamentos técnicos objetivando a qualificação dos profissionais.

11.3 Biblioteca

O novo paradigma das bibliotecas universitárias tem sido marcado por uma série de mudanças significativas nos últimos anos. Com a crescente digitalização de informações e a facilidade de acesso à internet, as bibliotecas têm se adaptado para atender às necessidades dos seus usuários de forma mais eficiente e eficaz. A palavra-chave nesse novo paradigma é a inovação, e as bibliotecas universitárias têm investido em novas tecnologias e serviços para melhorar a experiência do usuário. Alguns exemplos disso

incluem a oferta de serviços de empréstimo de e-books a criação de espaços de *coworking* e a disponibilização de ferramentas de análise de dados para pesquisadores.

11.3.1 Cronograma de expansão do acervo

O SIB/UFPE está concluindo a Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) e o seu Plano de Atualização de Acervos. O documento destaca os seguintes pontos:

- Selecionar e adquirir materiais bibliográficos;
- Atender adequadamente a Comunidade Acadêmica priorizando as bibliografias Básica e Complementar, em conformidade com a Missão da Biblioteca;
- Disciplinar o processo de Seleção do Acervo, em termos quantitativos e qualitativos, de acordo com as características de cada curso ofertado pela Instituição;
- Atualizar permanentemente o Acervo, permitindo o crescimento equilibrado, de forma a contemplar todas as áreas;
- Adequar a quantidade de exemplares, a fim de atender à necessidade dos cursos, da melhor forma possível;
- Avaliar coleções para desbaste e/ou descarte;
- Dar lisura e publicidade aos atos relacionados à atualização do acervo do SIB.

As bibliotecas universitárias estruturam seus acervos com o intuito de atender aos seus usuários da melhor forma possível. Isso prevê o desenvolvimento de várias ações, como a organização dos livros nas estantes, a atualização de edições, e o remanejamento ou retirada de itens dos acervos pautadas nos critérios estabelecidos na PDC.

11.3.2 Serviços oferecidos

As bibliotecas da UFPE oferecem os seguintes serviços à comunidade acadêmica:

- Circulação de acervos: consulta, empréstimo domiciliar; reserva e renovação de itens bibliográficos
- Orientação e treinamento para uso do catálogo online
- Capacitações sobre normalização, uso de bases de dados e outras temáticas da área;
- Orientação ao uso do acervo;
- Visita dirigida;
- Exposição das novas aquisições;
- Catalogação na fonte,
- Orientação à normalização de trabalhos acadêmicos da UFPE;
- Disponibilização de espaços para estudo: salão de leitura cabines de estudo individual e salas de estudo em grupo;
- Empréstimo entre bibliotecas;
- Intercâmbio com instituições para permuta de documentos;
- Disseminação Seletiva da Informação;
- Boletim Novas Aquisições (e-mail);

Além dos serviços listados acima, a Biblioteca Central oferece serviços especializados por meio de suas Divisões, sendo os principais:

- Aquisição de itens bibliográficos físicos e digitais para o SIB;
- Oferta do Programa de Capacitações;
- Gerenciamento do ATTENA - Repositório Digital da UFPE;
- Depósito legal de teses e dissertações;
- Gerenciamento do Portal de Periódicos da UFPE;
- Assessoramento técnico às equipes editoriais das revistas da UFPE;
- Gerenciamento dos acervos digitais adquiridos ou assinados pela BC;
- Conversão e adaptação de materiais informacionais para formatos acessíveis.

11.4 Laboratórios

Os laboratórios têm um papel importante no desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão das universidades. É através deles que possibilitamos diversificar o ensino e trazer a realidade prática para os discentes.

A UFPE conta com um número significativo de laboratórios distribuídos entre os seus diversos centros de ensino. A tabela 19 traz a relação dos laboratórios por centros e distribuídos por categoria de abrangência: Se realiza atividade de ensino, atividade de pesquisa ou ambas as atividades.

Tabela 12: Distribuição de Laboratórios da UFPE por Centros e Categoria de Atividades

Centro	Ambos	Ensino	Pesquisa
CAA	10	3	1
CAC	36	28	12
CAV	16	8	10
CB	82	17	47
CCEN	12	10	83
CCJ			1
CCS	146	16	23
CCSA	3	5	2
CE	14	1	-
CFCH	34	1	19
CIN	-	8	11
CMM	-	-	5
CTG	131	21	97
CTG-CCEN	-	11	-
Total	484	129	311

Fonte:UFPE,2023

A tabela revela um contexto bem diversificado com um total de 484 laboratórios que realizam ambas as atividades, 169 que realizam apenas as de ensino e 311 que realizam apenas atividades de pesquisa.

Mais de 70% dos centros realizam ambas as atividades, merecendo destaque o Centro de Ciências da Saúde (CCS) que emerge com o maior número, com 146 laboratórios realizando ambas as atividades. Logo após, vem o Centro de Tecnologia e Geociências (CTG) com 131 que realizam tanto pesquisa como ensino. Vale destacar que o CTG é o centro com o maior número de laboratórios dedicados exclusivamente à pesquisa, com um número de 97 laboratórios.

Apenas 21% dos laboratórios realizam atividades em apenas um tipo de categoria. É o caso do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ): com um laboratório de pesquisa; Centro de Ciências Médicas (CMM) com 5 laboratórios de pesquisa e o Núcleo Integrado de Atividades de Ensino (NIATE CTG/CCEN) com 11 laboratórios de Ensino.

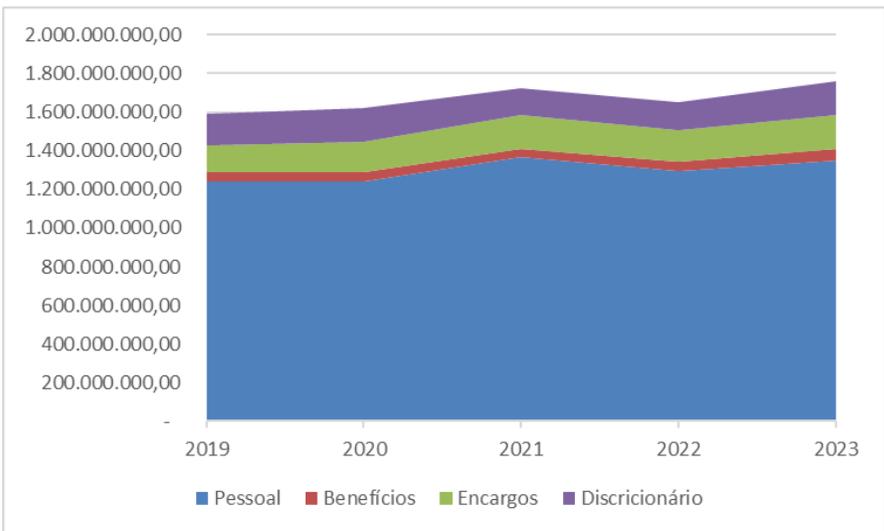
12. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

12.1 Financiamento e Sustentabilidade na UFPE

As universidades federais, vinculadas ao Ministério da Educação, são mantidas pelo Poder Público, o que significa que a União deve garantir, anualmente, recursos suficientes em seu Orçamento Geral para a manutenção e desenvolvimento dessas instituições de educação superior. Os recursos do Tesouro desempenham o papel mais significativo na sustentação dos compromissos que asseguram a continuidade das atividades e projetos essenciais às práticas de ensino, pesquisa e extensão na universidade.

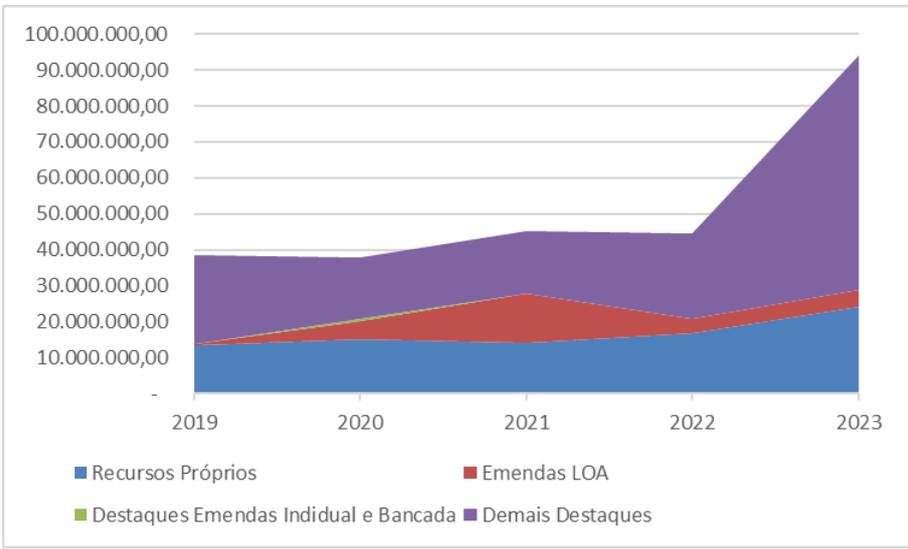
Além dos recursos do tesouro, as universidades podem contar com recursos próprios, obtidos por meio de taxas administrativas, aluguéis de imóveis, convênios e outros instrumentos semelhantes. Adicionalmente, o Congresso Nacional pode ampliar os investimentos em ações prioritárias por meio de emendas ao orçamento. Temos também a possibilidade de captação de novos recursos via Termo de Execução Descentralizada (TED) e demais descentralizações de créditos orçamentários para execução de projetos de interesse da instituição. Os Gráficos 1 e 2 mostram, respectivamente, o total de recursos do Tesouro e os recursos captados aplicados no período de 2019 a 2023.

GRÁFICO 2 - Recursos e Tesouro (Empenhado) - 2019 a 2023 (em R\$)



Fonte: PROPLAN,2024

GRÁFICO 3 - Recursos Captados (Empenhado) - 2019 a 2023 (em R\$)



Fonte: PROPLAN,2024

12.2 Recursos Tesouro

Durante o processo orçamentário anual das IFES, a União assegura os recursos necessários para as despesas obrigatórias, como salários de pessoal ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais e benefícios aos servidores. Além disso, o Ministério da Educação define o montante destinado às despesas discricionárias, que são aquelas em que o gestor possui maior flexibilidade na alocação. Para a alocação desses recursos discricionários, o Ministério da Educação deve seguir a matriz de distribuição estabelecida pela Portaria MEC nº 748/2021. A Matriz de Outros Custeios e Capital (OCC) é a principal matriz aplicada para definir essa distribuição entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Além da Matriz OCC, outras matrizes e programas, como a Matriz do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, também compõem o orçamento anual das IFES. A portaria determina que a composição da Matriz OCC será baseada em indicadores como o número de alunos matriculados e concluintes, além de critérios de eficiência e qualidade dos cursos. O Quadro 1 apresenta a dotação total da LOA entre os anos de 2019 e 2024, evidenciando a programação orçamentária por meio do Identificador de Resultado Primário (RP), além de detalhar a dotação primária discricionária, destacando os valores correspondentes aos recursos do Tesouro e à fonte de recursos próprios.

QUADRO 5 - Dotação Atualizada - LOA 2019 A 2024 (R\$ Mil)

Resultado Lei	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Financeiro	134.674	154.823	165.929	168.604	170.366	183.329
Primário Obrigatório	1.317.282	1.298.742	1.433.088	1.356.376	1.417.804	1.512.707
Primário Discricionário Tesouro	166.794	173.265	139.194	142.103	176.723	168.923
Primário Discricionário Próprio	13.739	17.731	14.760	16.872	27.088	21.265
Emenda Individual	150	4.880	3.400	3.835	4.847	3.336

Emenda Bancada	-	-	10.360	-	-	-
-----------------------	---	---	--------	---	---	---

Total 1.632.639 1.649.441 1.766.731 1.687.790 1.796.828 1.889.560

Fonte: Tesouro Gerencial em 20/08/2024

12.3 Recursos Próprios

Assim como os recursos do Tesouro, as receitas próprias são previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esse processo de estimativa é coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO/MEC), que faz a intermediação entre as projeções da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MPO), que leva em conta o desempenho de arrecadação dos anos anteriores, e as informações das unidades orçamentárias vinculadas ao MEC.

De acordo com o art. 3º da Portaria SOF/ME nº 14.956, de 21 de dezembro de 2021, os Recursos Próprios são originados do esforço dos órgãos e entidades da Administração Pública em fornecer bens ou serviços facultativos e explorar economicamente seu patrimônio, além dos rendimentos de suas aplicações financeiras.

Na UFPE, a receita própria é majoritariamente composta por serviços administrativos, que têm registrado um crescimento significativo nos últimos anos, especialmente em 2023, impulsionado pelos ressarcimentos de instrumentos firmados com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE - Fade-UFPE.

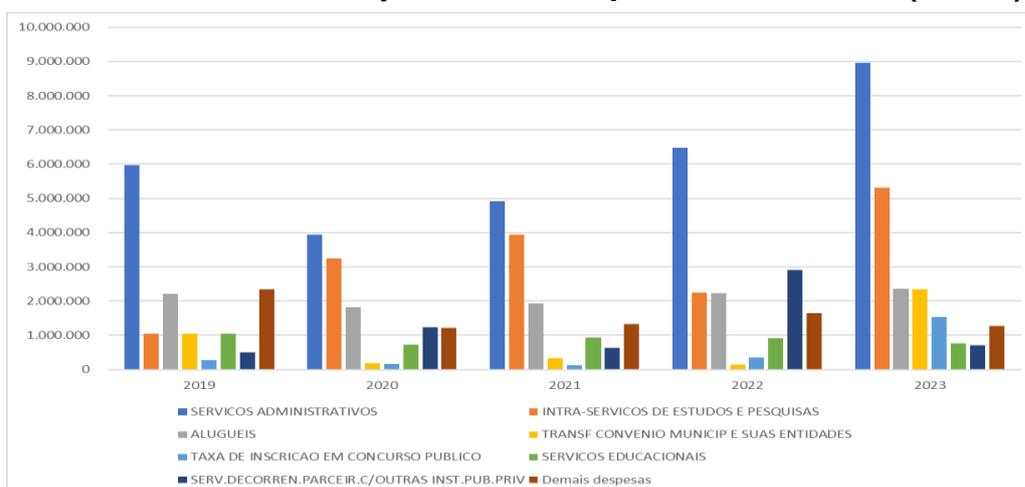
Além disso, nos últimos anos, a universidade tem obtido receitas expressivas através de serviços de estudos e pesquisas por meio do Laboratório de Combustíveis (LAC), que se destaca na área de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. O contrato atual com a ANP, no valor de R\$ 12,6 milhões, financia o monitoramento da qualidade de combustíveis e lubrificantes em Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

A UFPE também obtém receitas de aluguéis e convênios firmados com Estados e Municípios, que, embora menores, têm mostrado potencial de crescimento. Um exemplo é o Convênio nº 07/2023 com a Prefeitura do Recife, no valor de R\$ 9,6 milhões e vigente até 2026, que apoia o projeto "Recife Cidade Parque", promovendo cooperação técnica, científica e financeira. Outros convênios relevantes incluem os de nº 05/2021 e 79/2022, também com o Município do Recife, que totalizam R\$ 2,4 milhões e são voltados para serviços de saúde no SUS, com foco em procedimentos fonoaudiológicos e odontológicos, com vigência até 2026 e 2027.

Adicionalmente, as receitas de inscrições em concursos públicos, serviços educacionais e parcerias com outras instituições também contribuem para a receita da UFPE.

Para os próximos cinco anos, é importante que a UFPE continue a expandir suas receitas, especialmente nas áreas de serviços administrativos e convênios, refletindo um aumento na disponibilização de serviços educacionais e de pesquisa. Essa diversificação e crescimento contínuo podem proporcionar uma base financeira mais sólida para a instituição. O Gráfico 3 apresenta a arrecadação líquida total da UFPE entre 2019 e 2023, destacando as principais fontes de receita durante esse período.

GRÁFICO 4 - Receita Orçamentária Líquida - 2019 a 2023 (em R\$)



12.4 Emendas Parlamentares

Além do crédito orçamentário recebido pelas Matrizes de Distribuição e Programas Federais, e da dotação referente às receitas próprias, a UFPE também é beneficiada com recursos provenientes de Emendas Parlamentares. Esses recursos são indicados por deputados e senadores com o objetivo de financiar programações orçamentárias que fomentem o ensino, a pesquisa, e a extensão, além de promover o desenvolvimento e a expansão da universidade.

As Emendas Parlamentares representam uma importante alternativa de financiamento, possibilitando a viabilização de diversos projetos de infraestrutura, extensão e apoio a grupos de pesquisa. Entre 2019 e 2024, as emendas individuais constantes na LOA da UFPE totalizaram R\$ 20.448.024,00 e as emendas de bancada somaram R\$ 10.360.197,00. As emendas individuais e de bancadas via Termo de Execução Descentralizada totalizaram em R\$ 1.113.979,00. Esses recursos resultaram em aquisições de materiais permanentes, bem como para a execução de projetos que possibilitaram o aprofundamento e ampliação de pesquisas e projetos de extensão, a modernização de prédios centenários da UFPE, além da ampliação da infraestrutura. Dentre os diversos projetos contemplados por Emendas Parlamentares nos últimos cinco anos, destacamos a “Reforma do Teatro da UFPE: Construindo Arte e Cultura para a Sociedade”, a instalação de geradores fotovoltaicas, a reforma do Restaurante Universitário do Campus Joaquim Amazonas, a construção da Praça das Humanidades, a revitalização do Riacho do Cavouco. Para os próximos cinco anos, espera-se que a UFPE continue contando com esse mecanismo de financiamento, e aperfeiçoe os procedimentos de captação.

12.5 Descentralização Externa

Além de contar com os recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual, a UFPE também realiza captações de recursos mediante descentralizações de crédito. Os recursos oriundos de descentralizações de crédito, em sua grande maioria, são firmados por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), em parcerias com outros órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, com vistas a financiar o desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisa, ensino e de desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, envolvendo mútua cooperação.

No período de 2019 até julho de 2024 foram celebrados 113 Termos de Execução Descentralizada, o que representa uma média aproximada de 19 TEDs por ano. O principal órgão federal com o qual a UFPE pactua parcerias é o MEC (através de suas secretarias) e órgãos a ele vinculados, como CAPES e FNDE, correspondendo a 47 TEDs firmados nos anos de 2019 a 2024, com a perspectiva de mais 15 novos TEDs para o ano corrente. Destaca-se também o recente aumento nas parcerias com o Ministério da Pesca, com 5 instrumentos pactuados nos anos de 2023 e 2024.

Alguns dos instrumentos mantêm uma frequência de pactuação anual com a UFPE, como por exemplo o Programa de Residência Médica e Multiprofissional e o Programa de Desenvolvimento da Preceptorial em Saúde do internato do Curso de Medicina do NCV/CAA-UFPE (PRODEPS), custeados pelo MEC. Outro instrumento de grande monta e importância para as ações da UFPE, cuja periodicidade de pactuação é no intervalo médio de 3 anos, é o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), custeado pela CAPES.

A quantidade e os valores pactuados através de TEDs no período de 2019 até julho de 2024 estão demonstrados no quadro abaixo. Houve um aumento significativo em 2023, com 44 TEDs formalizados e um montante total pactuado de R\$ 113.432.764,93, com destaque para os programas “Formação de profissionais da educação infantil” no valor de R\$

28.378.949,33 e "Estudo e pesquisa com foco no cuidado integral e ciclos de vida na Atenção Primária à Saúde" na quantia de R\$ 22.499.999,83. Com base no cenário atual há uma projeção de continuidade desse aumento para o ano de 2024 e anos posteriores.

QUADRO 6 - Termos de Execução Descentralizada Firmados 2019-2024

Ano	Quantidade de instrumentos celebrados	Valores pactuados
2019	14	19.611.519,57
2020	16	17.139.680,09
2021	16	15.922.800,46
2022	15	29.907.394,81
2023	44	113.432.764,93
2024 - até julho	8	42.842.696,58

Fonte: PROPLAN, 2024

12.6 Como são Investidos os recursos?

Dado o compromisso com a oferta de um ensino de qualidade na educação superior e básica, a universidade planeja anualmente a utilização de seus recursos, provenientes do Tesouro Nacional e de outras fontes, para atender às demandas institucionais e acadêmicas. Considerando a limitação dos recursos e a diversidade das demandas, esse planejamento é essencial

para priorizar e alocar os recursos de forma eficiente nas áreas mais críticas, sempre observando as iniciativas alinhadas aos objetivos estratégicos da instituição e mapeando as demandas emergentes para manter seu funcionamento e concretizar projetos de desenvolvimento.

Esse planejamento é refletido na proposta orçamentária anual da UFPE, que é elaborada em conformidade com instrumentos de planejamento, como o Plano Estratégico Institucional (PEI), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano de Ação Institucional (PAI). Por meio de um processo participativo, que envolve gestores das ações orçamentárias e outras unidades relevantes, a universidade assegura que os recursos sejam alocados de maneira coerente com suas prioridades estratégicas. As ações orçamentárias, entendidas como operações que resultam em produtos, bens ou serviços, são cuidadosamente planejadas para maximizar o impacto na concretização dos objetivos institucionais e no cumprimento das metas dos programas de governo. Dessa forma, a análise da composição da dotação discricionária ao longo dos últimos anos revela tendências que refletem as prioridades estratégicas da universidade, conforme detalhado no Quadro 3.

QUADRO 7 - Dotação Orçamentária (RP2) 2019-2024 (R\$ Mil)

Programa Governo	Ação Governo	2019	2020	2021	2022	2023	2024
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	500	485	308	490	680	487
	216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-moradia a Agentes Públicos	100	95	308	490	680	487
Total		600	580	308	490	680	487

0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica	87	99	105	139	65	1.336
	00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica	38	41	41	59	19	55
Total	0Z01 Reserva de Contingência Fiscal - Primária	125	140	146	198	84	1.391
0999 Reserva de Contingência		-	-	4	-	-	-
Total		-	-	4	-	-	-

Programa Governo	Ação Governo	2019	2020	2021	2022	2023	2024
------------------	--------------	------	------	------	------	------	------

5111 Democrática, com Qualidade e Equidade	20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	492	475	463	1.643	1.371	1.346
Total		492	475	463	1.643	1.371	1.346
5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	136.181	135.942	101.014	106.435	154.147	127.550
	4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior	38.062	36.790	32.839	30.835	32.863	33.223
	8282 Reestruturação e Modernização das IFES	4.831	4.831	8.133	11.853	12.916	14.714

	20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	-	-	2.380	1.848	2.555	1.795
	15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das IFES	-	-	-	-	349	-
	21GS Internacionalização da Educação Superior	-	-	-	-	337	-
	21D7 Apoio à Educação a Distância	-	-	-	-	-	-
	21C0 Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus	-	12.000	-	-	-	97
Total		179.316	189.797	153.037	156.644	201.676	178.379
Total Geral		180.532	190.996	153.954	158.974	203.811	190.184

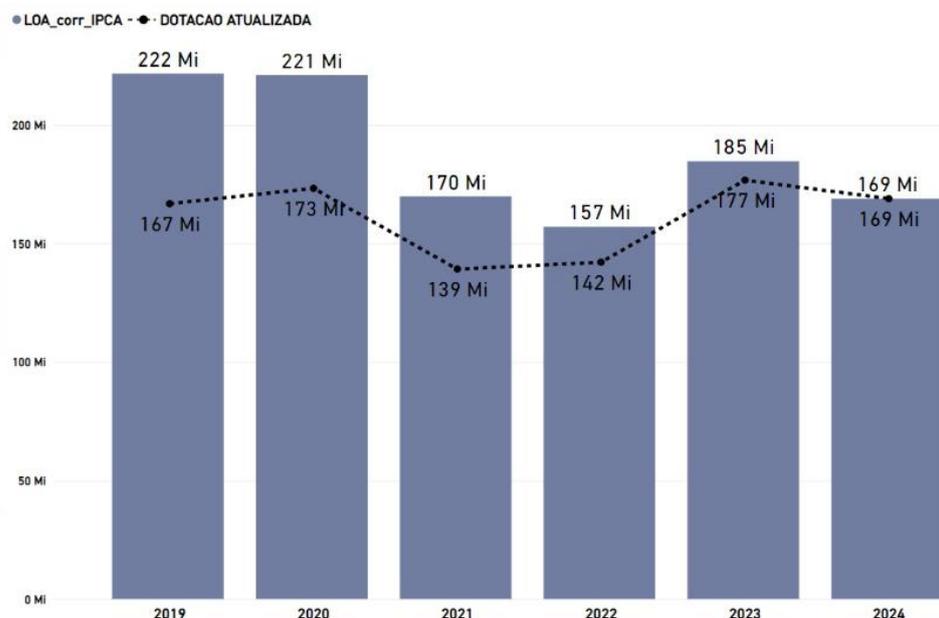
Fonte: Tesouro Gerencial em 20/08/2024 (*Entre 2019 e 2024, a nomenclatura de alguns programas e ações mudou devido à transição entre diferentes PPAs, mas suas finalidades se mantêm semelhantes, permitindo a comparação das dotações orçamentárias.*)

12.7 Redução do Orçamento Discricionário nos últimos Anos

Nos últimos cinco anos, o orçamento federal destinado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) tem enfrentado uma significativa redução. Embora os números mostrem um aumento nominal, passando de R\$ 167 milhões em 2019 para R\$ 169 milhões em 2024, esse crescimento de apenas 1,2% não reflete a realidade quando ajustamos os valores pela inflação. Na verdade, ao considerar os valores reais, observamos uma queda de aproximadamente 24% no poder de compra dos recursos disponíveis para a universidade.

Essa diminuição no orçamento compromete a capacidade da UFPE de manter e expandir suas atividades, o que pode impactar negativamente a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A trajetória orçamentária da instituição, ilustrada no Gráfico 4 que compara os valores entre 2019 e 2024, evidencia essa tendência preocupante.

GRÁFICO 5 - Dotação Orçamentária (RP2/TESOURO) e Dotação Corrigida pelo IPCA - 2019 A 2024 (R\$ Milhão)



Fonte: Tesouro Gerencial em 13/08/2024

Fonte: Tesouro Gerencial em 13/08/2024

Fonte: Tesouro Gerencial em 13/08/2024

Diante desse cenário, a UFPE tem buscado junto ao governo federal a recomposição de seu orçamento, uma vez que a atual situação ameaça suas operações e investimentos essenciais. A recuperação dos recursos é fundamental para garantir a continuidade e a excelência das atividades acadêmicas e de pesquisa da universidade.

12.8 Novo Programa de Aceleração do Crescimento (novo PAC)

O Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) é uma iniciativa do governo federal que visa promover o desenvolvimento socioeconômico do Brasil por meio de investimentos em infraestrutura e serviços essenciais. Com um orçamento total de R\$ 1,7 trilhão, o programa prioriza a redução das

desigualdades sociais e regionais, além de contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

No âmbito da educação, o Novo PAC destina recursos significativos para a expansão e modernização das universidades federais, incluindo a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em 10 de junho de 2024, foram anunciados R\$ 5,5 bilhões para a criação de dez novos campi e melhorias na infraestrutura das 69 universidades federais do país, sendo que parte desse montante também é destinada a 31 hospitais universitários federais, sendo oito novos. A seleção das cidades contempladas com Universidades teve como intuito ampliar ofertas de vagas em regiões com pouca cobertura de matrículas no ensino superior.

Para a UFPE, estão previstos mais de R\$ 100 milhões para a realização de três importantes obras: a construção do Campus Sertânia, a quarta etapa do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) e a Escola de Música da universidade. Essas iniciativas visam não apenas a ampliação da oferta de vagas, mas também a melhoria das condições de ensino e aprendizado, beneficiando diretamente a comunidade acadêmica.

Dessa forma, o Novo PAC oferece uma oportunidade única para a UFPE fortalecer sua infraestrutura e ampliar sua atuação, contribuindo para a formação de cidadãos mais qualificados e para o desenvolvimento regional. Além disso, representa um avanço no diálogo entre as Instituições de Ensino Superior e o Governo Federal.

13. REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Marcos Ronaldo; KOHL, Holger; ELIAS, Sérgio José Barbosa. Manual do Benchmarking: um guia para implantação bem-sucedida. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. 180 p. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/19482>. Acesso em: 06 dez. 2023.

ALBERTIN, Marcos Ronaldo; KOHL, Holger; ELIAS, Sérgio José Barbosa. Manual do benchmarking. E-book. Fortaleza : Imprensa Universitária, 2016. 180 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19482>. Acesso em: 06 dez. 2023.

ALMEIDA, Lucinalva Andrade Ataíde de; SILVA, Janssen Felipe da; LINS, Carla Patrícia Acioli. Movimento curricular para prática docente de estudantes-professores em formação. Linhas Críticas, [S.L.], v. 21, n. 46, p. 645-664, 5 fev. 2016. Biblioteca Central da UNB. <http://dx.doi.org/10.26512/lc.v21i46.4691>.

ALVES, João Moreira. Educação a Distância e as Novas Tecnologias de Informação e Aprendizagem. Biblioteca Digital Clam, Goiás, 2007. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/186_1700_alvesjoaoberto.pdf. Acesso em: 02 de jun. 2023

ARRUDA, Eudício Pimenta; ARRUDA, Durcelina Eurine Pimenta. Educação a Distância no Brasil Democratização do Acesso ao Ensino Superior. Revista em Educação, UFMG. 2015.

BALL, Stephen. SOCIOLOGIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PESQUISA CRÍTICO-SOCIAL: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. Currículo Sem Fronteiras, Londres, v. 6, n. 2, p. 10-32, jul. 2006. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/revista/curriculo-sem-fronteiras/articulo/sociologia-das-politicas-educacionais-e-pesquisa-critico-social-uma-revisao-pessoal-das-politicas-educacionais-e-da-pesquisa-em-politica-educacional>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. Campinas: Autores Associados, 1999.

BERNARDO, Viviane. Educação a distância: fundamentos. São Paulo: UNIFESP, 2009. Disponível em: <http://www.virtual.epm.br/material/tis/enf/apostila.htm#INTRODUCAO>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 16 de jun. de 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006. Institui o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Disponível em < <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2006-06-29;5825>>. Acesso em: 10 de setembro. de 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm>. Acesso em: 16 de jun. de 2023.

BRASIL. Decreto nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm>. Acesso em: 16 de jun. de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 16 de jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13632.htm>. Acesso em: 15 de jun. de 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4024.htm>. Acesso em: 18 de jun. de 2018.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 15 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 de jun. de 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm>. Acesso em: 16 de jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 10. 861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 18 de nov. 2024.

BRASIL. Portaria-MEC n.º 2 de 10 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/pdi/port%20normativa%20n2%20de%2010%20de%20janeiro%20de%202007.pdf>> Acesso em: 18 de out. de 2024.

BRASIL. Portaria-MEC n.º 40 de 12 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf> Acesso em: 18 de out. de 2024.

BRASIL. Portaria-MEC n.º 2.051 de 09 de julho de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf> Acesso em: 18 de out. de 2024.

BRASIL. Portaria-MEC n.º 2.177, de 6 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 10 jun.2023

CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. 8. ed. Belo Horizonte: Nova Lima, 2004.

CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. 8. ed. Belo Horizonte: Nova Lima, 2004.

Cardozo, Celso Cardoso Jr. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL: ELEMENTOS PARA RESSIGNIFICAR O DEBATE E CAPACITAR O ESTADO. Brasília, 2011.

COLLIS, Betty. Tele-learning in a Digital World: The future of distance learning. London: International Thomson Computer Press, 1996.

ConferênciaWeb. Disponível em: <https://conferenciaweb.rnp.br/>. Acesso em: 05 dez. 2023

CUNHA, Maria Isabel da. O professor na transição dos paradigmas. Araraquara/Sp: JM Editora, 1998.

CUNHA, Maria Isabel da. Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária. Cadernos Pedagogia Universitária, USP, 2008

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Violência Doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo. - 4 ed. rev. atual e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

DIAS, Rosilânia Aparecida; LEITE, Lígia Silvia. Educação a distância: da legislação ao pedagógico. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. Disponível em: Itens: Educação à distância da legislação ao pedagógico / (ufrn.br). Acesso em: 8 jun. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes; (ORGS.), Afrânio Mendes Catani. Universidade Pública: políticas e identidade institucional. [S.l.]: Autores Associados, 1999. 90 p.

FEITOSA, Maria da Penha. AS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS E O MOVIMENTO DE INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: um estudo sobre a ufpi. 2019. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - Mg, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/28683/4/UniversidadesFederaisBrasileiras.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HORTA, José Luiz Borges. Perfil e dilemas do direito à educação. Revista da Faculdade de Direito, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Científicas Superiores em Berlim. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

JAMESON, F. Reificação e utopia na cultura de massa. In: Jameson, F. As marcas do visível. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p. 9-35. Louro.

KATZENBACH, J. R., SMITH, D. K. Equipes de alta performance: conceitos, princípios e técnicas para potencializar o desempenho das equipes. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

KIPNIS, Bernardo. Educação superior a distância no Brasil: tendências e perspectivas. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (Orgs.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Prentice Education do Brasil, 2009. Disponível em: Estado_da_Arte_1.pdf (abed.org.br). Disponível em: 16 jun. 2023.

KUNSCH, Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada, 2003, p. 152

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

LITTO, F.; FORMIGA, M. (Orgs.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Prentice Education do Brasil, 2009.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 17 edição. São Paulo: Cortez, 2005.

MANCEBO, Deise. VALE, Andréa Araújo do. MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 60 jan.-mar. 2015.

MARSHALL, I. J. et al. Gestão da qualidade. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. Educação & Sociedade, [S.L.], v. 30, n. 106, p. 15-35, abr. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302009000100002>.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 23ª ed. S. Paulo: Malheiros, 1998

MELO, Márcia M. de Oliveira. Influências das crises da sociedade sobre o currículo e a docência universitária e as necessidades de rupturas epistemológicas e pedagógicas nessas práticas. In: CORDEIRO, Telma Santa Clara; MELO, Márcia M. de Oliveira. Formação e docência do professor universitário: um debate em construção. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

MORAES, Reginaldo C. Educação a Distância e Ensino Superior: introdução didática a um tema polêmico. São Paulo: Editora Senac, 2010.

MORGADO, José Carlos. Processo de Bolonha e ensino superior num mundo globalizado. Educação & Sociedade, [S.L.], v. 30, n. 106, p. 37-62, abr. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302009000100003>.

MOTA, Ronaldo. A Universidade Aberta do Brasil. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (Orgs.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Prentice Education do Brasil, 2009.

NÓRA, Amanda Amaral. REEDUCAR PARA NÃO REPETIR: grupos de reeducação/reabilitação para agressores como medida protetiva genérica na lei maria da penha (lei 11.340/06). 2020. 55 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade de Caxias do Sul, Vacaria, 2020. Disponível em: <https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/DataSources/Datasource?name=Reposit%C3%B3rio%20Institucional%20da%20UCS>. Acesso em: 15 dez. 2023

NUNES, Benedito. Título da obra. Local de publicação: Editora, 2009. p. 16.

Octavio A. C. Conceição – O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. R. Econ. contemp. Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, Jamine Bruno de. In: Seminário do(a)s Técnico(a)s Administrativo(a)s em Educação da UFAPE, 6., 2023, Garanhuns.

PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. Avaliação (Campinas) [online]. 2009, vol.14, n.01, pp.71-84. ISSN 1414-4077.

PAULA, M. F. C. A influência das concepções alemã e francesa sobre a universidade de São Paulo e a universidade do Rio de Janeiro quando de suas fundações. ANPEd, 2002.

QUEIROZ, Antônio Augusto. “O que é análise de conjuntura?”, DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR - DIAP, 2020 Disponível em < <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/90089-o-que-e-analise-de-conjuntura> >. Acesso em: 15 dez. 2023.

REZER, Ricardo. Ética e ciência na educação superior. Chapecó: Editora da Unochapecó, 2013. 39 p.

SANTOS, A., Guido, C., Pureza, M., & Gomes, A. (2019). APORTES TEÓRICOS: UMA COMPREENSÃO DA RELAÇÃO UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO BÁSICA NA REGIÃO SUL E SUDESTE DO PARÁ. Seminário De Projetos De Ensino (ISSN: 2674-8134), 1(1). Recuperado de <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/spe/article/view/634>

SANTOS, Milton. A globalização como fábula, perversidade e possibilidade. In: -. 2004. p. 12.

SANTOS, Boaventura de Souza. A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. A Universidade no Século XXI: para uma universidade nova. Coimbra: [S.N.], 2008. 260 p. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/12122>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez Editora, 2009. 532 p. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SGUISSARD, Valdemar; SILVA JUNIOR, João dos Reis. Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico, São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JÚNIOR, J.; SGUISSARDI, V. Forma e razões da expansão da educação superior pública no Brasil. In: MANCEBO, D.; BITTAR, M.; CHAVES, V. (Org.).

Educação Superior: expansão e reformas educativas. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2012. p. 21-43.

SILVA, Robson Santos da. Gestão de EaD: Educação a Distância na Era Digital. Rio de Janeiro: Novatec Editora, 2013.

SIMÕES, Mara Leite. O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES NO MUNDO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O CONTEXTO DA FORMAÇÃO DOCENTE. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 136–152, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17783>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SIMÕES, Mara Leite. Os Saberes Pedagógicos dos Professores do Ensino Superior: o cotidiano de suas práticas. 2010. 184 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - Pb, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4926>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SOUZA JÚNIOR, Marcilio Barbosa Mendonça de. A CONSTITUIÇÃO DOS SABERES ESCOLARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA. 2007. 355 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4144>. Acesso em: 15 dez. 2023.

TORRE, Saturnino de la. Aprender com os erros: O erro como estratégia de mudança. Porto Alegre: Artmed, 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Educação a Distância da UFPE recebe nota máxima na avaliação do MEC. 15 julho de 2022. Disponível em: Educação a Distância da UFPE recebe nota máxima na avaliação do MEC - Notícias - UFPE. Acesso em: 02 de jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Plano de Gestão de Riscos. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/2224778/0/Plano+de+Gest%C3%A3o+de+Riscos+-+UFPE/4e47e715-59fb-4074-80f9-6e8de886f21c>. Acesso em: 18 nov. 2024.

VIANNEY, João. A ameaça de um modelo único para a EaD no Brasil. In: Revista Digital da CVA, [S,l], v. 5, n. 17, julho de 2008. Disponível em:

<<http://www.pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/viewFile/2/2>>.
Acesso em: 02 de jun. 2023.

WEBER, S. POLÍTICAS DO ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA DÉCADA. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 5, n. 1, 2000. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1094>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ZABALZA, M. A. Uma nova didáctica para o ensino universitário: respondendo ao desafio do espaço europeu de ensino superior. In: Sessão Solene comemorativa do Dia da Universidade - 95º aniversário da Universidade do Porto. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, mar/2006.

ANEXOS

Anexo 1: Relação das Pessoas Que Participaram das Comissões Temáticas

Foram conduzidas quatro reuniões das comissões temáticas, sendo esses encontros realizados nas seguintes datas: 07/06/2023, 14/06/2023, 21/06/2023 e 28/06/2023.

Participantes dos encontros das comissões temáticas		
Unidade	Participantes	Siape
AUDITORIA	Deivisson Rattacaso Freire	2104125
SUPERCULT	Amanda Maria Valdevino da Silva	1783194
SUPERCULT	Maura Coutinho Carneiro Pessoa	2085541
DPC	Juliana Cândida Ribeiro Dias	1665730
CPA	Cecília Nascimento Arruda	1755076
CPA	Dayze Dutra Leite	1743419
CPA	Zanoni Dueire Lins	1134110
DAI	Inácio Robson Alves do Nascimento	1036797
DPC	Jamine Oliveira	1311228
DAI	João Eudes Miquéias Maciel Torres	1239897
DPC	José Rayone de Almeida Silva	3288593
DAI	Priscila Gonçalves da Silva	1757246
PROAD	Rodrigo de Oliveira Simões	1839814
DAI	Ruben Vivaldi Silva Pessoa	3124568
DRI	Madson Gois Diniz	1466237

DRI	Mariana Alves	2085424
DRI	Rebeca Santos de Amorim Guedes	1854463
EDITORA	Diogo Cesar de Carvalho Fernandes	1733172
EDITORA	Natássia Taciana Coelho de Melo Silva	1900523
DAA/ERER	Cassius Marcelus Cruz	1278592
DAA/ERER	Michael do Nascimento Ferreira	3310220
DAA/ERER	Millena Moraes da Silva Alves	-
DAA/ERER	Sônia Pereira de Carvalho	-
DAA/ERER	Soraia Pereira de Carvalho	-
DAA/NACE	Felipe de Lima Souza	3288782
DAA/NACE	Irany Cristina Gonçalves da Silva	2154556
DAA/NACE	Jaqueline Costa da Silva	3068897
DAA/NACE	Kátia Virgínia das N G da Silva	1861812
DAA/NACE	Maria do Socorro da Silva	2134243
DAA/NACE	Rafael Feliciano de Almeida	3250836
DAA/NACE	Sandra Helena da C Campos	1116275
DAA/NACE	Simone Jaqueline Portela Simão	1134507
DAA/NACE	Tatianne Amanda Bezerra da Silva	3310683
DAA/NLGBT	Victor Sarmiento Queiroga Nogueira Lima	3250844
OUVIDORIA	Frederico Siqueira	1960428
OUVIDORIA	Geyza D'Ávila	2899218
OUVIDORIA	Mônica Augusta dos Santos	1542354

PROAES	Claudia Jorge de Matos	1212115
PROAES	Jônatas Félix da Silva	2404988
PROEXT	Francisco Jatobá de Andrade	1963378
PROEXT	Juliane Gomes Brasileiro	1610509
PROEXT	Maria da Conceição dos Reis	2584413
PROGEPE	Ana Luiza Freire de Lorena	1964846
PROGEPE	Brunna Emanuele Alves de Carvalho	1466166
PROGEPE	Danubia Paula da Silva Menezes	2733101
PROAD	Marília Batista de Lima Pequeno	1650594
PROAD	Rosana Medeiros Ferreira	1924312
PROAD	Ana Paula Pereira Prado	1916385
PROGRAD	Everton Oliveira Vasconcelos	1169327
PROGRAD	Kátia Cunha	1836356
PROGRAD	Roseane Patrícia de S e silva	2376233
PROGRAD	Tâmara Rafaela de Almeida Costa Lima	1960503
PROPESQI	Caroline Pereira Bona	2965675
PROPESQI	Thiago Borges de Miranda	3250841
PROPG	Edelweis J T Barbosa	4684244
PROPG	Habacuque Rocha	2180489
PROPG	Juliano Iyoda	1670543
PROPLAN	Isabella Karina de Andrade Lucena	2085396
PROPLAN	Jansen Campos	1733495

PROPLAN	Luisa de Melo Sampaio Costa	1658262
SEGEL	Robson Luis N da Silva	1134477
SIB	Elison de Gois	1685729
SINFRA	Daniela Lira Tavares	2085433
SINFRA	Paulo Alison Sousa Pessoa	1724595
SPO	Camilla Maria Venceslau de Araújo	2929693
SPO	Carlos Henrique Lopes Falcão	1134695
SPO	Rebeca Campos Cavalcanti	2572515
SPREAD	Davio Carlos P Cunha	1829475
SPREAD	João Cleber Bezerra Libório Correia	1959761
SPREAD	Wellinson Vaz Braz De Melo	1097229
STI	Almir Pires	1133067
STI	Carlos Meira	1133292
STI	Linaldo Leite Ferreira Junior	2404549
STI	Rosangela Carvalho	1133617
STI	Francisco Juvenal Feitosa Neves Junior	2858481

Anexo 2: Relação Nominal das Pessoas Que Compuseram o Comitê Executivo

REPRESENTANTES DAS UNIDADES				
Unidade	Titular	Siape	Suplentes	Siape
AUDITORIA	Deivisson Rattacaso Freire	2104125	Lyndon Jhonson Soares dos Santos; Surianne Emília Machado	1804933
SUPERCULT	Maura Coutinho Carneiro Pessoa	2085541	Amanda Maria Valdevino da Silva	1783194
DPC	Juliana Cândida Ribeiro Dias	1665730	Eunice da Silva Freitas	1609134
CPA	Zanoni Dueire Lins	1134110	Cecília Nascimento Arruda	1755076
DPC	Jamine Oliveira	1311228	Priscila Gonçalves da Silva	1757246
DRI	Madson Gois Diniz	1466237	Rebeca Santos de Amorim Guedes	1854463
EDITORIA	Natássia Taciana Coelho de Melo Silva	1900523	Diogo Cesar de Carvalho Fernandes	1733172
DAA/ERER	Cassius Marcelus Cruz	1278592	Michael do Nascimento Ferreira; Soraia Pereira de Carvalho	3310220
DAA/NACE	Irany Cristina Gonçalves da Silva	2154556	Antônio Carlos Cardoso	2994739
DAA/NLGBT	Felipe Gonzaga de Carvalho Gondim	1091669	Victor Sarmiento Queiroga Nogueira Lima	3250844
OUVIDORIA	Frederico Siqueira	1960428	Jose Geovanni Costa de Almeida	3168597
PROAES	Claudia Jorge de Matos	1212115	Keila Moreira de Araújo	1269739
PROEXT	Francisco Jatobá de	1963378	Mariana Paola Cabrera	

REPRESENTANTES DAS UNIDADES

Unidade	Titular	Siape	Suplentes	Siape
	Andrade			1283408
PROGEPE	Danubia Paula da Silva Menezes	2733101	Brunna Emanuele A de Carvalho	1466166
PROAD	Rosana Medeiros Ferreira	1924312	Marília Batista de Lima Pequeno	1650594
PROGRAD	Tâmara Rafaela de Almeida Costa Lima	1960503	Everton Oliveira Vasconcelos	1169327
PROPESQI	Caroline Pereira Bona	2965675	Thiago Borges de Miranda	3250841
PROPG	Mirian Pereira	1665917	Luciana Pedrosa Leal	2134540
PROPLAN	Luisa de Melo Sampaio Costa	1658262	Isabella Karina de Andrade Lucena	2085396
SIB	Andreia Alcantara dos Santos	1662493	Elison de Gois	1685729
SPO	Carlos Henrique Lopes Falcão	1134695	Camilla Maria Venceslau de Araújo	2929693
SEGEL	Robson Luis N da Silva	1134477	Raul Antonio de L Bernardo	3250837
SINFRA	Ricardo José Correia Neves	1962217	Daniela Lira Tavares	2085433
SPREAD	Wellinson Vaz Braz de Melo	1097229	João Cleber Bezerra Libório Correia	1959761
SSI	Maxmilian Silva Santos	3288598	Ana Cristina da Silva	1269181
STI	Rosangela Carvalho	1133617	Linaldo Leite Ferreira Junior	2404549

REPRESENTANTES DAS UNIDADES				
Unidade	Titular	Siape	Suplentes	Siape
SUPERCOM	Bruno Pedrosa Nogueira	2155034	Cecília Lima Almeida	3101190
GABINETE	Breno Caldas de Araujo	3157139		

Anexo 3: Cursos presenciais e EaD de graduação ofertados pela UFPE em 2023 e as respectivas informações de regulação junto ao INEP (atualizado em setembro/2024)

Campus	Centro	Cód	Curso	Grau	Modalidade	Vagas 2023	Valor CC	ANO CC	CPC FAIXA	CPC ANO
Caruaru	CAA	101082	Administração	Bac	Presencial	160	4	2011	4	2022
Caruaru	CAA	101086	Ciências Econômicas	Bac	Presencial	100	4	2011	4	2022

Caruaru	CAA	101092	Pedagogia	Lic	Presencial	80	5	2010	4	2021
Caruaru	CAA	101127	Design	Bac	Presencial	160	5	2019	3	2021
Caruaru	CAA	101129	Engenharia Civil	Bac	Presencial	80	4	2011	4	2019
Caruaru	CAA	118092	Engenharia de Produção	Bac	Presencial	80	4	2014	4	2019
Caruaru	CAA	118096	Física	Lic	Presencial	80	3	2014	3	2021
Caruaru	CAA	118098	Química	Lic	Presencial	80	4	2014	4	2021
Caruaru	CAA	118100	Matemática	Lic	Presencial	80	4	2017	4	2021
Caruaru	CAA	150192	Intercultural Indígena	Lic	Presencial	40	4	2018	S/C*	
Caruaru	CAA	1189778	Medicina	Bac	Presencial	80	4	2022	4	2019
Caruaru	CAA	1321439	Comunicação Social	Bac	Presencial	40	5	2018	S/C*	
Caruaru	CAA	1596096	Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	Bac	Presencial	40	S/C*		S/C*	
EaD	CAC	121487	Letras – Língua Portuguesa	Lic	EaD	180	4	2014	3	2021
EaD	CAC	1137847	Letras – Língua Espanhola	Lic	EaD	180	3	2015	S/C*	
EaD	CCB	1579738	Ciências Biológicas	Lic	EaD	180	S/C*		S/C*	
EaD	CCEN	1137846	Matemática	Lic	EaD	180	5	2014	3	2021
EaD	CAV	1659274	Educação Física	Lic	EaD	180	S/C*		S/C*	
EaD	CCSA	1292716	Ciências Contábeis	Bac	EaD	150	5	2019	4	2022
EaD	CFCH	1330038	Geografia	Lic	EaD	180	4	2019	4	2021

EaD	CFCH	165927 7	História	Lic	EaD	180	S/C*		S/C*	
Recife	CAC	13604	Música	Lic	Presencial	60	3	2012	3	2021
Recife	CAC	13609	Biblioteconomia	Bac	Presencial	55	5	2019	3	2009
Recife	CAC	13610	Arquitetura e Urbanismo	Bac	Presencial	100	S/C*		3	2019
Recife	CAC	23910	Artes Visuais	Lic	Presencial	35	S/C*		3	2021
Recife	CAC	23912	Estudos de Mídia	Bac	Presencial	30	S/C*		3	2009
Recife	CAC	29483	Jornalismo	Bac	Presencial	50	S/C*		3	2022
Recife	CAC	33784	Publicidade e Propaganda	Bac	Presencial	45	S/C*		4	2022
Recife	CAC	35520	Teatro	Lic	Presencial	35	4	2019	3	2009
Recife	CAC	44947	Letras - Português	Lic	Presencial	90	S/C*		3	2021
Recife	CAC	44950	Letras - Francês	Lic	Presencial	15	4	2018	4	2008
Recife	CAC	44977	Letras - Inglês	Lic	Presencial	30	5	2018	4	2021
Recife	CAC	44978	Letras - Espanhol	Lic	Presencial	60	5	2018	4	2008
Recife	CAC	53750	Musica - Canto	Bac	Presencial	4	4	2016	2	2009
Recife	CAC	53760	Musica - Instrumento	Bac	Presencial	18	5	2023	2	2009
Recife	CAC	80088	Design	Bac	Presencial	70	S/C*		4	2021
Recife	CAC	117386	Gestão da Informação	Bac	Presencial	55	4	2024	0	2009
Recife	CAC	117392	Dança	Lic	Presencial	30	4	2023	S/C*	

Recife	CAC	117394	Cinema	Bac	Presencial	50	5	2019	0	2009
Recife	CAC	313603	Letras	Bac	Presencial	30	4	2017	S/C*	
Recife	CAC	1204606	Expressão Gráfica	Lic	Presencial	30	4	2014	S/C*	
Recife	CAC	1313313	Letras - Libras	Lic	Presencial	30	4	2019	S/C*	
Recife	CAC	1439062	Artes Visuais	Bac	Presencial	20	S/C*		S/C*	
Recife	CCB	13597	Biomedicina	Bac	Presencial	120	3	2008	4	2019
Recife	CCB	20889	Ciências Biológicas	Lic	Presencial	100	S/C*		4	2021
Recife	CCB	44992	Ciências Biológicas	Bac	Presencial	100	S/C*		4	2021
Recife	CCB	58852	Ciências Biológicas - Ciências Ambientais	Bac	Presencial	80	4	2007	3	2017
Recife	CCEN	13589	Física	Bac	Presencial	30	S/C*		4	2017
Recife	CCEN	13591	Química	Bac	Presencial	20	S/C*		4	2021
Recife	CCEN	13592	Matemática	Bac	Presencial	30	5	2023	2	2017
Recife	CCEN	13594	Estatística	Bac	Presencial	30	4	2019	S/C*	
Recife	CCEN	13617	Física	Lic	Presencial	30	S/C*		4	2021
Recife	CCEN	13618	Química	Lic	Presencial	30	S/C*		4	2021
Recife	CCEN	13619	Matemática	Lic	Presencial	40	S/C*		3	2021
Recife	CCJ	13576	Direito	Bac	Presencial	250	4	2014	4	2022
Recife	CCM	13601	Medicina	Bac	Presencial	140	4	2019	4	2019

Recife	CCS	13598	Educação Física	Lic	Presencial	120	3	2008	3	2021
Recife	CCS	13599	Enfermagem	Bac	Presencial	80	4	2008	4	2019
Recife	CCS	13600	Farmácia	Bac	Presencial	90	3	2009	4	2019
Recife	CCS	13602	Nutrição	Bac	Presencial	60	4	2008	4	2019
Recife	CCS	13611	Odontologia	Bac	Presencial	140	4	2008	4	2019
Recife	CCS	13614	Fisioterapia	Bac	Presencial	66	5	2009	4	2019
Recife	CCS	13615	Terapia Ocupacional	Bac	Presencial	36	5	2023	2	2010
Recife	CCS	20306	Fonoaudiologia	Bac	Presencial	40	4	2008	4	2019
Recife	CCS	1192307	Educação Física	Bac	Presencial	120	4	2017	4	2021
Recife	CCSA	13572	Administração	Bac	Presencial	200	5	2012	4	2022
Recife	CCSA	13573	Ciências Contábeis	Bac	Presencial	220	S/C*		4	2022
Recife	CCSA	13574	Ciências Econômicas	Bac	Presencial	120	S/C*		3	2022
Recife	CCSA	13581	Serviço Social	Bac	Presencial	120	4	2008	4	2022
Recife	CCSA	13582	Secretariado	Bac	Presencial	100	3	2012	4	2022
Recife	CCSA	13625	Turismo	Bac	Presencial	70	5	2005	4	2022
Recife	CCSA	18474	Hotelaria	Bac	Presencial	30	4	2017	4	2009
Recife	CCSA	117380	Ciências Atuariais	Bac	Presencial	30	5	2019	S/C*	
Recife	CE	13580	Pedagogia	Lic	Presencial	250	S/C*		4	2021

Recife	CFCH	13575	Ciências Sociais	Bac	Presencial	60	4	2015	4	2021
Recife	CFCH	13577	Filosofia	Lic	Presencial	40	S/C*		3	2021
Recife	CFCH	13579	História	Lic	Presencial	75	5	2015	4	2021
Recife	CFCH	13608	Psicologia	Bac	Presencial	80	S/C*		4	2022
Recife	CFCH	21847	Ciências Sociais	Lic	Presencial	60	S/C*		3	2021
Recife	CFCH	52231	Geografia	Lic	Presencial	120	S/C*		3	2021
Recife	CFCH	52249	Geografia	Bac	Presencial	60	S/C*		3	2021
Recife	CFCH	117378	Ciência Política	Bac	Presencial	50	5	2019	S/C*	
Recife	CFCH	117388	Museologia	Bac	Presencial	30	5	2024	S/C*	
Recife	CFCH	117390	Arqueologia	Bac	Presencial	30	5	2023	S/C*	
Recife	CFCH	313577	Filosofia	Bac	Presencial	20	S/C*		3	2021
Recife	CFCH	313579	História	Bac	Presencial	35	4	2014	4	2021
Recife	CIN	13595	Ciência da Computação	Bac	Presencial	100	S/C*		4	2021
Recife	CIN	58854	Engenharia da Computação	Bac	Presencial	100	5	2006	4	2019
Recife	CIN	113614 2	Sistema de Informação	Bac	Presencial	70	5	2012	4	2021
Recife	CTG	13583	Engenharia Cartográfica	Bac	Presencial	60	4	2023	2	2011
Recife	CTG	13584	Engenharia Civil	Bac	Presencial	120	S/C*		4	2019
Recife	CTG	13585	Engenharia Eletrônica	Bac	Presencial	40	S/C*		4	2019

Recife	CTG	13586	Engenharia Mecânica	Bac	Presencial	100	S/C*		4	2019
Recife	CTG	13587	Engenharia de Minas	Bac	Presencial	50	3	2015	2	2011
Recife	CTG	13588	Engenharia Química	Bac	Presencial	90	S/C*		4	2019
Recife	CTG	13590	Geologia	Bac	Presencial	40	S/C*		S/C*	
Recife	CTG	13593	Química Industrial	Bac	Presencial	40	5	2017	3	2011
Recife	CTG	13616	Engenharia Elétrica	Bac	Presencial	60	S/C*		3	2019
Recife	CTG	21710	Engenharia de Produção	Bac	Presencial	40	5	2004	4	2019
Recife	CTG	58856	Engenharia Biomédica	Bac	Presencial	30	5	2019	4	2017
Recife	CTG	117376	Oceanografia	Bac	Presencial	25	5	2023	S/C*	
Recife	CTG	117382	Engenharia de Alimentos	Bac	Presencial	45	4	2013	3	2019
Recife	CTG	117384	Engenharia de Energia	Bac	Presencial	20	4	2013	4	2017
Recife	CTG	113614 1	Engenharia de Materiais	Bac	Presencial	40	5	2013	3	2017
Recife	CTG	118849 7	Engenharia Naval	Bac	Presencial	20	5	2014	3	2017
Recife	CTG	119230 6	Engenharia de Controle e Automação	Bac	Presencial	40	4	2018	4	2019
Recife	CTG	145527 2	Engenharia de Telecomunicações	Bac	Presencial	40	S/C*		S/C*	
Vitória	CAV	101140	Ciências Biológicas	Lic	Presencial	90	4	2011	4	2021
Vitória	CAV	101149	Nutrição	Bac	Presencial	60	4	2011	4	2019
Vitória	CAV	101153	Enfermagem	Bac	Presencial	60	3	2011	4	2019

a										
Vitória	CAV	115512 2	Educação Física	Lic	Presencial	90	4	2014	4	2021
Vitória	CAV	118992 2	Saúde Coletiva	Bac	Presencial	60	4	2018	S/C*	
Vitória	CAV	500073 1	Educação Física	Bac	Presencial	70	4	2014	4	2021

Notas:

*S/C: Sem Conceito

Fonte:

DAI,2024

Anexo 4: Alinhamento com Análise de Conjuntura do PEI e Identidade Organizacional - Fraquezas

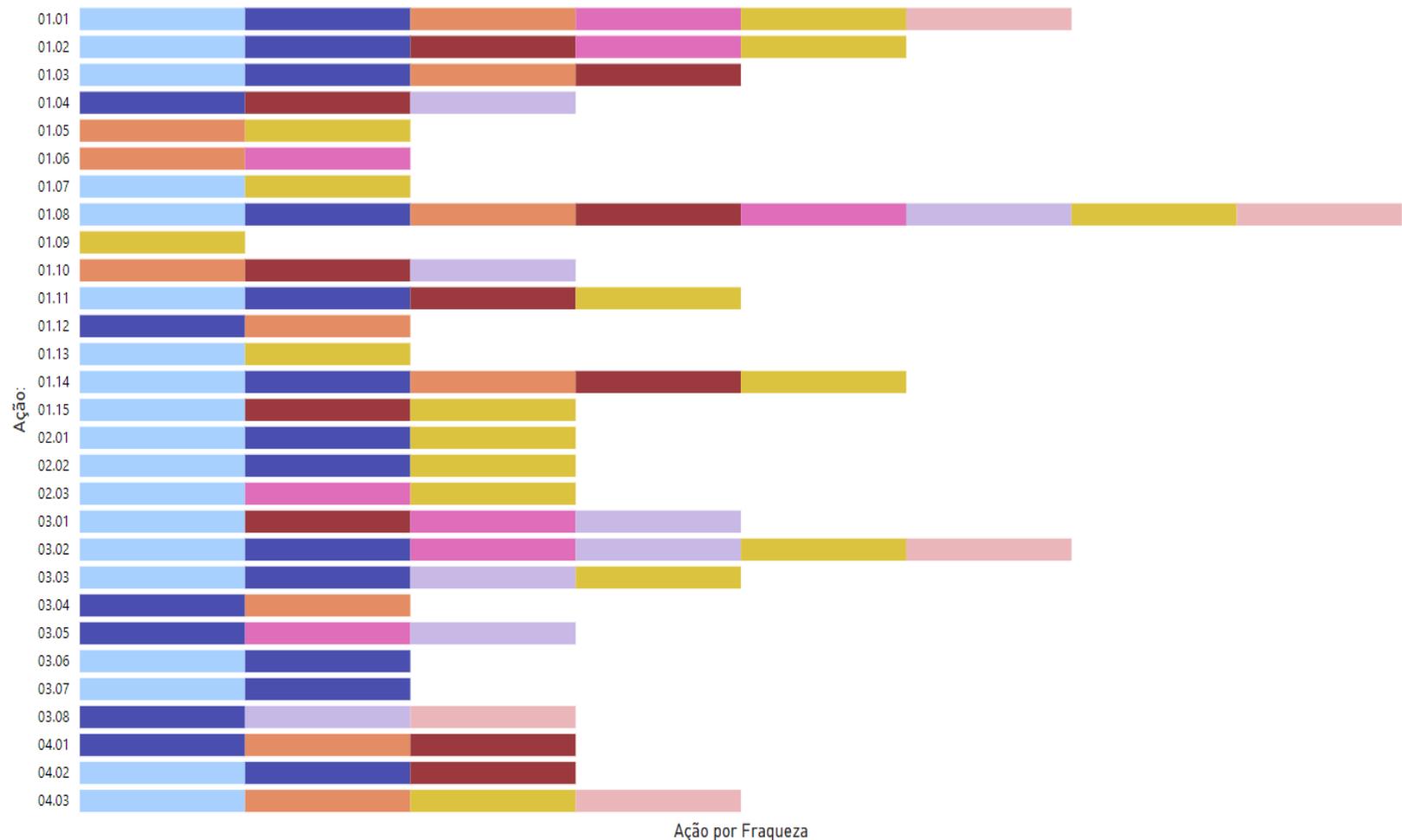
Neste anexo, buscou-se fazer um alinhamento entre as fraquezas identificadas com a análise de conjuntura atual e as ações consolidadas do novo PDI 2025 - 2029. Podendo uma ação contribuir para a mitigação de uma ou mais fraquezas. O anexo 4 sumariza as fraquezas resultantes da SWOT da UFPE .

Fraqueza	Nome da fraqueza
Fraqueza 1	Comunicação institucional precisando de expansão.
Fraqueza 2	Política de inovação sustentável (econômica, social, ambiental e institucional), ainda não totalmente abrangente.
Fraqueza 3	Manutenção de espaços físicos e equipamentos sem garantia de recursos e acessibilidade.
Fraqueza 4	Ensino à distância precisando de ações assistenciais.
Fraqueza 5	Política de internacionalização ainda desconhecida de parte do corpo docente, discente e técnico.
Fraqueza 6	Capacidade de produção científica docente ainda não totalmente mapeada.
Fraqueza 7	Novas práticas pedagógicas e de gestão ainda não exploradas.
Fraqueza 8	Rotinas administrativas e processos internos.

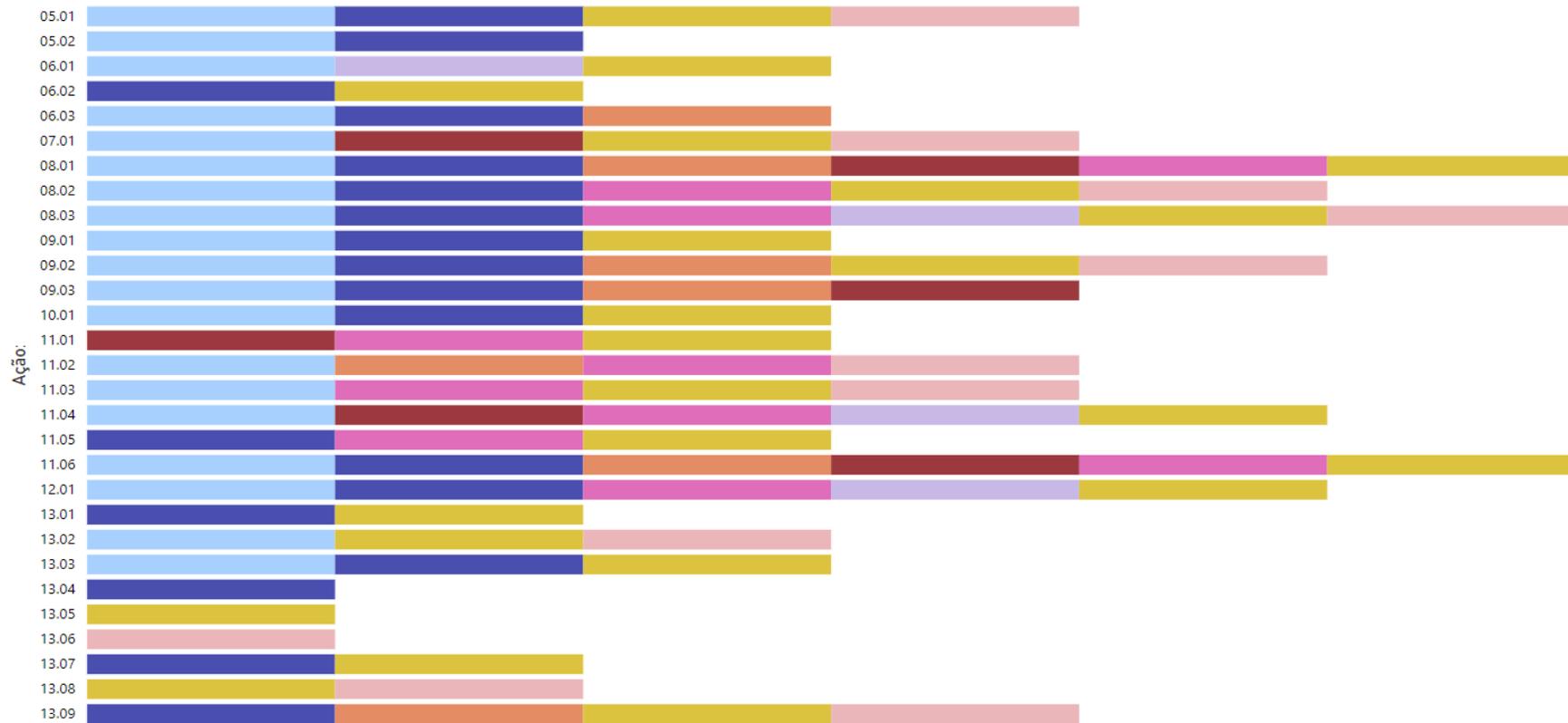
Fonte:DPC/CPMA, 2024

Alinhamento com Análise de Conjuntura do PEI e Identidade Organizacional - Fraquezas

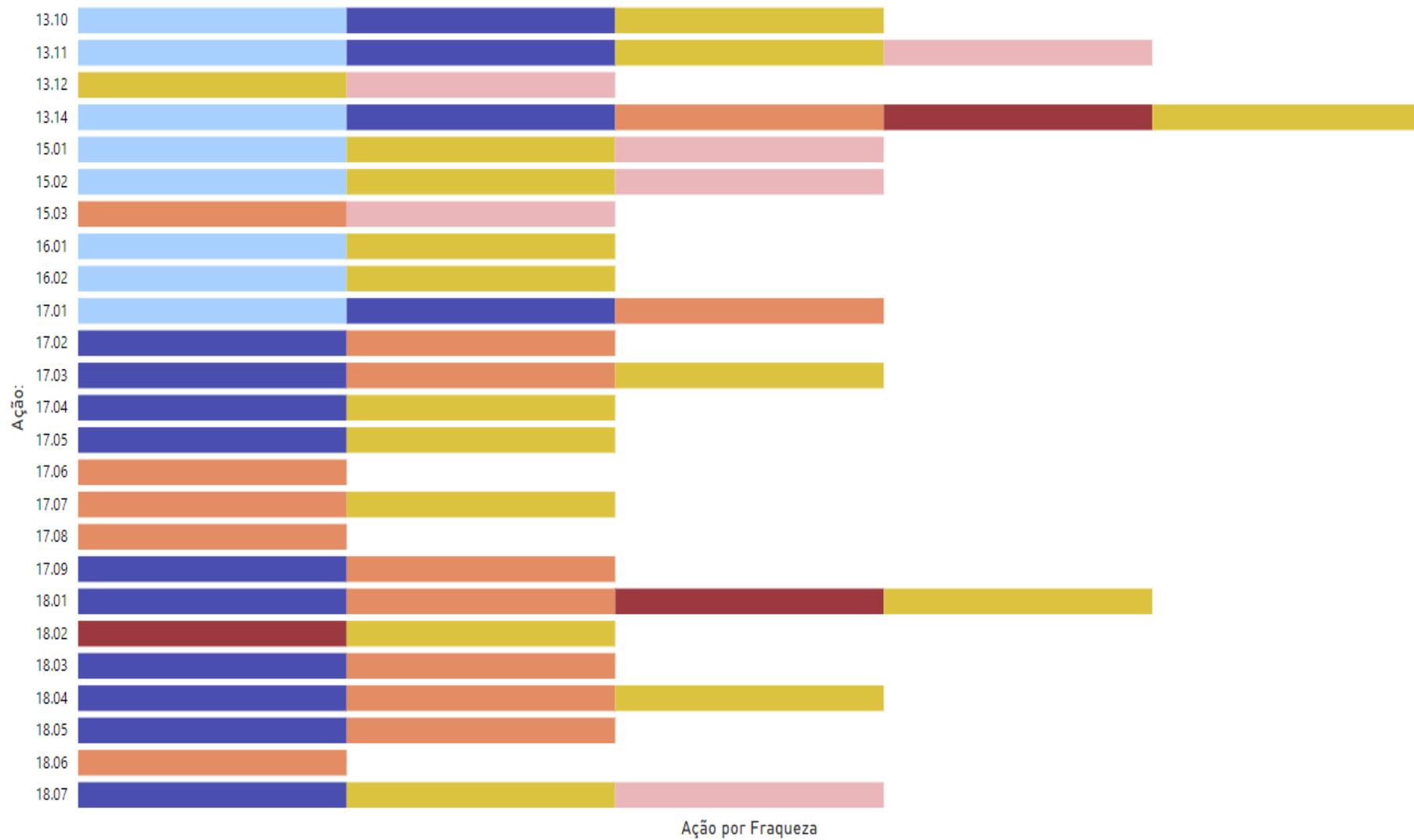
Atributo ● Fraqueza 1 ● Fraqueza 2 ● Fraqueza 3 ● Fraqueza 4 ● Fraqueza 5 ● Fraqueza 6 ● Fraqueza 7 ● Fraqueza 8



Ação por Fraqueza



Ação por Fraqueza



Anexo 5: Estatística de acervo por tipo de material, distribuída nas unidades de informação do SIB/UFPE

Biblioteca	Tipo de acervo	Total de Acervos	Total de Exemplares	Total de material adicional
BC	Livro	37889	57764	263
	Folhetos	2093	2434	0
	Catálogo	5	5	0
	Dissertações	16062	16183	37
	TCC	11	11	0
	Teses	8852	9032	22
	Monografias de Pós	2	2	0
	Cartazes	1	1	0
	Periódicos	212	190314	0
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	1	1	0
	DVD	12	15	0
	Fita de Vídeo	268	288	1
	Partitura	3	8	0
	Multimeio	164	195	0
	Mapas	1	1	0
	CD-Roms	54	75	3
	Gravação de som	504	558	0
	Material Especial	6	1618	0
	Referência	2193	3819	8
Litogravuras	2099	2292	0	
Separatas	0	0	0	
Total geral		70432	284616	334
ADR / BC	Livro	4910	6063	0
	Folhetos	73	85	0
	Catálogo	0	0	0
	Dissertações	1	1	0

	TCC	0	0	0
	Teses	14	17	0
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	1	1	0
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVD	0	0	0
	Fita de Vídeo	0	0	0
	Partitura	0	0	0
	Multimeio	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	0	0	0
	Gravação de som	0	0	0
	Material Especial	0	0	0
	Referência	55	107	0
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	5054	6274	0
Bib. Antibióticos	Livro	135	187	4
	Folhetos	0	0	0
	Catálogo	0	0	0
	Dissertações	3	3	0
	TCC	0	0	0
	Teses	0	0	0
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	101	11217	5
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVD	0	0	0
	Fita de Vídeo	0	0	0
	Partitura	0	0	0

	Multimeio	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	0	0	0
	Gravação de som	0	0	0
	Material Especial	0	0	0
	Referência	1	1	0
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
Total geral		240	11408	9
Bib. Colégio de Aplicação	Livro	10770	17161	197
	Folhetos	165	221	1
	Catálogo	0	0	0
	Dissertações	20	22	0
	TCC	3	3	0
	Teses	10	11	1
	Monografias de Pós	3	3	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	2	6	0
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVD	33	63	0
	Fita de Vídeo	1	1	0
	Partitura	0	0	0
	Multimeio	1	1	1
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	37	67	150
	Gravação de som	30	42	0
	Material Especial	6	56	0
	Referência	81	156	1
Litogravuras	0	0	0	
Separatas	0	0	0	
Total geral		11162	17813	351
Bib. Artes e	Livro	36118	61602	770

Comunicação	Folhetos	1178	1583	22
	Catálogo	85	102	0
	Dissertações	1240	1253	21
	TCC	938	1187	16
	Teses	817	962	9
	Monografias de Pós	19	20	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	410	15772	12
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	1	1	0
	DVD	357	1094	51
	Fita de Vídeo	0	0	0
	Partitura	2208	3141	800
	Multimeio	3503	7567	0
	Mapas	1	1	0
	CD-Roms	197	356	8
	Gravação de som	0	0	0
	Material Especial	2	4	0
	Referência	844	1341	10
	Litogravuras	9	9	0
Separatas	0	0	0	
Total geral		47927	95995	1719
Bib. Ciências Biológicas	Livro	5658	15414	342
	Folhetos	329	454	0
	Catálogo	2	2	0
	Dissertações	1979	2052	0
	TCC	1452	1547	0
	Teses	1401	1480	1
	Monografias de Pós	67	69	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	513	46387	12
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	22	23	0

	DVD	1	5	0	
	Fita de Vídeo	0	0	0	
	Partitura	0	0	0	
	Multimeio	0	0	0	
	Mapas	2	2	1	
	CD-Roms	27	37	7	
	Gravação de som	0	0	0	
	Material Especial	0	0	0	
	Referência	469	863	5	
	Litogravuras	0	0	0	
	Separatas	1	1	0	
Total geral		11923	68336	368	
Bib. Jurídicas	Ciências	Livro	27476	49460	178
		Folhetos	840	1029	0
		Catálogo	3	3	0
		Dissertações	775	818	1
		TCC	591	626	0
		Teses	1016	1171	0
		Monografias de Pós	0	0	0
		Cartazes	1	3	0
		Periódicos	730	60494	2
		E-Book (livro Digital)	18	18	0
		Relatórios	1	1	0
		DVD	0	0	0
		Fita de Vídeo	0	0	0
		Partitura	0	0	0
		Multimeio	0	0	0
		Mapas	0	0	0
		CD-Roms	0	0	0
		Gravação de som	0	0	0
		Material Especial	0	0	0
		Referência	641	1560	1
Litogravuras	4	4	0		

	Separatas	11	33	0
Total geral		32107	115220	182
Bib. Ciências da Saúde	Livro	13043	35579	563
	Folhetos	307	655	0
	Artigos	1	1	0
	Catálogo	0	0	0
	Dissertações	1870	1903	0
	TCC	1908	1969	1370
	Teses	1864	2100	0
	Monografias de Pós	169	1700	0
	Cartazes	1	1	0
	Periódicos	1231	196442	16
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVD	4	18	0
	Fita de Vídeo	0	0	0
	Partitura	0	0	0
	Multimeio	4	4	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	17	18	2
	Gravação de som	0	0	0
	Material Especial	0	0	0
Referência	347	702	13	
Litogravuras	0	0	0	
Separatas	0	0	0	
Total geral		20766	241092	1964
Bib. Educação	Livro	15360	41155	204
	Folhetos	204	421	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogo	0	0	0
	Dissertações	827	885	1
	TCC	480	548	0
	Teses	359	420	1

	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	180	5565	1
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVD	76	116	0
	Fita de Vídeo	0	0	0
	Partitura	0	0	0
	Multimeio	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	19	60	7
	Gravação de som	0	0	0
	Material Especial	1	1	0
	Referência	92	259	0
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
Total geral		17598	49430	214
Bib. Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Livro	27875	61341	545
	Folhetos	3624	4510	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogo	0	0	0
	Dissertações	1647	1794	3
	TCC	3516	4523	16
	Teses	833	1020	0
	Monografias de Pós	68	71	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	567	23327	3
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVD	5	6	1
	Fita de Vídeo	16	23	0
	Partitura	0	0	0
Multimeio	1	1	0	

	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	119	150	0
	Gravação de som	0	0	0
	Material Especial	1	1	0
	Referência	257	546	90
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
Total geral		38529	97313	658
Bib. Centro de Tecnologia e Geociências	Livro	13752	31998	627
	Folhetos	381	515	7
	Artigos	0	0	0
	Catálogo	3	5	0
	Dissertações	2318	2755	7
	TCC	823	1220	4
	Normas	1	1	0
	Teses	1186	1335	5
	Monografias de Pós	132	134	1
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	1220	68974	11
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	12	14	0
	DVD	12	30	5
	Fita de Vídeo	29	34	0
	Partitura	0	0	0
	Multimeio	3	5	0
	Mapas	362	370	10
	CD-Roms	229	457	9
	Gravação de som	0	0	0
	Material Especial	0	0	0
Referência	489	948	14	
Litogravuras	0	0	0	
Separatas	0	0	0	
Total geral		20952	108795	700

Bib. Energia Nuclear	Livro	1670	2454	0
	Folhetos	170	401	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogo	1	1	0
	Dissertações	332	515	2
	TCC	40	85	0
	Normas	5	5	0
	Teses	132	172	2
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	110	12367	0
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	1	1	0
	DVD	0	0	0
	Fita de Vídeo	0	0	0
	Partitura	0	0	0
	Multimeio	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	43	65	0
	Gravação de som	0	0	0
	Material Especial	0	0	0
Referência	78	137	2	
Litogravuras	0	0	0	
Separatas	0	0	0	
Total geral		2582	16203	6
Bib. Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Livro	27035	52544	103
	Folhetos	77	111	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogo	0	0	0
	Dissertações	1940	2096	5
	TCC	33	35	0
	Normas	0	0	0
	Teses	1381	1861	7

	Monografias de Pós	1	1	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	526	12809	4
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVD	18	18	0
	Fita de Vídeo	0	0	0
	Partitura	1	1	0
	Multimeio	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	4	5	0
	Gravação de som	0	0	0
	Material Especial	0	0	0
	Referência	288	633	10
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
	Total geral	31304	70114	129
Bib. Centro Exatas e da Natureza	Livro	21633	37596	424
	Folhetos	15	21	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogo	1	1	0
	Dissertações	2074	2085	1
	TCC	130	133	0
	Normas	0	0	0
	Teses	1579	1667	1
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	997	100815	19
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	1	1	0
	DVD	62	206	0
	Fita de Vídeo	0	0	0
Partitura	0	0	0	

	Multimeio	1	8	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	4	3	4
	Gravação de som	0	0	0
	Material Especial	0	0	0
	Referência	178	459	0
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
Total geral		26675	142995	449
Bib. Casa do Estudante Masculina	Livro	204	240	7
	Folhetos	0	0	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogo	0	0	0
	Dissertações	0	0	0
	TCC	0	0	0
	Normas	0	0	0
	Teses	0	0	0
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	0	0	0
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVD	0	0	0
	Fita de Vídeo	0	0	0
	Partitura	1	1	0
	Multimeio	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	0	0	0
	Gravação de som	0	0	0
	Material Especial	0	0	0
	Referência	10	11	1
	Litogravuras	0	0	0
Separatas	0	0	0	

Total geral		215	252	8
Bib. Casa do Estudante Feminina	Livro	202	229	5
	Folhetos	0	0	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogo	0	0	0
	Dissertações	0	0	0
	TCC	0	0	0
	Normas	0	0	0
	Teses	0	0	0
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	0	0	0
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVD	0	0	0
	Fita de Vídeo	0	0	0
	Partitura	0	0	0
	Multimeio	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	0	0	0
	Gravação de som	0	0	0
Material Especial	0	0	0	
Referência	9	9	1	
Litogravuras	0	0	0	
Separatas	0	0	0	
Total geral		211	238	6
Bib. Centro Acadêmico do Agreste -CAA / Caruaru	Livro	5997	42855	730
	Folhetos	36	116	1
	Artigos	0	0	0
	Catálogo	2	3	0
	Dissertações	125	125	0
	TCC	188	188	0
	Normas	0	0	0

	Teses	4	13	0	
	Monografias de Pós	0	0	0	
	Cartazes	0	0	0	
	Periódicos	8	33	0	
	E-Book (livro Digital)	0	0	0	
	Relatórios	0	0	0	
	DVD	3	5	0	
	Fita de Vídeo	0	0	0	
	Partitura	0	0	0	
	Multimeio	2	2	0	
	Mapas	0	0	0	
	CD-Roms	19	28	10	
	Gravação de som	0	0	0	
	Material Especial	1	11	0	
	Referência	52	119	21	
	Litogravuras	0	0	0	
	Separatas	0	0	0	
Total geral		6437	43498	762	
Bib. Acadêmico Vitória de Antão –CAV	Centro de Santo	Livro	7402	27188	979
		Folhetos	102	209	0
		Artigos	0	0	0
		Catálogo	3	3	0
		Dissertações	120	146	0
		TCC	36	37	6
		Normas	0	0	0
		Teses	13	15	0
		Monografias de Pós	0	0	0
		Cartazes	0	0	0
		Periódicos	99	1818	0
		E-Book (livro Digital)	0	0	0
		Relatórios	11	16	0
		DVD	78	184	38
		Fita de Vídeo	6	27	4

	Partitura	1	1	0
	Multimeio	3	6	1
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	94	133	9
	Gravação de som	5	5	0
	Material Especial	1	67	0
	Referência	78	172	10
	Litogravuras	0	0	0
	Separatas	0	0	0
Total geral		8052	30027	1047
Bib. Núcleo de Ciências da Vida – Medicina - Caruaru	Livro	361	3087	214
	Folhetos	3	5	0
	Artigos	0	0	0
	Catálogo	0	0	0
	Dissertações	0	0	0
	TCC	0	0	0
	Normas	0	0	0
	Teses	0	0	0
	Monografias de Pós	0	0	0
	Cartazes	0	0	0
	Periódicos	0	0	0
	E-Book (livro Digital)	0	0	0
	Relatórios	0	0	0
	DVD	0	0	0
	Fita de Vídeo	0	0	0
	Partitura	0	0	0
	Multimeio	0	0	0
	Mapas	0	0	0
	CD-Roms	0	0	9
	Gravação de som	0	0	0
	Material Especial	0	0	0
Referência	391	3122	215	
Litogravuras	0	0	0	

	Separatas	0	0	0
Total geral		755	6214	438
GERAL DO ACERVO				
TOTAL FINAL	Nº DE TÍTULOS	Nº DE EXEMPLARES	Nº MATERIAL ADICIONAL	
	352921	1405833	9344	

Fonte: Pergamum UFPE / www.pergamumweb.ufpe.br – acesso exclusivo para servidores cadastrados